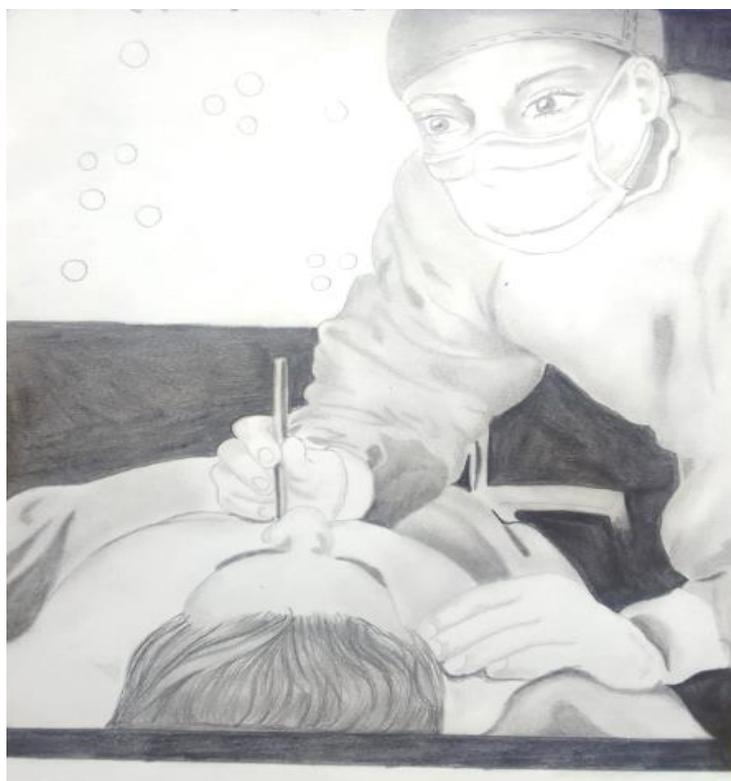


**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**LEANDERSON LUIZ DE SÁ**

**TRABALHADORES DE NECROATIVIDADES: Estudo exploratório à  
luz das Abordagens Clínicas do Trabalho**



Belo Horizonte, 2023.

**LEANDERSON LUIZ DE SÁ**

**TRABALHADORES DE NECROATIVIDADES: Um estudo exploratório à  
luz das Abordagens Clínicas do Trabalho**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. José Newton Garcia de Araújo

Belo Horizonte, 2023.

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S111t Sá, Leanderson Luiz de  
Trabalhadores de necroatividades: um estudo exploratório à luz das  
abordagens clínicas do trabalho / Leanderson Luiz de Sá. Belo Horizonte,  
2023.

147 f. : il.

Orientador: José Newton Garcia de Araújo

Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Instituto Médico Legal (MG). 2. Trabalhadores - Entrevistas. 3. Subjetividade. 4. Trabalho - Aspectos psicológicos. 5. Atitude Frente a Morte. 6. Sofrimento. 7. Condições de trabalho. 8. Precarização do trabalho. 9. Psicologia social. I. Araújo, José Newton Garcia de. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 658.013

**LEANDERSON LUIZ DE SÁ**

**TRABALHADORES DE NECROATIVIDADES: Um estudo exploratório à luz das  
Abordagens Clínicas do Trabalho**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em  
Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

---

Prof. Dr. José Newton Garcia de Araújo (orientador)  
PUC/MG

---

Prof. Dr. João César de Freitas Fonseca  
PUC/MG (Banca examinadora)

---

Prof. Dra. Vanessa Andrade de Barros  
FAFICH/UFMG (Banca examinadora)

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2023.

## **DEDICATÓRIA**

Trabalho dedicado a todos aqueles que optaram seguir pelos caminhos profissionais que poucos escolheriam, trilhar trajetórias sabidamente estigmatizadas cheias de desafios. A todos os auxiliares de necropsia, tanatopraxistas, paramentadores, necromaquiadores, radiologistas forenses, legistas, sepultadores e tantos outros que lidam com a questão mais temida pela humanidade: a morte e o morto. Dedico especialmente aos colegas de trabalho do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, com quem tanto aprendi ao longo dos anos e acompanhei suas batalhas, dedicação incansável ao trabalho, o sofrimento, alegria e orgulho no que fazem. Às famílias e amigos de todos estes trabalhadores que os apoiam que reconhecem sua importância e compreendem a ausência em função do trabalho.

Gostaria ainda de dedicar este estudo aos familiares e vítimas do rompimento da barragem de rejeitos de minério no município de Brumadinho/Minas Gerais. Vítimas da negligência e da ganância, que sejam sempre lembrados, que suas famílias tenham conforto e paz e que a justiça seja feita!

## AGRADECIMENTOS

Gratidão, palavra que carrego como valor maior. Um percurso demorado e cheio de obstáculos não se pode percorrer sozinho. Considero, aliás, que esta caminhada se iniciou há muito tempo, provavelmente em um momento em que nem eu mesmo tinha consciência dela. Esta dissertação é apenas a formalização ou construção acadêmica de inquietações antigas que acredito que em algum momento passam pela cabeça de qualquer ser humano: a morte e o ser humano diante dela. Acabei por trilhar um caminho um pouco mais específico: a morte e o trabalhador diante dela. Por isso manifesto imensa gratidão pelos colegas trabalhadores do IML/BH. Colegas que sempre respeitei e com quem compartilhei enormes desafios. Agradeço também a outro grupo de trabalhadores, grandes incentivadores e apoiadores dessa dissertação, ao grupo de pesquisa PSITRAPP (Psicologia Trabalho e Processos Psicossociais). Aos amigos da graduação em Psicologia Mariana e Lucas, ao colega de profissão José Aldeir pelo apoio de sempre ao artista ilustrador da capa deste trabalho André Ricardo de Oliveira.

Quando a gratidão se une a admiração torna-se algo ainda mais nobre, a gratidão pelos mestres. Ao meu orientador José Newton com quem aprendi sobre humildade, que nunca se sabe o bastante. Creio que mais valioso ainda é quando a gratidão é direcionada aos amigos. Ao professor e amigo João César que acreditou em mim desde os nossos primeiros encontros, que me escutou em momentos críticos que aqui não caberia escrever, que me ajudou a encurtar a distancia entre sonho e projeto.

Também aos amigos Rodrigo, Léo, Rainier e Fabiana que acompanharam boa parte dessa caminhada. Gratidão também pode vir com sacrifício, sou grato aos familiares pelos sacrifícios da ausência, como fui ausente neste período! A meu pai Daniel, grande provocador de reflexões, minha mãe Célia que jamais aceitaria que eu desistisse, meu irmão Gleison por ter cuidado deles enquanto estive trabalhando neste projeto, me compreenderam e apoiaram. Agradeço a Gabi, e que ela saiba que nunca é tarde para recomeçar e que estudar é também trabalhar. Não teria conseguido sem minha Bella, meu grande amor! Quando a gratidão vem carregada de amor não há sentimento mais forte, me acompanhou na escuridão das incertezas e fragilidades, teve sempre orgulho de mim e minha profissão. Suportou meu humor e alucinações aprendendo a me amar como sou.

*“Parece que você fica em um processo meio que de desapego. Fala-se dentro do budismo que Gautama, um dos métodos que ele usou para desconstruir o ego, foi a visitação às Torres do Silêncio. Na Índia os cadáveres eram colocados para se decompor ao ar livre, e é interessante que ele descreve as fases de transformação de putrefação do corpo exatamente como um médico legista faz. Então para ele: “Da mesma forma que ele [o cadáver] é, eu também sou, da mesma forma que ele se transforma eu também me transformarei!” Foi uma das formas dos métodos de meditação de desconstruir esse: ‘eu sou, eu quero, eu tenho...’ Ele era um príncipe né? Então eivado, cheio de uma autoimagem muito elevada. Ele foi desconstruindo isso, vendo estes aspectos naturais, digamos que inaceitáveis, que a gente nega!”*

*Um trabalhador de necrotério.*

## RESUMO

Essa pesquisa foi elaborada com finalidade de explorar os modos de subjetivação produzidos em trabalhadores que atuam em profissões que lidam com cadáveres. Neste sentido optamos por investigar trabalhadores do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte (IML/BH) em um estudo qualitativo exploratório, construído através de: entrevistas narrativas, pesquisa documental e experiência etnográfica construída ao longo de nove anos. Várias categorias profissionais atuam diretamente com cadáveres. Apesar de suas particularidades elaboramos provisoriamente o termo “Trabalhadores de Necroatividades” (TNAs), tendo em vista essa natureza em comum de atuação de tanatopraxistas, auxiliares de necrópsia, necropapiloscopistas, necromaquiadores, sepultadores e tantos outros. Sujeitos que, por força de sua profissão necessitam inevitavelmente lidar com corpos e restos mortais. Nesta pesquisa, conduzimos entrevistas narrativas com três trabalhadores do necrotério do IML/BH. Amparados pelo referencial teórico das Abordagens Clínicas do Trabalho, buscamos compreender: o fenômeno da subjetividade, face ao trabalho com cadáveres e restos mortais, as dificuldades, o sofrimento e o prazer na atividade, os significados e ressignificações sobre vida e morte e a relevância do coletivo de trabalho na superação das adversidades. Concluímos que apesar de inúmeras variáveis potencialmente produtoras de sofrimento no trabalho, esses TNAs conseguem subverter as dificuldades através da criatividade e do amparo pelo coletivo de trabalho.

**Palavras-chaves:** Instituto Médico Legal; Psicologia do Trabalho; Clínicas do Trabalho; Entrevista Narrativa.

## ABSTRACT

The research was produced with the purpose of exploring the modes of subjectivation generated in workers who work in professions that deal with corpses. In this sense, we chose to investigate professionals at the Legal Medical Institute of Belo Horizonte, Minas Gerais, (IML/BH) in an exploratory study built through narrative interviews, documentary research and ethnographic experience built over nine years. Several professional categories work directly with corpses. Despite their particularities, we elaborated the concept of “Necroactivities Workers” (TNAs), in view of the common nature of thanatopraxists, necropsy assistants, necropapilloscopists, necromakeup artists, gravedigger and many others. People who by virtue of their profession, inevitably need to deal with de corps. In this research, we conducted narrative interviews with three workers at the IML/BH morgue. Supported by the theoretical framework of Work Clinical Approaches, we seek to understand: The phenomenon of subjectivity when working with cadavers and mortal remains, the difficulties, suffering and pleasure in the activity, the meanings and reinterpretations of life and death and the relevance of the work collective in overcoming adversity. We conclude that despite numerous variables potentially producing suffering at work, these TNAs manage to subvert the difficulties through creativity and support from the collective.

**Keywords:** Legal Medical Institute; Work Psychology; Work Clinics; Narrative Interview.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	<i>Corpos subjetivos à técnica de plastinação postos em exposição no Plastinarium</i>	60
<b>Figura 2</b>	<i>Pintura Vanita de Pieter Claesz de 1625</i>	62
<b>Figura 3</b>	<i>Organograma da Polícia Civil de Minas Gerais</i>	87
<b>Figura 4</b>	<i>Print do google maps em ruas paralelas ao IML/BH</i>	91
<b>Figura 5</b>	<i>Fotografias rua Nícias Continentino e Rua Oscar Negrão de Lima</i>	91
<b>Figura 6</b>	<i>Fotografias Rua Cecildes Moreira de Faria</i>	91
<b>Figura 7</b>	<i>Fotografias Rua Djezar Leite e Nícias Continentino</i>	91
<b>Figura 8</b>	<i>Radiografias de tórax e pelve de corpos com resíduos de minério</i>	103
<b>Figura 9</b>	<i>Fotografias das três vítimas ainda não localizadas</i>	107
<b>Figura 10</b>	<i>Documento formalizado encaminhado ao DAPP</i>	117
<b>Figura 11</b>	<i>Decisão judicial sobre processo contra o Estado de MG</i>	118

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AsN** – Auxiliares de Necropsia  
**ACTs** – Abordagens Clínicas do Trabalho  
**ACADEPOL** – Academia de Polícia Civil  
**CAT** – Clínica da Atividade  
**CG** – Choque de Gestão  
**DAPP** – Divisão auxiliar de pagamento de pessoal  
**DML** – Departamento Médico Legal  
**DIT** – Diagnóstico Integral do Trabalho  
**DVI** – *Disarter Victim Identification*  
**EN** – Entrevista Narrativa  
**EPI** – Equipamento de Proteção Individual  
**IML** - Instituto Médico Legal  
**IMLAR** – Instituto Médico Legal André Roquetti  
**IML/BH** – Instituto Médico Legal de Belo Horizonte  
**INTERPOL** – *International Criminal Police Organization*  
**MG** – Minas Gerais  
**MPT** – Ministério Público do Trabalho  
**NUMOL** – Núcleo de Medicina e Odontologia Legal  
**PCMG** – Polícia Civil do Estado de Minas Gerais  
**PDT** – Psicodinâmica do Trabalho  
**PJ** – Polícia Judiciária  
**POT** – Psicologia Organizacional e do Trabalho  
**RECOM** – Registro de Comentário  
**SPTC** – Superintendência de Polícia Técnico-científica  
**SINDPOL** – Sindicato dos Policiais Cíveis  
**SVO** – Serviço de Verificação de Óbito  
**TNAs** – Trabalhadores de Necroatividades  
**TPOL** – Técnico Assistente da Polícia Civil

## SUMÁRIO

I CAPÍTULO – COMEÇAR PELO FIM: CADÁVER OU SUJEITO? .....	13
1.1 Labor ou <i>tripalium</i> ? .....	14
II CAPÍTULO: PSICOLOGIA DO TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E AS ABORDAGENS CLÍNICAS DO TRABALHO.....	18
2.1 Ergonomia .....	20
2.2 Psicossociologia do Trabalho .....	22
2.3 A Psicodinâmica do Trabalho.....	24
2.4 Ergologia .....	25
2.5 Clínica da Atividade.....	26
III PERCURSO METODOLÓGICO.....	28
3.1 Princípios éticos .....	33
3.2 Análise de dados .....	34
IV CAPÍTULO: INVESTIGAR A PRÓPRIA TRIBO – Notas sobre certo Xamanismo .....	35
4.1 Entre vivos e mortos.....	37
4.2 Cadáver e atividade (necro)ritualística.....	42
4.3 Cadáver e Mito.....	47
4.4 Cadáver e Religião .....	50
4.5 Cadáver e Ciência .....	53
4.6 Cadáver e Arte .....	57
V CAPÍTULO: ESTÁGIO DE DECOMPOSIÇÃO: Movimento de subjetivação .....	61
5.1 Trabalho Sujo e Negativo Psicossocial: “Alguém tem que fazer!” .....	64
5.2 Um panorama nacional sobre as ACTs e os TNAs.....	68
VI CAPÍTULO – O INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE BELO HORIZONTE: Finalidade legal e finalidade para o negativo psicossocial.....	86
6.1 A perícia no morto .....	92
6.2 O “Estado” em decomposição .....	94
6.3 Despojos de Guerra: Quanto <i>Vale</i> a vida?.....	100
6.3.1 DVI? Da noite para o dia.....	106
6.4 Decomposição das carreiras e dos direitos.....	111
6.4.1 O Choque e <i>Digestão</i> dos Direitos.....	114
VII TRABALHADOR DE NECROATIVIDADE: Reconhecimento, renormalização e poder de agir.....	126
VIII SOBRE PERDER O VERNIZ: Considerações finais .....	132
REFERÊNCIAS .....	133
ANEXO A.....	145
ANEXO B.....	146

## I CAPÍTULO – COMEÇAR PELO FIM: CADÁVER OU SUJEITO?

*Durante muito tempo eu refleti sobre a natureza desse trabalho, se o que eu estava fazendo era algo normal! (Um trabalhador de necrotério)*

A finitude humana é um tema que intriga desde as primeiras civilizações de que se tem conhecimento até nossa contemporaneidade. Do animismo ao pensamento mitológico, passando pelas religiões até as ciências, todas essas perspectivas e olhares sobre o mundo e o ser humano se debruçam ou se debruçaram sobre a questão da morte. E cada povo, à sua maneira, de acordo com o código de valores de sua época, desenvolve hábitos e costumes fúnebres que refletem aspectos sociológicos, políticos, econômicos, antropológicos, religiosos e psicológicos daquela sociedade. As atitudes diante da morte são inúmeras e mutantes e refletem modos de subjetivação produzidos naqueles contextos. No período medieval, por exemplo, a morte era uma cerimônia pública e organizada, um fato comunitário a ser compartilhado e visto (Combinato & Queiroz, 2006). Atualmente práticas como cremação, que têm sido amplamente utilizadas, revelam “uma maneira radical de fazer desaparecer e esquecer tudo o que resta do corpo, de anulá-lo” (Ariès, 2003, p.5). Não obstante haja um crescente movimento contemporâneo, principalmente ocidental, de negação da morte e tudo que a represente, denunciado por autores como Combinato; Queiroz (2006) e Kovács (2013), podemos ainda sim, constatar o interesse acadêmico sobre essa temática. Parte destes estudos voltados à investigação de profissionais que lidam com corpos e restos mortais. Compreendo que pesquisadores do campo da psicologia, sobretudo da psicologia do trabalho, possuem um arsenal de contribuições significativas sobre subjetividade e trabalho, e ferramentas teóricas e metodológicas que precisam ser postas em favor destes trabalhadores. Por essa razão precisam dedicar-se mais detidamente sobre as dinâmicas entres subjetividade e trabalho, em contextos como necrotério, laboratórios de anatomia e tanatopraxia. Profissões tão importantes para a sociedade nas quais estão inseridos sujeitos que enfrentam diversos desafios.

Os antropólogos, historiadores e cronistas reconstituem diversos ritos e rituais que eram dedicados aos mortos, nas mais variadas culturas e momentos históricos. Independentemente do contexto que se focalize, existe um personagem sempre presente, porém quase invisível e muitas vezes ocultado pelo medo e fascínio que o próprio cadáver provoca. Este personagem, devido à função que ocupada na comunidade, não tem a possibilidade de ignorar, negar ou fechar os olhos para o real da morte. Em nossa cultura,

trata-se majoritariamente de trabalhadores atuantes em profissões como: tanatopraxistas, sepultadores, necrotomistas, necromaquiadores, auxiliares de necropsia, legistas, e outros. Eu os denomino Trabalhadores de Necroatividades (TNAs) por terem um elemento comum de ofício. Sujeitos que tratam necessariamente com os corpos, o cadáver é matéria de seu trabalho. Reconheço obviamente a particularidade de cada um destes ofícios, além da singularidade ou estilo de trabalho inerente a cada sujeito. Profissões e ocupações que têm sido com frequência rodeadas de estigmas como será mostrado em outro capítulo. As atividades que executam cumprem um papel fundamental na sociedade, sobretudo em contextos em que a ocultação da morte e do morto parece prevalecer.

Como nos ensina Kóvac (2013, p.26) “a sociedade funciona apesar da morte, contra ela, mas só existe enquanto organizada pela morte. Para a espécie humana, a morte está presente durante a vida toda e se faz acompanhar de ritos”. É justamente no e pelo cadáver que parte dos ritos se materializa, ganha corpo e permite construção e reconstrução de sentidos e significados. Dos diversos personagens que lidam com corpos, opto por um estudo em nível “molecular” – nem por isso, menos relevante - de um grupo de trabalhadores do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte IML/BH. Tenho como finalidade principal nessa proposta investigar processos de subjetivação em profissionais que trabalham com cadáveres no IML/BH, à luz das abordagens clínicas do trabalho (ACTs). Neste sentido é importante refletir sobre os conceitos de sujeito e de trabalho que pretendo adotar.

### **1.1 Labor ou *tripalium*?**

*Eu percebi que o meu sofrimento e o dos demais, particularmente na infraestrutura né, nunca era corrigido e que ali eu não tinha importância nenhuma, que ali eu era meramente um braçal, que na visão das outras pessoas, eu era repugnante porque eu lidava com corpos... a gente se sentia alijado de todos sendo que o trabalho mais penoso era o nosso. (Narrativa de um TNA)*

Assumo a perspectiva de que em permanente construção, transformação constante e inexorável, o sujeito não está pronto e acabado, tampouco é passivamente determinado por influências externas. “Ele se constrói através do processo de subjetivação que é, de fato, um trabalho interminável da busca de si mesmo, de um funcionamento em primeira pessoa, na vida” (Lhuillier, 2017, p.297). Este processo/trabalho de subjetivação demanda a implicação do corpo e suas possibilidades de experimentação do mundo e da vida social. Ao se confrontar com o mundo e agir sobre ele, os sujeitos colocam em movimento afetos, percepções, experiências, ideias e valores que se transformam diante das várias dramáticas da vida

cotidiana. Assim, os campos de atuação social podem favorecer processos de subjetivação emancipatórios, onde pessoas se tornam sujeitos protagonistas ou podem dificultar este processo produzindo assujeitamentos, “coisificando-os”, diria mesmo necrosando, decompondo, tornando-os “cadáveres”. O trabalho tido como categoria fundamental de análise destes processos não escapa a essa dupla possibilidade. Aliás, é preciso pensá-lo para além dessas possibilidades, pensá-lo na sua processualidade, no seu dinamismo, ao ponto que se destacam duas vicissitudes. Faço-o com finalidade mais pedagógica que conceitual, pois o trabalho conduz a diversos caminhos. Enquanto categoria fundamental de análise, compreendemos que produz subjetivamente processos variados.

A concepção de trabalho que adoto aqui, a despeito da polissemia deste termo, é aquela que o compreende enquanto um processo vivo e dinâmico, do qual participam o homem e a natureza. Processo no qual o homem, enquanto espécie, pode se tornar humano ao colocar seu corpo em interação com a natureza de modo a transformá-la. Apropria-se dela e ao modificá-la modifica a si mesmo, se humaniza, produz cultura. (Marx, 1980). O trabalho exerce papel fundamental na estruturação psíquica e na formação da identidade dos sujeitos, sendo, portanto um aspecto central de socialização (Antunes, 2004). É importante considerar que apesar de etimologicamente a palavra vincular-se à “*tripalium*”, instrumento de tortura formado por três paus (Viegas, 1989), também pode assumir o sentido de “labor” (Viegas, 1989). Labor, do latim que designava o trabalho braçal como a laboração do campo, ou o cultivo de terras. Assim: “Trabalhar, enquanto cultivar, é uma palavra que nos remete diretamente ao sentido da palavra cultura. Cultivar é fazer cultura. A cultura é cultivada, é fruto de um processo de enriquecimento, de um processo de transformação. (Viegas, 1989, p.6)”.

Em sentido complementar, explorando ainda esta polissemia do conceito de trabalho, pode ser expressa, por exemplo, pelas concepções gregas sobre o tema. Bittencourt (2018) resgata das poesias de Hesíodo (750 a 650 aC) duas perspectivas sobre o trabalho. A primeira enquanto *Ponos*: atividade degradante e servil, um castigo extenuante cujo “todo dispêndio de energético do corpo, perpetua a miserabilidade humana”. Porém o poeta também o interpreta sob a ideia de *Egon*, uma atividade que produz riqueza e com potencial de dignificar o homem. Para Bittencourt (2018), há um esforço na obra de Hesíodo em transpor a figura do herói valente grego do campo bélico para a figura do sujeito anônimo, aquele que “centra a sua força criativa no trabalho e produz pacientemente, sob as condições mais adversas, para suprir as necessidades vitais da pólis” (Bittencourt, 2018, p.358). Dignifica assim o trabalho,

estigmatizado na cultura grega arcaica, como elemento de restrição de liberdade, “atividade indigna de homens livres” (Bittencourt, 2018, p.358).

Apesar de tantas concepções possíveis, concordo com Arendt (1981) citada por Bittencourt (2018) sobre a importância do trabalho na vida humana. “O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa pertinência e durabilidade da futilidade da vida humana e ao caráter efêmero do tempo humano” (Arendt, 1981, citada por Bittencourt, 2018, p307).

A despeito das definições, é preciso marcar o caráter dinâmico e processual do trabalho, que envolve elementos que vão além de sofrimento ou prazer. Enquanto pesquisador em Psicologia, acredito e luto pelo trabalho enquanto labor (Viegas, 1989), meio de emancipação, transformação e produção de cultura. Para, além disso, que este não se resuma a emprego ou exercício remunerado. Sobre a possibilidade de sofrimento no trabalho, é preciso considerá-la: até porque o sofrimento é ubíquo à vida humana, que pode ser compreendido enquanto:

Uma experiência vivenciada, ou seja, é um estado mental que implica um movimento reflexivo da pessoa sobre seu ‘estar no mundo’, o sofrimento é sempre, antes de tudo, um sofrimento do corpo, engajado no mundo e nas relações com o outro (Dejours, 1998, p.19)

Porém, opto pela ideia de que os sujeitos não são inertes, vítimas passivas de influências externas. Assim, é preciso pensar os trabalhadores, em qualquer contexto, como sujeitos ativos, que, mesmo diante de *Ponos* ou *Tripallium*, conseguem resistir, subverter as condições de trabalho. Como bem ensina a Psicodinâmica do Trabalho (PDT), uma das Abordagens Clínicas do Trabalho, o sofrimento pode manifestar-se de modo criativo ou patológico. No mundo do trabalho dos TNAs. Ele é criativo quando diante dos fatores agravantes, o sujeito consegue produzir soluções inovadoras que inclusive drenam parte da energia aliviando o tensionamento:

Eu particularmente procurei me desenvolver mais que meus outros colegas, aprendi mais sobre balística forense com os livros de Geraldo Rabelo, no nosso caso a balística terminal né? A medicina legal propriamente e tudo porque eu ficava frustrado com o ambiente então eu queria me notabilizar através de algum conhecimento adicional que não foi dado academicamente, foi busca minha. Eu queria deixar a profissão um pouco mais e...como eu poderia dizer, menos

estigmatizada. Eu queria que a gente se notabilizasse por um trabalho mais técnico né, tanto que, por exemplo, as dissecações que a gente fazia, eu que comecei a fazer dissecação no pescoço por planos, antes não havia. Eu via uma prancha anatômica com as estruturas abatidas e copiei conforme aquilo que estudava. Tornou-se um padrão mesmo eu sendo leigo, eu consegui com facilidade. (Narrativa de um TNA)

O trabalho é, portanto, elemento de subjetivação que conduz a diversos lugares. Para mim, enquanto pesquisador interessa a relação entre subjetividade e trabalho e seus desdobramentos. Porém vale ressaltar que quando a psicologia se aproximou deste campo de estudo, já teve outros vieses de interesse. Inicialmente ao abordar o tema do mundo do trabalho, a psicologia já o encontrou sendo estudado de modo mais ou menos consolidado por outros campos. Assim, teve que se apropriar do tema de modo constitutivo e reconstitutivo, como ensina Bendassolli (2011b).

Na primeira perspectiva, a constitutiva, a psicologia “edifica suas abordagens do trabalho a partir de uma herança ou de conjuntos de repertórios de época sobre o trabalho” (Bendassolli; 2011b, p.13). Já no caso da aproximação reconstrutiva, a psicologia criou novas interpretações, metáforas, valores, significados e aproximações de conceitos e questões já vigentes sobre o trabalho. Todo este manejo necessário à psicologia, no exercício de compreensão do mundo do trabalho, e do sujeito que trabalha, é produto de mudanças sociais, culturais e econômicas que exigiram reformulações em níveis teóricos, tecnológicos e metateóricos (Bendassolli, 2011b).

As ACTs, que serão exploradas em outro capítulo, adotaram epistemologicamente as proposições sobre o trabalho expostas até o momento. Mais especificamente, o trabalho é entendido pelas ACTs como um campo de atuação social onde ocorre uma mediação entre o mundo psíquico e o social (Bendassolli; Soboll, 2011, p.4) ou ainda como ensina Silva (2016, p.37), para as ACTs “a noção de trabalho é tomada na sua acepção processual, como atividade humana, dando destaque a análises das situações concretas de trabalho”. Atividade humana desenvolvida em qualquer contexto onde possa ocorrer essa mediação entre mundo psíquico e social.

Enquanto psicólogo me interessa compreender os afetos e impactos psicossociais sobre os TNAs diante de sua atividade. Quem são as pessoas que trabalham no IML? O que fazem? Porque fazem? Porque trabalhar com corpos? Quais os desafios? Que modos de subjetivação podem ser produzidos na atividade com cadáveres? As ACTs constituem um

campo fértil de pressupostos teóricos e ferramentas de análise e intervenção aplicáveis sobre a investigação de produção de subjetividades em contexto.

## **II CAPÍTULO: PSICOLOGIA DO TRABALHO EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA E AS ABORDAGENS CLÍNICAS DO TRABALHO**

Existe relativo consenso dos pesquisadores do campo da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT), de que durante seu desenvolvimento, ao menos três fases podem ser observadas, sendo elas: a Psicologia Industrial, a Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho, propriamente dita (Sampaio, 1988). Entre elas surgem rupturas epistemológicas e ideológicas, apesar de também ser possível observar a persistência de práticas gerencialistas, autoritárias e com foco no controle que atravessaram a fase industrial encontrando espaço na era organizacional. Mas é preciso pontuar que determinantes de ordens diversas como econômica, política, ética, científica etc. contribuíram aos poucos para novas formas de se abordar a noção de sujeito e de trabalho e a relação entre ambos. Estes determinantes, demasiadamente amplos e complexos que não caberiam neste estudo, permitiram o florescimento das Abordagens Clínicas do Trabalho (ACTs).

É possível compreender as ACTs como um conjunto de teorias que se interessam pela relação entre subjetividade e o mundo do trabalho. De origens e filiações diversas, elas possuem um objetivo comum: “lutar contra a vulnerabilização social, contra a ocultação do real do trabalho e as formas de alienação e invisibilidade social” (Bendassolli & Soboll, 2011, p.8). A invisibilidade social de certos grupos de trabalhadores é construída por diversos fatores como a classe social que estes ocupam, os locais em que laboram, as ferramentas de trabalho que utilizam, mas sobretudo a natureza do trabalho que realizam. As ACTs dividem ainda alguns pressupostos em comum, dos quais destacarei dois: o conceito de trabalho e a diferença entre trabalho prescrito e real.

Ao retomar Bendassolli e Soboll (2011) e a afirmação de que o trabalho é compreendido pelas ACTs como um capo de atuação social com potência de intercambio entre subjetividade e mundo social, fica evidente a íntima relação dessas teorias com a Psicologia Social. Por esta razão a psicologia do trabalho, e por consequência as ACTs, compõem uma vertente da psicologia social (Veronese, 2003). Sobretudo quando consideramos o caráter crítico das ACTs, bem alinhada ao escopo de uma psicologia social

crítica do trabalho, que considera adesão de paradigmas específicos como: 1 o caráter histórico dos fenômenos psicossociais; 2 a preocupação com a construção do conhecimento e não a captura de uma verdade; 3 reconhecimento de uma realidade construída coletivamente, de modo dialético; 4 a recusa do pensamento dualista, que separa mundo interno do externo; 5 a recusa da ideia de objetividade e neutralidade do cientista, em relação a seu objeto de pesquisa; 6 uma psicologia social crítica do trabalho, que se interessa sobretudo pela transformação social. Sendo assim, endosso o pensamento de Veronese (2003, p.6):

Acredito na importância de fazer escolhas, éticas, estéticas, epistemológicas, filosóficas. Estas escolhas, neste momento, me levam para a tentativa de contribuir na direção de uma psicologia social crítica do trabalho. Os principais desafios situam-se no campo da exclusão do trabalhador da sociedade civil central, na sua exploração, nos tipos de relações de trabalho desumanizantes e injustas, na preocupação com a transformação da micro-política das relações de trabalho.

A distinção entre o trabalho prescrito e o trabalho real, desenvolvida pela Ergonomia, é outro pressuposto compartilhado pelas ACTs. Parte da ideia de que entre o que é sistematicamente pré-estabelecido pela organização, em termos de atribuições e normas, e o que realmente se efetiva, na prática do trabalho, existe uma lacuna. É justamente neste espaço que, movido por inúmeras adversidades inerentes à prática, que o trabalhador consegue em maior ou menor grau colocar em movimento aspectos subjetivos, criando modos de operar na realidade que, por vezes, contradizem, complementam, modulam, transgridem o trabalho prescrito. “No hiato entre ambos, prescrito e real, vemos a ação do imprevisto, daquilo que resiste e questiona a tentativa de captura total do trabalho em normas e procedimentos instrumentais” (Bendassolli & Soboll, 2011, p.4). Porém podemos atribuir o crédito da percepção sobre o impacto das normas e da racionalização técnica sobre a vida e o trabalho à Canguilhem que, de modo magistral, ensinou que existem várias racionalizações e várias normas em um pluralismo que é balizado por “valores que podem ser julgados em toda organização econômica” (Canguilhem, 2001, p.118).

Estes elementos que se revelam no trabalho prescrito muitas vezes não encontram harmonia com os valores construídos na história de vida dos trabalhadores. A consequência disso é o desdobramento de um conflito, pois, nas palavras do mesmo autor: “todo homem quer ser sujeito de suas normas” (Canguilhem, 2001, p.120). Mas sempre há, ao menos potencialmente, chances de superação, de inventividade diante das normas, que por vezes se

revelam verdadeiros obstáculos ao trabalhador, restringindo o poder de agir dos sujeitos do trabalho. Na concepção de Canguilhem (2015, p.217) é a aspiração dos homens uma espécie de superação: “O animal no qual o homem sonha em se metamorfosear é o delegado pelo homem para o sucesso de um ato que um obstáculo natural ou uma censura social o impede de executar”. As ACTs são contaminadas pelo pensamento de Canguilhem, de modo que se esforçam no sentido de promoção da vida, mesmo quando o contexto laboral seja a própria morte. Compreendem que o trabalhador tem latente a possibilidade de “uma metamorfose” face às impossibilidades de realização do trabalho, diante do prescrito e imposto pela organização.

A vida não pode ser por inteira capturada pelas normas, o mesmo vale para o trabalho, como parte estruturante da vida, a imprevisibilidade dos fenômenos demanda assim um esforço de criação e solução dos conflitos e obstáculos que surgem na lacuna entre prescrito e real, como na narrativa de um TNA destacada no capítulo anterior. A morte como a única certeza, ainda assim surpreende mesmo os TNAs, devido à sua variabilidade, que escancara a fragilidade humana. Assim, pergunta Canguilhem (2015, p.285): “O valor da vida, a vida como valor não se enraizaria no conhecimento de suas precariedades essenciais?” Estas reflexões nos instigam a investigar os processos de subjetivação de profissionais do IML/BH, diante das contradições entre prescrito e real. Assim, o arcabouço teórico das ACTs, herdeiro do pensamento de Canguilhem, é apresentado de modo sucinto na sequência.

## **2.1 Ergonomia**

O primeiro conceito sobre Ergonomia data de 1949, elaborado pelo inglês Kenneth Frank Murrell, que define o termo ergonomia como “o estudo das relações entre o homem e seu ambiente de trabalho”, dando assim o início “oficial” à ergonomia, enquanto ciência autônoma (Silva, *et. al.*, 2010). Além de significativo arcabouço teórico, a ergonomia pode ser compreendida como uma disciplina prática que se debruça sobre o trabalho humano, buscando por uma integração dos aspectos físicos, psicológicos e sociais do trabalho. Tem por objetivo a transformação do trabalho, através da criação de condições de trabalho favoráveis que impactem positivamente na saúde dos sujeitos, alinhando estas transformações aos anseios econômicos das instituições (Araújo; Leite & Oliveira, 2021). Historicamente, esta disciplina precisou ser diversas vezes reformulada até culminar nas vertentes mais recentes como a Ergonomia Organizacional e Ergonomia da atividade, que tiveram influência significativa na construção das ACTs.

Os estudos em ergonomia acabaram sendo divididos em duas grandes correntes: a anglo-saxônica e a francófona. A segunda teve grande influência da Psicologia, principalmente após 1966, na figura do médico e psicólogo Alain Wisner, responsável pelo “Laboratório de Ergonomia e Neurofisiologia do Trabalho do Conservatório Nacional de Artes e Ofícios” em Paris:

O professor Wisner tanto incentivou a ergonomia brasileira quanto orientou um dos primeiros trabalhos de ergonomia da Fundação Getúlio Vargas, cujo tema era a plantação de cana-de-açúcar na área rural da cidade de Campos, no Rio de Janeiro. Também incentivou vários brasileiros à pós-graduação em ergonomia na sua instituição de origem, já na década de 1980. (Silva, *et. al.*, 2010, p.95)

Na década de 1970, ela passou a englobar a organização em seu escopo de estudo, focando a estrutura, as regras, o conjunto sociotécnico do trabalho e a influência destes elementos no processo produtivo. A Ergonomia produziu uma das maiores contribuições que foi incorporada pelas ACTs: a distinção entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ou atividade. Ensina Ferreira (2007, p.6) que o trabalho prescrito ou tarefa está “circunscrito num contexto particular de trabalho, representando os ‘braços invisíveis’ da organização do trabalho, que fixa as regras e dita os objetivos qualitativos e quantitativos da produção”. Já o trabalho real ou atividade comporta outras dimensões:

Trabalho real, comporta a atividade do sujeito, seu *modus operandi* numa temporalidade dada, num lócus específico; onde **ele coloca em jogo todo o seu corpo, sua experiência, seu *savoir-faire*, sua afetividade** numa perspectiva de construir modos operatórios visando regular sua relação com as condições objetivas de trabalho (Ferreira, 2000, p.7, **grifo nosso**)

A Ergonomia francófona foi contundente desde o início em evidenciar uma considerável “longitude ou a distancia existente entre o trabalho formalmente prescrito e o trabalho real em situação, independentemente do grau de sofisticação do sistema sociotécnico produtivo” (Ferreira, 2000, p.9). É importante destacar que essa noção de “real” foi consideravelmente ampliada dentro das ACTs. Essa diferenciação mostrou a importância de considerar a perspectiva dos trabalhadores no centro das análises ergonômicas, ao contrário de fazer deles objetos passivos de análise, pois é a partir deles e com eles que de fato se pode conhecer o trabalho real.

## 2.2 Psicossociologia do Trabalho

Datada de meados de 1930, a Psicossociologia assume como principal interesse os arranjos de mediação existentes entre o indivíduo e a sociedade. Assim ela permite a desconstrução de pontes que até então separavam a psicologia do indivíduo e as ciências sociais. Mais do que isso, ela é em gênese pluridisciplinar por postular que a compreensão da realidade é complexa e jamais poderá ser elucidada totalmente, sobretudo por apenas um campo de saber. Participam desta a Psicologia, Sociologia, Antropologia, História etc. (Carreteiro & Barros, 2021). Tem entres seus principais expoentes figuras como Max Page, Eugene Enriquez, André Lévy, entre outros.

Inicialmente a Psicossociologia era aplicada aos estudos e intervenções em pequenos grupos. O funcionamento dos grupos e organizações, as relações de poder e os conflitos oriundos da convivência dos coletivos, seja na família, no trabalho, ou em qualquer outro contexto, estiveram sempre entre os campos de pesquisa e intervenção da Psicossociologia (Barus-Michel; Enriquez & Lévy, 2013). As intervenções psicossociológicas têm por objetivo: “a transformação das relações sociais, participando na construção de projetos que visam produzir formas de emancipação daqueles que nela estão envolvidos, tanto individual quanto coletivamente” (Carreteiro & Barros, 2014, p.102). Assim compreende-se que a psicossociologia “não tem um objeto próprio, ela trabalha com as demandas que lhe são endereçadas, buscando transformações sociais, priorizando a relação entre indivíduo e sociedade” (Carreteiro & Barros, 2014, p.227).

É por esta razão, ou seja, o foco nos grupos e a compreensão de que não existe um objeto próprio, que esta abordagem por muito tempo não tomou o trabalho como questão central em suas análises. E concordam alguns autores que ela se interessa principalmente “pelas relações entre o sujeito e seu meio ambiente e consideram o trabalho um aspecto deste último” (Amado & Enriquez, 2021, p. 110). A Psicossociologia dedicou atenção especial à vida das organizações, por postular que estas são mantidas e nutridas pelos laços afetivos dos grupos a elas pertencentes. Os sujeitos expressam nessas organizações questões imaginárias e inconscientes, não estão ligados apenas em função de tarefas que exercem, seja no trabalho, na igreja, no lar, ou na escola, mas: “ligados a um sistema mediador entre o indivíduo e a sociedade, o grupo, a organização ou a instituição” (Amado & Enriquez, 2021 p. 116). Todo este conhecimento abre precedentes para uma atuação clínica da psicossociologia que cresce a partir da década de 40, na França, permitindo concluir que:

A psicossociologia se constitui em uma das clínicas do trabalho, tanto por seu caráter clínico e plural, quanto por suas orientações epistemológicas, teóricas e metodológicas. Entende o trabalho como fundamentalmente encontro e troca com os outros. É o que permite “sair de si”, o que requer a capacidade de realizar uma obra útil [...]. Permite o sujeito inscrever-se em uma história coletiva [...]. O trabalho, entendido em seu sentido genérico, ao mesmo tempo em que altera a natureza, autotransforma o que trabalha por meio da relação com a cultura, da identificação com o grupo, da autorealização e do sentimento de autoestima que dele decorre. (Carretero & Barros, 2021, p. 232)

Quando finalmente voltou suas lentes para o campo de trabalho, de modo mais dedicado, a Psicossociologia se debruçou, entre outros, sobre o campo da informalidade, dos ofícios marginais e estigmatizados. Assim, grande parte dos estudos sobre os TNAs, produzidos até o momento, busca de alguma forma o referencial teórico da Psicossociologia.

Recentemente, o trabalho, enquanto atividade humana tem ocupado lugar de destaque para os que se dedicam à psicossociologia (Amado & Lhuilier, 2014). Assim a noção de atividade passa a ser o conceito central de análise:

A atividade está na base da construção do sujeito e das unidades sociais. Esta afirmação procura destacar a centralidade da atividade (e não necessariamente do trabalho, no sentido que lhe é dado com mais frequência, ou seja, o de trabalho produtivo remunerado), tanto nos processos de subjetivação quanto na fabricação do laço social (Lhuilier, 2017 p.297)

Então: “a partir de uma referência comum à ergonomia e à psicopatologia do trabalho, essa concepção de atividade une-se à desenvolvida pelas diversas correntes da clínica do trabalho (Lhuilier, 2006, p.22)”. A Psicossociologia do Trabalho se aplica bem aos interesses desta pesquisa, pois permite a compreensão das repercussões cotidianas da construção dos sentidos do trabalho para os TNAs e modos de subjetivação produzidos por intercâmbio de determinantes sociais mais amplos e mesmo dos pequenos grupos, os coletivos de trabalho. Nesta dissertação tomarei emprestados os conceitos de trabalho sujo (Hughes, 1962) e negativo psicossocial (Lhuilier, 2009), muito explorados pela Psicossociologia do Trabalho, que, como mostrarei, possui estreita relação com a atuação profissional destes trabalhadores.

### 2.3 A Psicodinâmica do Trabalho

A Psicodinâmica do Trabalho (PDT) tem como referência principal a figura do francês Christophe Dejours que, após anos de estudos e pesquisas sobre o adoecimento mental no trabalho, questionou a Psicopatologia do Trabalho de sua época, por debruçar-se demasiadamente sobre o sofrimento. Para Dejours, “o grande enigma da PDT não é a doença mental e sim a normalidade, isto é, o que importa é compreender as estratégias defensivas adotadas pelos trabalhadores com finalidade de evitar a doença” (Lima, 1998, p.33). Deste modo, Christophe Dejours propôs a Psicodinâmica do trabalho, por compreender que este não se resume ao sofrimento:

O desenvolvimento da psicopatologia do trabalho em direção à psicodinâmica do trabalho está baseado em uma ‘descoberta’ essencial, que é o reconhecimento de que a relação entre a organização do trabalho e o homem não é um bloco rígido, mas está em contínuo movimento. (Dejours, 1998, p.46)

Assim, a grande questão levantada pelos psicodinamistas pode ser expressa em: “como os trabalhadores conseguem não ficar loucos, apesar das exigências do trabalho que, pelo que sabemos, são perigosas para a saúde mental?” (Dejours, 1998, p.17). Ampliar o foco de análise do sofrimento para a normalidade, chegando ao prazer no trabalho, demanda a compreensão de uma “dinâmica” que envolve um tensionamento entre prazer e sofrimento.

Influenciado pelos trabalhos da Psicopatologia do Trabalho tradicional de Sivadon e Le Guillant, e pela Psicanálise, Dejours, como outros pesquisadores e teóricos, acreditava inicialmente que em determinados contextos de trabalho potencialmente nocivos, algumas pessoas iriam necessariamente padecer psicologicamente. Contudo, nos contam Lancman e Uchida (2003) que as pesquisas de campo de Dejours lhe mostraram que essa hipótese não se comprovava. “Ao contrário, Dejours encontrava o que denominou um *estranho silêncio*. Não encontrava os ruídos da loucura do trabalho, mas um estado de normalidade”. (Lancman & Uchida, 2003, p.82). Esse estado de normalidade e silêncio fez nascer uma incógnita que levou Dejours a desenvolver a PDT e a postular que, diante de contextos de trabalho adoecedores, os sujeitos “lançam mão ou de mecanismos de defesa, quando trabalham sós e isolados, ou de estratégias de defesa, quando o trabalho é em equipes e grupos” (Lancman & Uchida, 2003, p.82). Afirma ainda o próprio autor: “a normalidade ocorre de saída como

equilíbrio instável, fundamentalmente precário” (Dejours, 2011, p.62), como forma de tolerar o real do trabalho. A PDT é uma abordagem rica em conceitos que ajudarão a refletir sobre os processos que se desenrolam durante a atividade dos TNAs do IML/BH. Nesta pesquisa, trabalharei com os conceitos de sofrimento criativo e patológico, já mencionados no capítulo introdutório, e a concepção da dinâmica de reconhecimento, que irei explorar no capítulo final.

## 2.4 Ergologia

A Ergologia, enquanto suporte de pesquisa e intervenção, possui uma definição oscilante de tal modo que alguns a consideram uma abordagem que também se “encaixa” dentro das ACTs, enquanto que outros, como uma postura ou como designado uma *démarche* (Athayde; Souza & Brito, 2014). A Ergologia vem sendo desenvolvida desde a década de 80, tendo como principal representante o filósofo Yves Schwartz, que a desenvolveu junto à Universidade francesa de *Aix-Marseille*. Schwartz por vezes usou a expressão *approche*, que se traduz mais claramente em português como aproximação ou abordagem. Optamos neste trabalho por essa expressão, levando em conta que “caracteriza-se não como uma nova disciplina ou abordagem (em *stricto sensu*), e sim como uma postura” (Athayde; Souza & Brito, 2014, p.130).

Schwartz (2010, p.37) a apresentou como “um projeto de melhor conhecer e, sobretudo, de melhor intervir sobre as situações de trabalho para transformá-las”. Postulou a importância e inevitabilidade de estudos sempre pluridisciplinares a respeito das situações de trabalho, compreendendo que a complexidade da atividade humana não pode ser explicada em sua completude, muito menos a partir de recortes epistemológicos reducionistas. Etimologicamente, a palavra ergologia deriva do grego “*ergasesthai*” o equivalente a “o fazer em geral”, assim, para Schwartz (2013), trata-se de um estudo da atividade humana. Por este prisma, podemos concluir que a questão central da Ergologia é a noção de atividade, ponto de partida e de chegada da postura ergológica (Schwartz, 2010). Compreende-se que “[...] a atividade é vida. E a vida não pode se desenrolar sob o registro do estrito enquadramento, ou da estrita heterodeterminação, ou seja, do assujeitamento estrito ao meio, isso seria *invivível*” (Schwartz, 2010, p. 95). Em outras palavras, trata-se de uma compreensão vitalista com forte influência de Canguilhem, que concebe o meio social sempre como imprevisível, demandando inventividade diante da vida.

A ergologia entende o trabalho como ambiente de vida, mesmo porque dissolve a diferenciação entre atividade de trabalho e atividade humana. Outro elemento importante é

que trabalho é sempre ambiente de aprendizagem, pois como atividade intelectual, é preciso pensar antes de fazer, mas é também fazendo que se aprende. E terceiro, ao trabalho é necessário o confronto de saberes técnico-científicos e saberes da experiência, confronto que permite uma síntese, um enriquecimento e ampliação do conhecimento em ambas as esferas, através do diálogo.

Vale reforçar que os conceitos, em ergologia, são em certa medida perecíveis, pois carecem sempre de reformulação, quando postos à prova diante das situações concretas (Athayde; Souza & Brito, 2014). Portanto, enquanto uma proposta de abordagem clínica do trabalho. Para esta dissertação, interessam os conceitos de normas antecedentes e renormalização, que são trabalhados ao longo do texto, junto aos relatos dos entrevistados.

## **2.5 Clínica da Atividade**

A Clínica da Atividade (CAT) tem como principal expoente o professor Yves Clot, que desenvolveu esta abordagem no *Conservatoire National des Arts et Métiers*, em Paris. Baseou-se principalmente em um grupo de três grandes referências. A primeira: os trabalhos de Ivar Oddone, da Itália, em meados da década de 70. Em segundo lugar, pelas produções da psicologia sócio-histórica de Vygotsky, Luria e Leontiev. E, por último, os estudos de linguística de M. Bakhtin.

A CAT se importa em construir a percepção sobre um trabalhador potencialmente capaz de agir sobre seu meio, se interessa não pelo sofrimento, mas pelo poder de agir, conceito fortemente presente na filosofia de Espinoza, e reformulado por Clot como ferramenta de análise. Assim explica: “não se trata, em matéria de análise do trabalho, de cuidar do trabalhador, trata-se de, no método de ação, fazer trabalhar os trabalhadores para cuidarem do trabalho” (Clot, 2007, p.222). Propõe a análise colaborativa da atividade de trabalho buscando as relações entre a atividade e a subjetividade, entre aspectos individuais e coletivos. (Clot, 2017, p.19)

O conceito de atividade reaparece com um distanciamento inquestionável da ideia de tarefa, não é meramente o trabalho realizado e observável de imediato. Se a ergonomia apontou a diferença entre trabalho prescrito e o trabalho real, a CAT mostrou que esse trabalho real extravasa as dimensões do que se imaginava. Assim, a atividade realizada, ou o trabalho real, é apenas uma minúscula parte do real da atividade. “O realizado não tem o monopólio do real” (Clot, 2010, p.104). Em outras palavras, a ação ou o trabalho observável representa uma ínfima parcela de um extenso mosaico de atos possíveis de serem operados naquela mesma situação, e que, entretanto não foram. O fato de essas ações não terem sido

realizadas não significa que deixaram de existir. Este “real da atividade” é uma concepção da qual me aproprio para refletir sobre os TNAs, que, através de suas narrativas, mostraram parte de sua atividade. Ensina a CAT que o real da atividade envolve: a tarefa que foi realizada; aquilo que não pode ser feito, mas que se desejou fazer; e paradoxalmente até mesmo os elementos que o trabalhador executou sem querer realizar para poder concluir a tarefa. Todo este processo, de fato, não observável a primeira vista.

A proposta é justamente aumentar o poder de agir dos trabalhadores sobre a própria atividade, de modo que tenham, através de uma análise colaborativa, uma dimensão não apenas do trabalho realizado, mas de toda mobilização subjetiva para fazê-lo. É essa ampliação do poder de agir que Clot percebe como um exercício, no sentido da saúde, da vida. Concorda com a perspectiva Ergológica de que “a atividade é um impulso de vida, de saúde, sem limite predefinido” (Durrive & Schwartz, 2010, p.36). Assim, o que causa o sofrimento e o adoecimento dos trabalhadores é a restrição desse poder de agir que, em termos ergológicos, é a impossibilidade de uma renormalização.

Em síntese, para além dos aspectos singulares de cada abordagem, é importante destacar que as ACTs creditam grande valor à construção e manutenção dos vínculos de confiança, confidencialidade, colaboração, pertencimento e construção conjunta de saberes que configuram um coletivo de trabalho. Entendem de modo geral que a fragilização destes espaços simbólicos está no cerne de vários problemas associados ao mundo do trabalho. As ACTs foram utilizadas nesta dissertação como um referencial importante, porém não único. Considero assim como posto pela Ergologia que o universo do trabalho é demasiadamente complexo para ser compreendido por um único campo de saber, assim procurei integrar conhecimentos diversos que passam pela Psicologia, Antropologia, Sociologia, Medicina e Direito, reconhecendo obviamente minhas próprias limitações em cada uma destas áreas. Ainda mais relevante, o conhecimento tácito dos trabalhadores que será realçado ao longo do texto. Assim meu caminho como explicarei na sessão seguinte é inverso, sai de uma abordagem etnográfica que busca nas ACTs elementos de compreensão dos fenômenos. O campo determinou a escolha dos referenciais teóricos e metodologia utilizada.

### III PERCURSO METODOLÓGICO

*“Cada método é uma linguagem, e a realidade responde na língua em que foi perguntada”*. Boaventura dos Santos (2018, p. 48)

É importante, antes de esclarecer a metodologia, enfatizar que quando opto por adotar a perspectiva de uma psicologia social crítica, sobretudo com um referencial teórico nas ACTs, abro mão da concepção de neutralidade diante do objeto de estudo. Trata-se de uma postura de *contaminação* pelo campo a ser investigado, reconhecendo o grau de implicação, devido ao fato de ser, eu também, um TNA atuante no IML/BH como explicarei mais a frente.

O estudo aqui proposto teve como finalidade principal investigar processos de subjetivação em profissionais que trabalham com cadáveres no IML/BH, à luz das ACTs. Neste sentido, conduzi uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por configurar uma pesquisa que envolveu aspectos psicossociais complexos e que procurou compreender a relação dos sujeitos investigados com seu trabalho (Minayo, 2006). Procurei também evidenciar em segundo plano, aspectos como a construção da identidade profissional, as estratégias psicológicas defensivas, ante o sofrimento no trabalho, a noção de reconhecimento, as lacunas entre o trabalho prescrito e o real e a potência criativa do trabalhador, neste hiato, além dos desafios, aspirações e realizações no trabalho. Trabalho marcado por determinantes históricos e culturais.

Analisando historicamente as atividades humanas, é possível observar que várias delas sofrem de forma mais direta os efeitos de uma hierarquização, associada à divisão de trabalho (Braverman, 1974) (Durkheim, 1977). Conseqüentemente, os sujeitos humanos designados para o exercício de tais atividades defrontam-se cotidianamente com os desdobramentos dessa cisão carregada de valores, que implica muitas vezes em invisibilidade, humilhação e outras formas de qualificação. O levantamento bibliográfico e as entrevistas que apresentaremos nesta pesquisa, revelam que os TNAs são estigmatizados, sofrendo também os impactos dessas representações, que lhes atravessam não apenas a vida profissional, mas a própria condição subjetiva. O teor da atividade que realizam lhes impõe um custo alto e eles, por estratégias ainda não esclarecidas, são silenciados diante do sofrimento no trabalho. Neste sentido, a abordagem qualitativa apresentou-se não apenas como um método, mas como modo

de empoderamento e de reconhecimento desses trabalhadores, tomados como sujeitos ativos que têm algo relevante a dizer sobre sua atividade.

Lancei-me nesta investigação pelo interesse na relação subjetividade/trabalho e pelo movimento intrigante e dinâmico desta relação que indiretamente percebia em meus colegas de trabalho. Afirmando então uma posição de horizontalidade entre pesquisador e pesquisado, em que o conhecimento produzido, é fruto de uma construção colaborativa que reconhece a *expertise* do trabalhador, seus modos de fazer, criar, produzir, e principalmente a experiência do vivido, do *visceral* por eles relatado. Essa postura vai ao encontro das metodologias utilizadas pelas ACTs que valorizam sempre o trabalhador enquanto sujeito ativo produtor de potência e saberes.

Aprendi com grandes colaboradores e incentivadores dessa dissertação, que minha pesquisa sobre os Trabalhadores de Necroatividades já havia começado muito antes de eu ter explícita consciência disso. Foram anos de coletas de documentos, materiais, reportagens, participação em movimentos sindicais sem que isso inicialmente fosse tido como elementos de pesquisa. Mais relevante ainda, quase uma década escutando relatos, em encontros com tamanha potencialidade de afeto, de tal modo que estes relatos ficaram marcados em minha memória sem que eu mesmo imaginasse que um dia os utilizaria neste texto. Relatos dos TNAs sobre sua atividade, sobre suas vidas, sobre o significado do trabalho, as angústias e os desafios. Eu os apresentarei em pequenos trechos, que apesar de parecerem curtos comentários contêm uma riqueza de significações que me atreverei tentar explorar amparado nas ACTs. Estes relatos foram identificados pela sigla “RECOM” (Registro de Comentário). Para além destes elementos, realizei três entrevistas narrativas em profundidade colhidas no curso desta dissertação, das quais alguns segmentos foram apresentados e identificados pela sigla “EN/TNA-X” (Entrevista narrativa com trabalhador de necroatividade x). A construção metodológica resumiu-se, portanto em: A) revisão de literatura; B) pesquisa documental C) entrevistas narrativas em profundidade associadas à etnografia e relatos dos TNAs.

#### A) Revisão de Literatura:

A revisão de literatura foi construída a partir das bases de dados *Scielo*, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Catálogo de Teses e dissertações da CAPES. Elenquei inicialmente os termos: psicologia do trabalho, trabalhadores em Instituto Médico Legal, auxiliares de necropsia e trabalho sujo. Termos que utilizei por compreender que possibilitariam acesso a textos que vinculassem, direta ou indiretamente, a perspectiva da Psicologia do Trabalho aos profissionais que manipulam

cadáveres. Os termos então foram agrupados da seguinte forma: “Trabalhadores do IML / Psicologia”, “IML/Psicologia do trabalho”, “Auxiliares de necropsia/Psicologia” e “Trabalho sujo/Psicologia”. Selecionei assim artigos e dissertações em português, nos bancos de dados já mencionados, do período de 2005 a 2021, utilizando o operador booleano “AND”. Essa revisão foi crucial por me permitir um distanciamento do objeto estudado a partir do olhar de outros pesquisadores.

#### B) Pesquisa documental:

Os profissionais abordados nesta pesquisa são oriundos de um campo específico, o IML/BH, que por mais que guarde similaridade com os demais órgãos públicos de mesma natureza, relatados em outros estudos (Barros & Silva, 2004), (Oliveira & Hoch, 2011), (Aldé, 2003) (Silva *et al.*, 2016), possui uma história própria. Por essa razão, realizei uma pesquisa documental, levantando diversas notícias de jornais sobre acontecimentos relevantes no IML/BH, que foram trazidas à luz em capítulo específico. Não interessava a narrativa dos trabalhadores apenas em suas vivências na atividade com cadáveres descontextualizados em relação a determinantes políticos, históricos, econômicos, ideológicos etc.. Então procurei explorar um pouco dos fatos relevantes ocorridos no IML/BH, nas últimas décadas, que também contribuíram para processos de subjetivação destas pessoas. Os documentos foram base da elaboração de um contexto sendo compreendidos como: “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consultas, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais e sonoros, imagens, entre outros (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2011, p.12).”

Esses documentos são em maioria reportagens, documentos jurídicos e fotografias que mostram os eventos, não de modo passivo, mas sim em coerência com referencial teórico escolhido, referencial crítico, político e interessado na relação subjetividade/trabalho, e as formas de produção de subjetividades pelo trabalho/labor ou trabalho/*tripalium*. Assim os documentos como ensina Flick (2009, p.14): “Devem ser vistos como uma forma de contextualização da informação. Em vez de usá-los como ‘contêineres de informação’, devem ser vistos e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos na construção de versões sobre eventos.”

#### C) Entrevistas narrativas associadas à etnografia e relatos dos TNAs.

A entrevista narrativa é uma das possibilidades de aproximação qualitativa de temas de pesquisa e se insere dentre das abordagens biográficas. Tem sua ascensão na década de 70,

na figura do sociólogo alemão Fritz Schutze, que desenvolveu boa parte de seus estudos em contexto de pós Segunda Guerra Mundial. Entretanto, antes de delinear esta proposta, vale definir o conceito sobre o que vem a ser narrativa. Compreendo como o filósofo Walter Benjamin, da escola de Frankfurt, que uma narrativa se traduz em um modo artesanal de comunicação.

Ela não está interessada em transmitir o ‘puro em si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (Benjamin, 1994, p.205).

A EN, como método, busca reconhecer a complexidade das realidades humanas, evidenciando as dinâmicas de relações entre o psíquico e o social das pessoas e grupos (Minayo, 2006). Fritz Schutze tem sido considerado o principal representante no desenvolvimento deste instrumento. Em sua concepção, as entrevistas semiestruturadas, muito utilizadas em ciências sociais, impõem uma limitação ao conhecimento, devido à rigidez e ao direcionamento de respostas às quais o entrevistado é submetido. Estas possuem, em seus enunciados, referências daquilo que o pesquisador quer de fato ouvir, e conseqüentemente delimitam as possibilidades de respostas. A EN rompe com este aspecto mais rígido posto pelas entrevistas semiestruturadas, no sentido de gerar textos narrativos que possibilitam emergir a rica complexidade do vivido, além dos aspectos sociais que atravessam as experiências. Tendo em vista os profissionais a serem pesquisados, sujeitos que trabalham com mortos, em uma sociedade que não tolera a finitude e decadência dos corpos, a EN é importante instrumento que permitiu acesso ao vivido destas pessoas, em relação à construção de suas carreiras profissionais, neste contexto profissional inóspito. Como afirma Bauer (2002, p.110) “a narrativa privilegia a realidade do que é experienciado pelos contadores de história: a realidade de uma narrativa refere-se ao que é real para o contador de história”.

A EN utilizada como ferramenta de pesquisa se desenvolve em cinco passos básicos, conforme Ravagnoli (2018), baseada em estudos de pesquisadores brasileiros responsáveis pela introdução do método em nosso contexto e Jovthelovitch e Bauer (2000), que a organizam em:

- 1) Fase de preparação, onde se conhece o campo e elaboram-se perguntas exmanentes, que são aquelas relacionadas ao objeto de pesquisa em si;
- 2) Fase de iniciação, que ocorre ainda no pré-encontro, em que o pesquisador formula o tópico inicial da narração ou a pergunta disparadora;

- 3) A fase da narração central, em que entrevistado põe em curso sua narrativa, e o pesquisador o incentiva a manter o encadeamento de ideias;
- 4) Fase de questionamentos, em que se utilizam expressões como “o que aconteceu, então?”, “pode falar mais sobre isso?” “Nesta fase, passa-se das perguntas exmanentes para as imanentes, ou seja, aquelas que vão emergir do relato do entrevistado.
- 5) Fase conclusiva, único momento em que são permitidas perguntas do tipo “por que?” e realizadas anotações imediatamente.

A primeira fase se constituiu durante os anos de atuação profissional direta com trabalhadores que laboram dentro do necrotério do IML/BH. Ali se construía uma etnografia, ainda que em primeiro momento não a percebesse enquanto tal. Pude observar empiricamente, vivendo com estes trabalhadores as dinâmicas de funcionamento, as dificuldades, as realizações e outros aspectos que fizeram nascer o desejo de “ouvir como pesquisador” a história de algumas destas pessoas. Assim considerei importante, para além das entrevistas narrativas realizadas, trazer para esta dissertação diversos relatos ouvidos ao longo deste tempo que se somaram às narrativas em profundidades para enriquecer a compreensão do fenômeno. A pergunta disparadora utilizada durante a EN, pergunta exmanente, foi a seguinte:

“Conte como se desenvolveu sua carreira profissional de (cargo específico do entrevistado), desde o começo até os dias atuais, pode relatar tudo que acredita ser relevante, acontecimentos, fatos marcantes e dificuldades”

Como critérios de seleção/escolha dos sujeitos, busquei por três profissionais que:

- 1 Atuassem ou atuaram dentro do necrotério, diretamente com cadáveres, durante um período mínimo de 3 anos;
- 2 Estivessem diretamente vinculados ao Estado, como servidores públicos efetivos.

Considerei este critério, pois são os trabalhadores que se afetam diretamente com a “decomposição do Estado” que irei explicar em outro capítulo. Os critérios de exclusão adotados foram:

- 1 Profissional que ainda estivesse em estágio probatório, portanto, não gozavam ainda do direito à estabilidade em seus cargos;

2 Servidores vinculados à administração pública, via contrato temporário de trabalho, também pela fragilidade do vínculo que considere ser um impasse a uma entrevista mais livre, desinibida. O trabalhador sempre teme a retaliação e o desemprego;

Cabe salientar que excluí servidores TNAs com vínculos de trabalho mais “frágeis”, como os contratados e os em estágio probatório, prevendo a dificuldade destes em narrar de modo transparente e livre de censura suas experiências no trabalho, desacertos, frustrações e amputações do poder de agir. Assim entre os dias 13 e 16 de outubro de 2022 foram entrevistados três trabalhadores. Dois auxiliares de necropsia e um radiologista. Sendo: 1 Auxiliar de necropsia com 30 anos de experiência, 1 auxiliar de necropsia com 9 anos de experiência e 1 técnico em radiologia também com 9 anos de experiência. Importante também deixar claro que estes trabalhadores expressaram-se por escrito e mesmo nas entrevistas o desejo de serem devidamente identificados pelos nomes e reconhecidos no trabalho. De modo que serão utilizados seus nomes verdadeiros respeitando seu desejo.

### **3.1 Princípios éticos**

A abordagem dos entrevistados se orientou do ponto de vista normativo, pelas diretrizes que regulamentam as pesquisas com seres humanos, conforme a resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, elaboradas pelo Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, CNS, 1996). Foi fornecido a cada entrevistado o termo de consentimento e livre esclarecido (ANEXO 1) sobre os objetivos desta pesquisa. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, obtendo aprovação no dia 13 de outubro de 2022, sob o registro de CEP número CAEE 61365122.8.0000.5137 (ANEXO 2). Sendo assim, as entrevistas narrativas tiveram início após estes trâmites. Para além destas questões preocupava-nos ainda o local de abordagem. O IML/BH é um órgão pequeno, o próprio prédio é estruturalmente pequeno, e o convite de um pesquisador a esses trabalhadores, para relatarem suas experiências de trabalho, poderia levantar diversos questionamentos da diretoria e outros servidores e, conseqüentemente, desconforto e temor dos participantes. Assim, optamos por realizar as entrevistas fora do local de trabalho, em momento mais oportuno e lugar mais confortável para os entrevistados. Apesar disso reafirmo o interesse dos participantes de serem identificados, manifestação que mais tarde compreendemos como uma necessidade de reconhecimento de suas histórias.

O contato inicial com os profissionais foi feito via telefone, tendo em vista que o conjunto de trabalhadores que laboram dentro do necrotério é constituído de um número

pequeno, cerca de 30 pessoas, e todos se conhecem. Como colegas de trabalho, trocam contatos pessoais, alguns construíram ao longo dos anos amizades e, por vezes, trabalham juntos em outros locais. Deste modo, pessoalmente já tinha familiaridade com os entrevistados que se dispuseram a participar prontamente da pesquisa.

### **3.2 Análise de dados**

Todos os dados construídos, entrevistas, relatos e documentos foram questionados, criticados e analisados no próprio corpo do texto, não havendo nesta dissertação um capítulo à parte de análise dos dados. Compreendo que trazer a análise mais próxima possível do dado apresentado facilita a compreensão do leitor, torna o texto mais fluido e permite melhor aproximação da reflexão teórica com a experiência empírica. Um diálogo constante entre referencial teórico, relatos dos trabalhadores e experiência etnográfica que permitem uma ampliação do olhar sobre os TNAs e os modos de subjetivação em seu contexto laboral. Essas análises dos dados construídos passam inicialmente por uma necessária análise da implicação tendo em vista a condição de pesquisador nativo que explico a partir deste ponto.

#### IV CAPÍTULO: INVESTIGAR A PRÓPRIA TRIBO – Notas sobre certo Xamanismo

*“[...] se avaliará a implicação institucional do indivíduo como a soma de pertencimentos e referências na qual esse inscreve.” (René Lourou)*

A pesquisa aqui proposta se revela em um cenário onde o pesquisador possui uma dupla vinculação: pesquisador e trabalhador, mais especificamente um trabalhador que labora dentro do IML/BH, realizando exames em cadáveres. Profissionalmente venho atuando e desenvolvendo estudos e investigações em duas vias nas quais possuo formação: Psicologia e Radiologia. O fato de ser um Psicólogo e trabalhar concomitantemente dentro de um necrotério como Técnico em Radiologia, permite um olhar muito singular sobre alguns fenômenos que se apresentam em atividades que envolvem o trato com cadáveres. Ao observar os colegas de trabalho, me encabulava o fato de muitos permanecerem naquela profissão, tendo em vista que a grande maioria possuía outros vínculos profissionais e outras formações. Percebi logo no início de minha carreira que boa parte destes TNAs mostrava grande satisfação em trabalhar com cadáveres, eventualmente maior do que trabalhar com vivos.

Em uma autoanálise, posso dizer que decorrida quase uma década de exercício profissional dentro do IML/BH, reflito ainda hoje sobre os recursos psíquicos mobilizados que me fizeram não apenas suportar a brutalidade do trabalho e suas inúmeras contradições, como muitas vezes conseguir transformar uma atividade extremamente penosa em fonte de satisfação. Parto da hipótese de que, com outros colegas, algo semelhante há de ter acontecido. Obviamente que a sensibilidade para as questões subjetivas só puderam ser realçadas devido à formação em psicologia, que me possibilitava leituras peculiares dentro daquele contexto. Portanto preciso esclarecer que meu pertencimento a este contexto me coloca em situação de pesquisador nativo<sup>1</sup>, ou mais precisamente um etnógrafo nativo (DaMatta, 1978).

---

<sup>1</sup> A classificação de “nativo” fora utilizada por muito tempo em pesquisas antropológicas para diferenciar pesquisador de pesquisado, em contextos históricos onde antropólogos investigavam culturas “tradicionais/primitivas”. O deslocamento do interesse de análise para a sociedade industrializada e os grupos urbanos faz surgir a possibilidade de dissolver a ideia de nativo x não nativo, tendo em vista que muitos pesquisadores surgem dentro dos próprios grupos de pertencimento (Conceição, 2016)

É possível compreender um etnógrafo nativo como um pesquisador que pertence ao próprio contexto e grupo que se propõe a investigar. Além disso, estes pesquisadores tem um tipo de relação especial com seu objeto de estudo que transbordam o interesse científico. O campo dos afetos se sobrepõe ao da racionalidade. “Há um sentimento de pertença que resulta dos afetos e demais formas de sociabilidade desenvolvidas e do conhecimento quase intuitivo das práticas e rotinas” (Conceição, 2016, p.43).

A etnografia enquanto método de pesquisa clássico da Antropologia tendia a tornar o exótico familiar pela inserção de um “estrangeiro” em um ambiente cultural desconhecido. DaMatta (1978, p.78) usa a metáfora do herói “que sai de seu grupo social, empreende uma missão e volta triunfante” trazendo as respostas sobre o estranho. Porém ao longo das décadas a etnografia passou a ser utilizada, cada vez com mais frequência, dentro do próprio universo cultural do pesquisador, dissolvendo-se aos poucos a separação inicial entre o nativo e o não nativo. Neste sentido, para esta dissertação, prefiro assumir a metáfora do “pesquisador-Xamã” que segundo DaMatta (1978) produz um movimento contrário ao do herói:

É um movimento onde, paradoxalmente, não se sai do lugar. E de fato, as viagens xamanísticas são viagens verticais (**para dentro ou para cima**) muito mais do que horizontais, como acontece na viagem clássica dos heróis homéricos. E não é por outra razão que todos aqueles que realizam tais viagens para dentro e para cima são xamãs, curadores, profetas, santos e loucos; ou seja, os que de algum modo se dispuseram a chegar ao fundo do poço da própria cultura. (DaMatta, 1978, 29, grifo do autor)

Este Xamanismo se constituiu eixo de movimento que me permitiu tornar o familiar exótico. É plausível sempre cogitar que o pesquisador que se interessa pelo próprio campo de trabalho seja necessariamente enviesado por estar “misturado” ao seu campo de pesquisa. Fato que anularia o senso crítico e o distanciamento necessários à produção científica. Porém o envolvimento inevitável entre pesquisador e objeto investigado, sobretudo nos campos da Psicologia, Sociologia e Antropologia, já é compreendido pela comunidade acadêmica, não mais como um problema ou impeditivo à pesquisa (Velho, 1978). Ao contrário disso, este “mito da neutralidade científica” (Oliveira & Vidal, 2017) que contamina até mesmo o uso da linguagem nas produções acadêmicas mostra-se por vezes ingênuo e incoerente.

No passado e durante muito tempo, perdurou a ideia de que o tratamento na terceira pessoa (linguagem impessoal) seria uma expressão ou mesmo garantia de uma neutralidade no estudo dos diversos fenômenos ou objetos [...] Esse uso da linguagem impessoal se nos afigura como uma tentativa de convencer o leitor de que aquele conhecimento produzido é totalmente objetivo, isento de qualquer influência subjetiva. (Oliveira & Vidal, 2017, p. 334).

A linguagem neste texto guardará reservas em relação a essa impessoalidade, reconheço a necessidade de distanciamento, mas abduco do caminho da neutralidade. A viagem xamanística é um caminho oposto à falácia da neutralidade. Importa mais o reconhecimento dos afetos produzidos nos encontros geradores de modos de subjetivação do que a pura racionalização de dados coletados. Mesmo porque o referencial teórico escolhido, as ACTs, além de crítico, considera as relações entre mundo do trabalho e subjetividade, compreendendo o pesquisador não como o herói homérico das críticas de DaMatta (1978), mas como um sujeito que, ao estar ou entrar em campo produz mudanças neste. A pesquisa é, portanto intervenção, onde aquele que investiga é também transformado pela própria pesquisa. Reconhecer os afetos e o grau de pertencimento, essa “viagem para dentro”, é essencial em um primeiro momento. Por esta razão, elaboro uma análise da implicação, de modo a explorar processos de subjetivação responsáveis por perspectivas, neste etnógrafo/nativo importantes de serem consideradas. O primeiro movimento xamanístico é introspectivo, para dentro para analisar as pertencidas institucionais.

#### **4.1 Entre vivos e mortos**

O fenômeno da morte me foi sempre fascinante, o oculto, o estranho e o bizarro da morte se apresentavam nas músicas que eu escutava, jogos de que gostava, filmes a que assistia e, sobretudo nas conversas que sempre tive com meu pai sobre a preocupação com a própria morte. Lembro-me quando ele contava que, quando ainda criança, assistiu espantado à morte de um vizinho que vinha há dias moribundo. Diante de seus olhos, pessoas acendiam velas que punham nas mãos do velho em agonia, prestes a morrer, e lhe davam água enquanto diziam: “agora você vai, vamos lá, pode descansar, agora você morre!”. Intrigava-me nesta história não o moribundo em si, ou a imagem de meu pai criança diante da cena, mas o comportamento do sujeito que acendera as velas e dava de beber ao velho. Contudo, foi a imersão na experiência de trabalho mais significativa de minha vida que me possibilitou reconstruções subjetivas sobre o viver e o morrer.

Em 2013, aprovado em concurso público da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), assumi o cargo de Técnico Assistente da Polícia Civil (TPOL) sendo direcionado para atuar no setor de Radiologia Forense. Setor no qual fui posteriormente coordenador e supervisor de estágio. Na época, ainda estava na graduação em psicologia. Passei, a partir daí, a realizar rotineiramente exames radiográficos em cadáveres, mais especificamente vítimas de homicídio, carbonizados e corpos em decomposição avançada. “A radiologia ao atende o *filémington* do IML” (RECOM), expressão que ouvi logo nos primeiros dias de trabalho. Inicialmente a percebi como um modo de intimidação, em tom desafiador do coordenador da época. A Psicodinâmica me fez rever essa frase, e aprendi que “o medo não só deve ser silenciado, escamoteado. É necessário exaltar seus antônimos que são centrados na virilidade, bravura, audácia, resistência à dor” (Dejours, 1992, p.87).

Paradoxalmente, cada cadáver daquele me fazia, e ainda faz, pensar mais na vida do que na morte. Muitas vezes, me percebi sozinho dentro do necrotério, com 30 ou 40 corpos, um silêncio absurdo, exceto dentro da minha cabeça onde ouvia a frase: “eu estou aqui para trabalhar, é algo que preciso fazer” e, obviamente, a que vinha na sequência: “por quê?”. Contribuía com esta angústia as precárias condições de trabalho, equipamentos sucateados, falta de insumos, equipamentos de proteção individual (EPIs) de péssima qualidade. A soma destes fatores, a atividade em si e as condições de trabalho constituíam o alicerce do sofrimento físico e mental que me assombrava e fazia querer desistir. Contudo assombrava ainda mais o desemprego. Oliveria e Mendes (2014) explicam que a situação de desemprego pode tolir a autonomia prejudicando o envolvimento na vida social conduzindo os sujeitos a um vazio de significação. Então é preciso entender que: “o trabalho não é somente uma forma de acumulação de capital, mas também, um lugar social, um espaço onde o indivíduo tem a possibilidade de reconhecer-se como um sujeito que produz”. (Oliveira & Mendes, 2014, p.391)

A situação em que me encontrava colocava um marcador social que só mais tarde percebi: “o cara que trabalha no IML”. Estava a partir de então, pós-fixada ao meu nome estas três letras, Leanderson do IML. Barus-Michel (2004) me ensinou que existem processos de investigação nos quais a implicação do pesquisador é tamanha que se torna inútil tentar “desmembrar objetivamente os fenômenos” para estudá-los. Aliás, a própria palavra “desmembrar”, como significante, me traz aversão, pois, é oposta ao que fazemos em nosso trabalho no necrotério. O que fazemos é reconstruir, juntar, ressignificar um pedaço de corpo,

um fragmento<sup>2</sup>. E é por essa razão, o alto grau de implicação pessoal na pesquisa, que invoco a figura do “pesquisador-xamã” que em sua viagem interna visa avaliar o familiar, o íntimo, o que lhe é visceral, para, em segundo momento, buscar o seu oposto. Neste movimento interno ele reconhece que está marcado por aquele grupo cultural, e faz isso ferramenta de análise. É pelas palavras de Coimbra (1995) que fica clara a ideia do pesquisador implicado com seu campo de atuação, definido pelos analistas institucionais como:

Aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando, também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho, da qual é legitimador. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada, os diferente lugares que se ocupam no cotidiano e em outros locais da vida profissional, em suma, na história. (Coimbra, 1995, p.66)

Os lugares por onde passei e experiências que tive permitiram-me construir perspectivas sobre o mundo, e, sobretudo o mundo do trabalho que precisam fazer parte das análises desta pesquisa. Trabalhei em muitos locais, passando pela indústria, saúde, educação e segurança pública. Grande parte do tempo e das experiências em instituições privadas. Experimentei organizações extremamente hierarquizadas e com modelos de gestão do trabalho equivalentes aos dos primórdios do taylorismo. Vivi ainda a situação do desemprego que me ensinou, na prática, que qualquer chão de fábrica ou “trabalho sujo” e pesado é menos degradante que a fragmentação da identidade, falta de sentido ou desespero, na ausência do trabalho como elemento de significação. Isto sem ignorar, ou mais adequadamente, reafirmando a polissemia do conceito “trabalho” e seu dinamismo, na produção de subjetividades.

Estar hoje em situação de servidor público com estabilidade em um cargo que exige formação técnica, coisa que em minha família de origem nunca houve, produziu consequências subjetivas consideráveis. E seguindo ainda a advertência de que o intelectual implicado “se define pela vontade subjetiva de analisar até o limite as implicações de seus pertencimentos e referências institucionais” (Lourau, 2004, p.147), tenho que dizer que vindo de família de origem simples, com pais semianalfabetos, estar vinculado à PCMG por

---

<sup>2</sup> Até a data da publicação deste trabalho, o IML/BH ainda recebe segmentos corporais oriundos do desastre do rompimento da barragem de minério do Córrego do Feijão, no município mineiro de Brumadinho. Foram duzentos e setenta mortos que até o momento se traduzem em mais de dois mil laudos tendo em vista que cada novo fragmento encontrado precisa ser periciado e a ele dada uma destinação. Em outras palavras, ser identificado, receber uma individualidade, um nome.

aprovação em concurso público que exigia um diploma, é um motivo de orgulho familiar, e às vezes que diante do cadáver pensei em desistir, essa ideia vinha à cabeça.

Os desafios como etnógrafo-nativo vão além do reconhecimento das pertencas institucionais e dos afetos por elas produzidos. Diante de certa parcela de sofrimento que atribuo ao trabalho com cadáveres, preciso considerar que a elaboração de uma pesquisa sobre profissionais deste ramo pode ainda servir como uma função “terapêutica”, ou diria Dejours (1989) manifestação de sofrimento criativo. Afinal, como a Psicanálise e as Psicoterapias já ensinaram muito bem, falar ajuda a elaborar o sofrimento. Entretanto esta questão não inviabiliza ou torna menor de modo algum a produção de conhecimento pela pesquisa, pois é reconhecendo estes afetos que permitirá em segundo plano o distanciamento:

É preciso entender a implicação como a capacidade de se entregar ao sentido, de acolhê-lo e, sobretudo, de admiti-lo, no lugar onde ele nos *atravessa*, que é a melhor oportunidade de atingi-lo. Isso não quer dizer mergulhar nele, mas reconhecê-lo; o que supõe, ao mesmo tempo, uma *distância* [...] A *implicação* não é uma espécie de fusão emocional com o objeto; pelo menos ela não pode continuar a sê-lo, pois, dessa forma, não poderia ser utilizada. A implicação “é trabalhada”: deve primeiramente passar pela palavra, ser expressa em um dispositivo de escuta que a repercute, mas, mais ainda, ela deve ser formalizada. (Barus-Michel, 2004 p.126)

Como servidor público do IML/BH, posso atestar um rol de expectativas frustradas diante do descaso do Estado para com os servidores, além da falta de reconhecimento social e institucional. Frustrações resultantes de várias situações em que percebia que os trabalhadores, neste caso servidores públicos, eram, e ainda são, compreendidos pelo modo de gestão estatal, como meros observadores dos processos de tomada de decisões. O trabalhador não pode ser considerado sujeito passivo no trabalho. É preciso escutar a advertência de Clot (2007, p.222), “não se trata, em matéria de análise do trabalho, de cuidar do trabalhador, trata-se de, no método de ação, fazer trabalhar os trabalhadores para que cuidem do trabalho”. Compreendo, portanto, ser relevante denunciar as mazelas estruturais às quais estão submetidos esses sujeitos, pois acredito que é também obrigação de qualquer pesquisador com referencial crítico, sobretudo nas ACTs, apontar as condições desumanas de trabalho a que estejam submetidos trabalhadores e trabalhadoras.

Eleger a própria “tribo”, os profissionais do IML/BH como sujeitos de pesquisa, dentre outros possíveis, como necromaquiadores, tanatopraxistas, sepultadores etc., tem por motivo adicional inquietações em face de algumas contradições observadas ao longo destes

anos. Reflito algumas vezes, por exemplo, que a PCMG à qual está vinculado o IML/BH é uma instituição de segurança pública, que paradoxalmente não provê a seus servidores condições adequadas de segurança, seja física ou psicossocial. Em outra face, o Estado, enquanto instituição pretendente a produzir condições mínimas de subsistência de sua população, não garante direitos trabalhistas fundamentais a seu quadro de servidores. Esta contradição em duas vias produz descontentamentos que considero em minhas análises. Além destas observações o elemento mais instigante que me fez optar por estudar este grupo é o fato de os sujeitos continuarem a trabalhar, apesar das inúmeras adversidades de sua atividade que irei explanar em outros capítulos, e até mesmo obter prazer e saúde. Obviamente que em uma dinâmica de equilíbrio precário que mantém certo estado de “normalidade” neste tipo de atuação profissional, como ensina Dejours (1994).

Considero que a “viagem vertical, para dentro” (DaMatta, 1978) foi concluída neste ponto. Mas o Xamã também realiza uma viagem vertical para cima, nesta segunda, toma distancia e olha sua “tribo” por outro ângulo. Chega o momento de tornar o familiar exótico, desnaturalizar hábitos e comportamentos, exercício fundamental que diferencia essa dissertação de pesquisas convencionais.

Em pesquisas convencionais uma das principais tarefas do pesquisador é se aproximar de seu objeto de estudo para compreendê-lo melhor. Pesquisar uma instituição com a qual se possui vínculo profissional prévio envolve um caminho reverso: se afastar de seu ambiente original para estranhar interpretações sobre o significado de atos, palavras e comportamentos que antes eram vistos como normais, ou naturais (Filho, 2019, p.101)

Conseguir este deslocamento vertical não é tarefa simples, e por essa razão optei por duas estratégias: Primeiro, construí um levantamento histórico e transcultural que permitiu a compreensão de que a atividade com cadáveres pode ter dimensões diversas, em um mosaico que envolve mito, religião, arte, ciência, economia etc. Esse “olhar de cima” para distanciar-se foi completado ainda pela segunda estratégia: Procurei auxílio de diversos colegas “não nativos”, que se aproximaram, em algum momento, dessa tribo que me é tão familiar, e produziram leituras importantes de serem mencionadas. Estes produziram dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso, aos quais tive acesso, em revisão de literatura, e apresentarei de modo sintético. A partir deste ponto, o movimento será de distanciamento histórico e cultural para, em um segundo momento um distanciamento produzido pela lente de

pesquisadores contemporâneos, sempre em diálogo e reaproximação com a tribo, através das narrativas e comentários construídos durante a pesquisa.

#### 4.2 Cadáver e atividade (necro)ritualística

*Eu aprendi com o budismo o conceito da atetividade, de focar a mente naquilo que você faz. A organização perfeita para que a mente repouse... meio ritualístico como se eu tivesse fazendo um ritual do chá, as ferramentas sempre no mesmo lugar, do mesmo jeito e os trejeitos com as ferramentas, praticamente eram a mesma coisa. Era a forma que eu encontrava para abstrair todos os aspectos negativos ali [...] Então essa forma quase meditativa, ritualística mesmo, e sempre em todas as coisas [...] então me tornei um sujeito essencialmente ritualístico, não sei se é o termo correto, mas parecia quase um ritual, é o ritual do chá do necrotério (risos). (EN/TNA – Panicalli)*

Ao cadáver sempre foi dispendido um tratamento, a atividade de uma ou mais pessoas com finalidades tão distintas quanto possíveis. Achados arqueológicos evidenciam que mesmo o *homo neanderthalensis* de 400 mil anos que viveu na Europa e no Oriente Médio, sepultavam seus mortos e apresentavam rudimentos de uma espécie de ritual (Rendu, *et. al.*, 2014). O que nos liga, *homo sapiens sapiens*, ao extinto *neanderthalensis* não são apenas aspectos morfológicos e genéticos. Remanescentes de um pensamento mágico e um primeiro esboço de manifestação cultural, em relação aos mortos, já eram presentes. Há 400 mil anos, assim como nos dias atuais, os hominídeos <sup>3</sup>já se preocupavam em fazer algo com o cadáver, em vez de simplesmente deixa-lo às intempéries da natureza. A palavra cadáver, deriva do latim *Caro Data Vermibus* “carne dada aos vermes”, coisa que há muito não tem sido feita pelo ser humano. Como explica Morin (1970, p.24) “não existe praticamente qualquer grupo arcaico, por muito primitivo que seja, que abandone os seus mortos, ou que os abandone sem ritos”. Assim, desde que há humanidade, podemos dizer que há também aqueles que se ocupam dos corpos.

Existem perspectivas etnográficas de diversas culturas em seus costumes fúnebres, produzidas por pesquisadores ou mesmo por cronistas que em algum momento histórico observaram e registraram rituais destinados à preparação e sepultamento dos corpos. Muitos trabalhos neste sentido foram elaborados de fontes secundárias (Souza, 2017; Neto, 2017; Brier, 2008; Langer, 2005; Conh, 2010). Aqui a antropologia se destaca, na contribuição de uma reflexão sobre como os hábitos de uma cultura e suas práticas com cadáveres constituem

---

<sup>3</sup> Modo taxonômico de classificação de grandes primatas que inclui as famílias dos gêneros dos chimpanzés, gorilas, orangotangos e humanos. Antropologicamente os humanos originam-se do subgrupo *hominini* que inclui dentre outros o *homo hábilis*, *homo errcthus* e *homo heidelbergensis* e o *homo sapiens sapiens*, sendo este o último remanescente.

a “derme” do nosso objeto. Assim, nosso percurso vai do sujeito que trabalha ao cadáver e, de volta, ao trabalhador, para explorar os modos de subjetivação produzidos por intermédio dessas atividades.

Proponho uma intersecção entre o conceito de ritual oriundo da antropologia e o conceito de atividade desenvolvido dentro psicologia pelas vertentes das ACTs Compreendo ser necessário este diálogo, pois no intuito de desnaturalizar a percepção sobre os costumes fúnebres dos quais estamos habituados. Essa “viagem vertical para cima” (DaMatta, 1978) ajuda enxergar mais longe e perceber que o cadáver sempre foi alvo de trabalhos muito distintos que refletiam modos de pensar próprios de cada época e lugar. A atividade do homem sobre o corpo morto é reflexo de modos de subjetivação que envolvem espiritualidade, economia, ciência e mesmo o senso estético. Neste sentido, esbarraremos inevitavelmente na ideia de ritual. Mas como tentarei demonstrar, o fio condutor de qualquer ritual com os mortos, em qualquer momento histórico, é a atividade que exercida sobre o cadáver reverbera nos sujeitos que trabalham.

Os conceitos de rito e ritual são abordados por muitas disciplinas, de modo que se tornam polissêmicos e complexos. Contudo, opto por um pequeno recorte dentro da riqueza conceitual possível, no campo da antropologia. Ritos, na perspectiva de Guilouski e Costa (2012), são gestos e comportamentos carregados de conteúdo simbólico, que se repetem com certa frequência em uma cultura. Podem expressar crenças religiosas, desejos, intenções e outras finalidades (Guilouski & Costa, 2012). Estes autores afirmam que o rito é uma *práxis* do mito, pois através destes gestos simbólicos o ser humano estabelece uma ponte de conexão com o elemento mítico que transcende a realidade objetiva. É pelo rito que o homem recria, reelabora e vivencia o mito, se aproxima do metafísico. “No âmbito do sagrado, por meio do rito, os seres humanos adentram no mundo divino e, de certa forma, o trazem para realidade humana” (Guilouski & Costa, 2012, p13). Como me disser certa vez um TNA: “*Eu faço isso porque tenho uma missão, acredito que Deus sabe todas as coisas e nos colocou aqui por um motivo*” (RECOM). Talvez o que seja mais interessante no rito é sua função de organização cósmica, de constituição de sentido da vida:

O rito refere-se, pois, à ordem prescrita, a ordem do cosmo, a ordem das relações entre deuses e seres humanos e dos seres humanos entre si. Reporta-se à harmonia restauradora, à junção, às relações entre as partes e o todo, ao fluir, ao movimento, à vida acontecendo. A busca pela ordem e o movimento são elementos constitutivos dos rituais. (Vilhena, 2005, p.16).

É curioso observar que essa percepção atravessa a história da humanidade de tal modo que é possível observá-la facilmente no contemporâneo. Esta concepção organizadora do rito é válida também para os hábitos culturais relacionados à morte, pois: “a sociedade funciona apesar da morte, contra ela, mas só existe enquanto organizada pela morte [...] para a espécie humana, a morte está presente durante a vida toda e se faz acompanhar de ritos” (Kovács, 2013, p.26). Assim me narrou um TNA:

Eu faço esse serviço porque precisa ser feito. Pois é esse serviço para poder organizar as coisas na sociedade ele precisa ser feito, para poder ter uma ordem. Então se eu for parar para pensar eu não estou ofendendo um corpo, eu simplesmente estou acatando a ordem de alguém superior a você, porque Deus deu o poder para homem criar as leis para manter ordem em uma sociedade, então eu faço isso diante da necessidade de um serviço que visa por ordem na sociedade. (EN/TNA-Márcio)

O conceito de ritual tangencia a ideia de rito e por vezes se misturam. Contudo, no recorte que aqui assumo, podemos compreender ritual como um composto de uma série de ritos, um belo mosaico. Eles podem ser religiosos ou não, e quando religiosos, são cerimônias elaboradas e reelaboradas pelas diversas tradições, sendo relativos a momentos importantes do ciclo de vida dos sujeitos. (Guilouski & Costa, 2012). Os ritos e rituais são íntimos ao conceito de cultura, central em todo pensamento antropológico, pois: “Os rituais fazem parte do universo simbólico na organização das sociedades humanas, portanto da sua expressão cultural” (Guilouski & Costa, 2012, p16). Os rituais podem ser diversos, como rituais de cura, litúrgicos, de iniciação, de passagem etc... Interessam-nos neste ponto os rituais mortuários conceituados por Guilouski e Costa (2012) como cerimônias de homenagem e ou despedida dos mortos, que incluem práticas como sepultamento ou cremação, conforme cada cultura, nas quais operam os TNAs. Os sujeitos que atuam sobre os cadáveres são também contaminados pelos hábitos ritualísticos de sua cultura, e mais do que isso, produzem, criam, recriam e passam adiante rituais que historicamente foram desenvolvidos em sua atividade de trabalho, de modo formal ou informal.

O ritual envolve uma norma, um trabalho previamente elaborado às vezes prescrito, importante mantenedora de uma parcela de equilíbrio necessário. Importante destacar que esse aspecto da norma/ritual e sua relação com a tarefa realmente efetuada não se prende ao nível de desenvolvimento técnico de uma cultura. Em outros termos “a distancia existente entre o trabalho formalmente prescrito e o trabalho real [atividade] em situação,

independentemente do grau de sofisticação do sistema sociotécnico produtivo” (Ferreira, 2000, p.9). Portanto, mesmo em culturas e civilizações antigas ou ditas “primitivas”, o trabalho comporta uma parcela de normas e prescrições. Mas, se neste nosso recorte, a ideia de ritual envolve uma norma, um modo de agir pré-definido, uma espécie de jogo com regras mais ou menos claras e papéis definidos, não poderíamos tomá-lo apenas como uma tarefa ou trabalho prescrito, tal qual propõem algumas perspectivas, dentro das ACTs? Eu digo que não, o trabalho prescrito não é necessariamente carregado de conteúdo simbólico, no sentido de ponte com o metafísico. Apesar de os rituais, como os mortuários de sepultamento, cremação, velório e tantos outros, envolverem uma série de arranjos previamente definidos, é importante lembrar que nos rituais mortuários ocorre uma ponte com o metafísico, por onde os “seres humanos adentram no mundo dividido” (Guilouski & Costa, 2012, p.32). Quando se fala em tarefa ou trabalho prescrito, em psicologia do trabalho, não é esta concepção que temos. Mas independente da tarefa (trabalho prescrito) ou do ritual, que também carregam uma parcela de normas e prescrições, ambos irão inevitavelmente se frustrar, diante da imprevisibilidade do real, diante da atividade. Exploremos o conceito de atividade.

É justamente pelo conceito de atividade, caro às ACTs, que podemos pensar como as práticas destes TNAs produzem modos de subjetivação condizentes com seus contextos históricos e sociais. Gerard Mendel (1999) citado por Lhuilier (2021) está entre os primeiros autores de psicologia social a apontar a relevância do ato ou, como cunhado por outros autores, da atividade. E de modo ainda mais significativo, encontramos em Vygotsky e Leontiev teorizações sobre o desenvolvimento psicológico, diante da prática objetiva dos seres humanos com o mundo, o esboço de uma primeira teoria da atividade. A partir deste ponto, tomamos ato e atividade como sinônimos.

É através do ato concreto, do fazer, do agir sobre as coisas do mundo, que emerge a possibilidade de desdobramentos subjetivos significativos. Em outras palavras, o ato, o agir sobre as tarefas cotidianas, desenvolve os sujeitos em termos psicológicos e cognitivos. Como explica Lhuilier (2021, p.44), o ato coloca os sujeitos em contato direto com o real. Mais relevante ainda é que todo contato direto com o real contém em si os riscos de fracasso de um projeto. Não há nenhuma garantia de que os anseios, desejos e projetos de ação sobre o mundo trarão os resultados esperados. Há de se considerar que agir sobre os mortos nos expõe a um real que cotidianamente é negado, o real da morte, da limitação humana, da decadência, da frustração de planos e desejos. Aqui cabe uma provocação: A frustração dos projetos de vida de outro ser humano não evidencia a possibilidade de igual vicissitude para nós? O que pensariam os TNAs?

O morto infunde em nós uma... uma presença de finitude o tempo todo, acaba **nos** remetendo ao nosso fim possível, a gente perde muito a fantasia com a vida. Porque o grande impulso pra mim, ao menos como leigo, não sou da área da psicologia, mas o grande impulso que eu vejo em qualquer ser humano é um pouco da fantasia, eu serei, eu me tornarei algo, eu quero viver tanto... Eu não conseguia vislumbrar muito viver no futuro, eu tinha uma urgência em viver. (EN/TNA-Panicalli)

Para Gerard Mendel, é apenas pela dimensão do ato que nós temos visceralmente contato com uma realidade alheia ao “eu”, e esta realidade impõe inexoravelmente resistência aos nossos desejos, anseios e planos. De certo modo, essas limitações nos são constitutivas, enquanto sujeitos de uma sociedade organizada. O ato, ou atividade, é constitutivo, é o germe do florescer da sociedade, por produzir um conjunto de transformações no mundo real que reverberam na constituição subjetiva das pessoas (Lhuillier, 2017). Continua esta autora:

O que está em jogo na atividade sempre ultrapassa, inclusive no caso do trabalho assalariado, o que tem a ver com a eficácia, a performance e a rentabilidade, tais como definidas pela racionalidade instrumental ou econômica [...] as atividades humanas são, fundamentalmente e ao mesmo tempo, produções de si e do mundo. (Lhuillier, 2017, p.300).

Portanto, quando abordamos a ideia de atividade, não se trata apenas de atividade executada em trabalhos remunerados, em locais circunscritos ao mundo capitalista. E por esta razão, circunscrevemos esta pesquisa aos TNAs que laboram no IML/BH por uma questão acadêmica e pessoal. O fio condutor que atravessa a experiência de um indígena Tupinambá antropofágico do século XVI ao Tanatopraxista de formação técnica do século XXI, no sentido de produção de subjetividades é a relevância que colocamos na atividade que executam enquanto matriz produtora de modos de subjetivação. Ao fazer algo sobre o cadáver ocorre uma “produção de si e do mundo”. O conceito de atividade, portanto, extravasa do universo laboral para a dimensão de atividade humana, o que torna menos relevante se o sujeito, como dito anteriormente, é um tupinambá ou um tanatopraxista, pois a “atividade é um impulso de vida, de saúde, sem limite predefinido” com ensinam Durrive e Schwartz (2008, p.23).

Assim defino provisoriamente o conceito de atividade (necro)ritualística como aquelas práticas relativamente bem organizadas, explicitamente descritas ou implicitamente absorvidas por sujeitos que atuam com cadáveres, que possibilitam uma ponte com o metafísico, o divino, mas que potencialmente encontram entraves no contato com o cadáver. A atividade (necro)ritualística é antes de tudo um paradoxo, é ritual com seus hábitos e normas, mas por envolver atividade humana está fadada à imprevisibilidades e frustrações. Recordo-me de um TNA auxiliar de necropsia, cuja função, dentre outras, era abrir as cavidades torácicas e abdominais dos cadáveres e localizar projéteis de arma de fogo. O projétil é bem pequeno, difícil de ser localizado, às vezes é como procurar agulha em palheiro. Diante da frustração de não encontrá-lo, após mais de uma hora em pé e na mesma posição em frente à mesa de necropsia, executava o mesmo (necro)ritual de sempre: punha as mãos dentro do cadáver, olhava para cima e começava uma oração muito específica para aquela ocasião, falando ao final: *“Eu vou pelo tato e pela fé”* (RECOM).

Na sequência, pretendo apresentar um pequeno levantamento bibliográfico que revela atividades (necro)ritualísticas em culturas separadas no tempo e no espaço. Um movimento de importante desnaturalização e que pode dar pistas do por que chegamos às práticas com cadáveres como as executadas nos IMLs e funerárias. Interessam em primeiro lugar os ritos, no seu aspecto mais objetivo e prático, costumes, comportamentos e hábitos dispensados aos corpos, ou seja, o que os povos fazem com seus cadáveres, para, em segundo momento, tentarmos explorar as consequências subjetivas. Não obstante será possível observar através de fragmentos de narrativas a presença destes elementos ainda em nossa cultura.

### **4.3 Cadáver e Mito**

O legado do conhecimento adquirido das civilizações já extintas repousa sobre o trabalho principalmente de cronistas, arqueólogos, historiadores e antropólogos. Entretanto, ao abordar hábitos fúnebres de civilizações antigas, os conteúdos tornam-se obviamente mais escassos ou por vezes imprecisos. Há uma diversidade de artigos e documentários que, no relato dos ritos fúnebres, por vezes se mostram concordantes em muitos detalhes, mas por vezes destoam em algum ponto. A hipótese é que isso se dê por dois fatores: a complexidade do tema, no que se refere à interpretação dos achados arqueológicos, principalmente nos aspectos ritualístico-religiosos. Em segundo lugar a divisão de classes presente nas culturas faz com que práticas dispensadas a um cadáver de determinado *status* social seja diferente das

práticas destinadas a outros menos favorecidos, o que leva a inferir que dentro de uma mesma comunidade poderemos observar rituais fúnebres diferentes.

No antigo Egito, por exemplo, parte dos ritos está impresso nas múmias e é de análise empírica, podendo ser observada nas intervenções feitas sobre os cadáveres que ainda resistem ao tempo. Rockenback (2013) ressalta a relevância do mito de Osíris que fundamentava as técnicas de conservação dos cadáveres do Egito antigo. Atribui grande importância do pensamento mítico na organização moral da sociedade egípcia daquela época. A autora explica que para este povo havia a noção de que o morto teria, no submundo, uma vida semelhante a que tinha enquanto vivo, por isso, diversos artefatos eram enterrados junto às múmias que, segundo a crença, seriam utilizados no outro mundo. Souza (2017) detalhou os rituais fúnebres deste período. Segundo o autor, a crença egípcia era de que, após o falecimento, a pessoa inicialmente perdia acesso a tudo que possuía em vida, tendo como elemento condicionante, para recuperar os pertences, o julgamento no tribunal do deus Osíris. Observamos assim que a perspectiva mitológica fundamenta a atividade (necro)ritualística, pois, através dela explica-se o processo de mumificação que envolvia sacerdotes especializados na tarefa.

Os egípcios compreendiam o corpo como moradia da alma, a morte seria, portanto, apenas um estágio de mudança para outra existência, contudo era preciso antes passar pelo julgamento de Osíris. Neto (2017) destacou que é justamente a crença na imortalidade que conduzia à mumificação. Para os Egípcios a alma “*Rá*” um dia retornaria para o corpo “*Ká*”, mas para isso o corpo precisava ser conservado. Assim para os vivos justificava-se todo trabalho despendido na preparação do cadáver.

O egiptólogo e documentarista Robert Brier (2008) explica que, na prática, um sacerdote marcava no abdome o local de incisão para a retirada dos órgãos internos. Outro homem, chamado “cortador”, fazia uma incisão pequena com uma pedra afiada no local marcado e por ali todos os órgãos internos eram retirados<sup>4</sup>. Através do mesmo corte eram colocados líbano e mirra, espécies de incensos. O corpo era então coberto com natrão<sup>5</sup> e deixado para desidratar por cerca de trinta e cinco dias. Depois o cadáver era envolto em linho branco. É importante destacar que além de o procedimento de mumificação variar entre culturas, e dentro de uma mesma comunidade, também variava conforme o *status* social. A

---

<sup>4</sup> Algumas referências apontam que o coração permanecia dentro do corpo, pois, seria pesado no pós morte em uma balança no tribunal de Osíris. Se pesasse menos que uma pena o morto seria livre para seguir seu caminho, caso contrário era devorado por uma entidade semelhante a um réptil.

<sup>5</sup> Composto químico de bicarbonato, carbonato e cloreto de sódio, abundante em algumas partes do Egito e usado para desidratar corpos.

forma como as múmias eram protegidas também se alterava em: esquifes, tecidos – múmias da cidade de Paraca no Peru -, trajes de jade<sup>6</sup> em múmias de imperadores chineses e outros modos, alterações decorrentes da divisão de castas/classes que evidenciam relações assimétricas de poder e em alguns casos mesmo de dominação.

A divisão de classe nas práticas fúnebres pode ser observada em todas as culturas. A título de exemplo, aqui mesmo em Minas Gerais (MG). Quintão (2015) conta em detalhes como mesmo em sociedades escravocratas do Estado de MG do século XVIII, havia diferenças entre os rituais destinados a escravos e a forros<sup>7</sup> associados às irmandades:

Os forros buscavam se destacar nas Minas setecentistas, bem como redefinir-se socialmente, aproximando-se muitas vezes, de determinados grupos de senhores [...] um dos mecanismos da almejada redefinição social pode ser claramente notado no que se refere aos ritos fúnebres prescritos nos testamentos [...]. Os escravos tinham suas formas especiais de lidar com a morte, mas é interessante observar também que essa forma era imbricada com os rituais católicos e com a mentalidade coletiva da época, salvo no caso dos negros forros, que tendiam a adotar, na maioria das vezes, segundo mostram pesquisas recentes, o *modus vivendi* da elite colonial. (Quintão, 2015, p.8)

Alguns povos se dedicaram a conservar os corpos, outros a destruí-los. Era hábito comum na Escandinávia do século VIII ao XI a cremação. Langer (2005) descreveu relatos do cronista árabe Ibn Fadlan que presenciou rituais de despedida de um guerreiro Viking. O cronista relatou que o chefe Viking teria sido posto em um túmulo por dez dias enquanto preparavam o funeral, e que, surpreendentemente, ainda não estava em decomposição avançada. O filho do chefe questionara as escravas do pai qual delas morreria por ele. A escrava escolhida supostamente seria a esposa do chefe em *Valhalla*<sup>8</sup>. O morto fora colocado em uma embarcação Viking sobre uma manta. Uma mulher, chamada “anjo da morte”, realizara uma prece enquanto a escrava ingeria veneno. Em seguida, a escrava era estrangulada por dois homens, ao mesmo tempo em que “o anjo da morte” com uma adaga pontiaguda a esfaqueava no abdome. Por fim o barco era incendiado com os corpos do

---

<sup>6</sup> O Jade é uma pedra extraída na China e levada à Europa. Possui resistência maior do que o aço.

<sup>7</sup> O termo “forro” era utilizado para designar negros que não estavam em condição de escravos. Negros libertos. Deste termo deriva a palavra “alforria”, ato pelo qual um proprietário liberta oficialmente seu escravo.

<sup>8</sup> Na mitologia Nórdica, trata-se de um majestoso salão de onde guerreiros mortos em batalha são levados pelo Deus Odin.

guerreiro, sua escrava e diversos utensílios e oferendas. Langer (2005) também enfatizou que os funerais na Escandinávia variavam de acordo com o *status* social do morto e a localidade.

Em alguns lugares, como na região da Suécia, por exemplo, o morto era vestido com roupas de seu uso cotidiano e adornado com diversos objetos como colares e brincos antes de ser posto em uma pira de madeira que era incendiada. As cinzas eram posteriormente colocadas em vasos enterrados e cercados por pedras que em muitas ocasiões formavam o contorno de um navio. Estes hábitos podem ser observados em mais detalhes no documentário: “Mundos perdidos – Os Vikings” (2007) que analisa principalmente a arquitetura e os artefatos do povo da Escandinávia<sup>9</sup>. O pensamento mítico conduzia às atividades (necro)ritualísticas que conseqüentemente reverberaram sobre os próprios sujeitos que realizavam os trabalhos.

#### 4.4 Cadáver e Religião

*O corpo para mim era um símbolo de finitude que deveria ser tratado como o máximo de distancia respeitosa [...]. Eu saí de um ambiente muito severo, religioso, não conhecia o crime a violência [...] o tratamento com o corpo era de muita reserva, muito ritualístico então aquilo me impressionou muito, de início eu vi a pessoa sendo manipulada com instrumentos grosseiros, eu achei desrespeitoso até...eu achei brutal a forma como era feito o exame, talvez por causa da base moral que eu tinha. (EN/TNA-Panicalli)*

A religiosidade também produz alterações significativas nas atividades (necro)ritualísticas, como podemos observar no pensamento oriental. Os monges tibetanos, adeptos do Budismo, realizam com seus mortos aquilo que ficou conhecido como: Enterro Celestial<sup>10</sup>. O ritual inicia-se com a oração do Livro Tibetano dos Mortos<sup>11</sup> junto ao cadáver que consiste em guiar alma do morto pelos Bardos, espécie de mundo pós-morte dividido em estágios e cheio de riscos para alma<sup>12</sup>. Depois de alguns dias, os monges especializados na preparação do corpo realizam os seguintes procedimentos: a coluna vertebral é fraturada, mãos e pernas são amarradas, o corpo então é colocado em posição fetal, conforme manda a tradição. Posteriormente, é envolvido em pano e transformando em um pequeno pacote que é levado a um monte ermo e servido como alimento aos abutres. Há a crença nesta comunidade

<sup>9</sup> Importante destacar que os Vikings constituíam apenas uma parte do povo da Escandinávia.

<sup>10</sup> O Enterro Celestial não é a única prática realizada no Tibet. A cremação também é realizada.

<sup>11</sup> É um livro do século VIII antes de Cristo que foi publicado pela primeira vez no Ocidente, no início do século XX. Obviamente, não caberia aqui uma descrição e análise profunda do Budismo, mas de forma reducionista podemos destacar que este livro é fundamental no Budismo Tibetano e serve como um manual de conduta budista diante da morte.

<sup>12</sup> Apesar da grande ramificação do Budismo e sua conseqüente modificação pelos territórios que alcançou, alguns aspectos centrais se mantiveram, como a percepção de que o desejo é a fonte do sofrimento no mundo dos vivos, daí a ênfase na questão da morte, a reencarnação e o karma.

de que o corpo sem vida não representa mais nada, a não ser que possa servir como um último presente à Terra, ou seja, alimentar outros seres vivos. Os abutres irão devorar o corpo até que restem apenas ossos. (Schiro, 2007).

Cohn (2010) também ressaltou a religiosidade da tribo Mebengokré-Xikrin situada no Norte do Brasil. A autora apresentou uma etnografia do enterro de uma criança da aldeia. Analisou o desenvolvimento desses indivíduos da infância à velhice, pontuando os diferentes costumes voltados para cada fase da vida, concluindo que é na morte que a diferenciação entre adulto e criança deixa de existir, pois os ritos e rituais se igualam: “A ornamentação corporal é, em vida, um dos mecanismos mais poderosos de promover e comunicar as diferenças e as transformações de crianças e adultos. É exatamente esse mecanismo que é afetado com a morte” (Cohn, 2010, p.6). O preparo do corpo para o enterro envolve basicamente sua higienização e ornamentação:

O morto é adornado com cordões de algodão, miçangas no pulso e algodão vermelho abaixo do joelho, adorno labial feito de miçanga e com um calção novo de algodão; sua cabeça foi raspada ao centro e nela foi aplicada a casca do ovo de azulão no cabelo que restou; aplicou-se a penugem branca de gavião, o corpo foi pintado [...]. Quando o menino ficou pronto, a avó que o criava se levantou para chorar sua morte, o que implica também se ferir, na cabeça e nos braços, com instrumentos cortantes, tais como facões e pedras, outras mulheres, que haviam perdido entes queridos e ainda sofriam sua morte, disputaram o facão e choraram com ela, até terem o facão retirado por ainda outras mulheres, que também choravam e se flagelavam. (Cohn, 2010, p.8).

Para este povo, não há um “descolamento” imediato da alma – na língua Jê chamada *Karon* – o que faz com que os Mebengokré-Xikrin continuem a dispensar cuidados ao cadáver enquanto a carne ainda não tiver sido consumida pela terra e restarem apenas os ossos<sup>13</sup>. Esses cuidados envolvem manter objetos de uso cotidiano do morto próximo à sua cova, deixar água próximo ao túmulo e acender uma fogueira ao entardecer, para que o enlutado não sinta frio.

A religiosidade parece ter estado sempre presente na atuação dos TNAs, a relação da atividade no cadáver com outros mundos, com deuses, com o metafísico revela uma necessidade psicológica humana de organização das coisas no mundo, de compreensão e elaboração da morte. Para os cristãos, assim como em algumas outras tradições religiosas,

---

<sup>13</sup> Os ossos que restavam eram antigamente tratados e mantidos pelos parentes do morto.

qualquer tipo de atividade que intervenha sobre o corpo morto pode ser compreendido como uma profanação, um pecado. De modo que um TNA oriundo de tradição religiosa no cristianismo pode encontrar dificuldades diante de seu trabalho:

Na hora que eu vi aquilo de fazer a abertura craniana, aquilo é violento demais. Uma pessoa que foi culturalmente educada na vida social pelo respeito pelo corpo pelo morto, aquilo ali pra mim foi uma profanação do corpo. Aquilo pra mim durante muito tempo eu achei que aquilo ali era uma profanação a forma como era feita [...]. Eu falei para ele assim eu faço esse serviço, mas tem horas que parece que eu to e profanando um corpo porque se você vê bem a gente abrir um cadáver entrar para dentro dele igual a gente faz, fazer tudo aquilo ali fica parecendo uma profanação do corpo, você tá maculando o corpo ali, que você deveria ter todo o respeito por ele, lavar, cuidar acender um incenso. (EN/TNA-Márcio)

Contudo, o amparo em crenças religiosas parece configurar também uma estratégia defensiva ante a atividade de TNAs e parcela inquestionável de sofrimento advinda da atuação com corpos. Barros, e Silva (2004), após pesquisa em TNAs de Belo Horizonte explicam que além da racionalização de tarefas e o uso de drogas lícitas como o álcool, outro elemento utilizado como modo de superação das exigências do trabalho é justamente o apoio em crenças religiosas. Qualquer “ferramenta” que distancie o TNA do real de sua atividade parece configurar um modo de alienação ou fuga que tampona o sofrimento. Quando a religiosidade não é suficiente, a racionalização pode ser posta em funcionamento, como identificou muito bem um TNA.

Igual muitas pessoas que eu vejo até como uma defesa, olha uma lesão e fala assim: ‘Olha que lesão bonita que lesão bacana, se tivesse em uma foto serviria até para uma aula, um artigo e não sei o que... dentro dos padrões técnicos’. Tudo isso é bobagem! Isso é, para mim, uma forma de superar o horror, criando uma glamourização disso, é um horror, é horrível, e lesão de faca e morte é destruição, ninguém acha isso bonito, ninguém vai achar isso nunca bonito. (EN/TNA-Panicalli)

#### 4.5 Cadáver e Ciência

*Teve um cara que falou assim: Por trás de um homem que perdeu a fé existe um homem esmagado por Deus! É verdade, hoje eu não questiono alguém que perdeu a fé [...]. Hoje eu olho muito mais de uma forma estritamente técnica, não me envolvo emocionalmente, não quero me envolver, não procuro saber as circunstâncias primárias daquela morte, até porque será sempre uma morte violenta. Eu tenho que focar uma forma estritamente técnica, hoje é assim. (EN/TNA-Panicalli)*

Quando Dejours parte para suas investigações no campo do trabalho ele identifica que os trabalhadores para se manterem estáveis psicologicamente lançam mão de estratégias individuais ou coletivas de defesa frente ao sofrimento no trabalho. Dentre elas aparece o mecanismo de racionalização. Esse olhar de “forma estritamente técnica”, que é fala muito frequente dos TNAs e também já evidenciado em outras pesquisas (Barros & Silva, 2004), (Oliveira & Hoch, 2011), (Aldé, 2003) (Silva et al., 2016). Mas esse modo de racionalização que permite um distanciamento do horror da atividade é fruto do pensamento científico, e, portanto só pode ser conjecturado por Dejours após o desenvolvimento de uma série de práticas sociais higienistas sobre os corpos, consequências do desenvolvimento da medicina e outras ciências. É importante ainda pontuar o desenvolvimento do próprio capitalismo que acaba subjugando o desenvolvimento científico até mesmo em termos de práticas fúnebres.

Kóvacs (2013), Queiroz (2006) e Philippe Ariès (2003) se debruçaram sobre a análise das visões psicossociais sobre a morte e as práticas despendidas aos mortos no ocidente, do período medieval à pós-modernidade. Os autores produziram reflexões importantes que valem destaque por explicarem o modo como a sociedade construiu, a partir do desenvolvimento das ciências, práticas higienistas para com cadáveres. Primeiro o fato de uma crescente negação da morte em nossa sociedade, impulsionada por uma percepção subjetiva da noção de corpo que se alterou com o advento do capitalismo.

No mundo medieval, a relação com o corpo era aberta, expansiva, indisciplinada, transbordante e preguiçosa, muito diferente da relação fechada, contida e individualizada do mundo burguês, que transformou o corpo humano em instrumento de trabalho [...] com o desenvolvimento das sociedades industriais e o desenvolvimento técnico e científico da medicina, a visão da morte e a interação com o paciente moribundo modificaram-se radicalmente. (Combinato & Queiroz, 2006, p.26)

A morte no período medieval envolvia rituais públicos e organizados. Os rituais passavam necessariamente pela aprovação e mesmo pela organização do próprio moribundo<sup>14</sup>. Era importante a presença dos entes queridos no momento final. A morte repentina era a pior coisa que poderia acontecer ao sujeito. (Ariès, 2003).

A segunda reflexão é referente ao tratamento higienista que passa a ser dispensados aos corpos. Se no período medieval corpos ficavam expostos em valas comuns<sup>15</sup> nos centros das cidades, atualmente práticas como cremação têm sido mais utilizadas. “Uma maneira radical de fazer desaparecer e esquecer tudo o que resta do corpo, de anulá-lo” (Ariès, 2003, p.216). Diferentemente do funeral Viking, no qual espiritualidade e mitologia baseavam a cremação do guerreiro em seu navio, como modo de veneração e respeito, aqui se extingue o pensamento mítico, imperam o pensamento científico biologicista e o desejo de eliminar qualquer possível rastro de decadência e decomposição. O embalsamamento, tal qual a cremação, também perde seu caráter mítico como o que possuía no Antigo Egito. Passa a ser utilizado como uma “técnica” de preservar viva a imagem do morto (Kovács, 2013), daí os comentários que se ouvem em qualquer velório: “fulano estava com uma aparência tão tranquila...”, “parecia que estava dormindo...”, formas de negar a morte, fuga do real.

O documentário: “A ciência da morte”, produzido em 2016 pela *National Geographic*, nos mostra alguns métodos contemporâneos baseados em alta tecnologia. A título de exemplo, o embalsamamento arterial e a prática de criogenia humana. O primeiro foi desenvolvido sistematicamente pelo médico Thomas Holmes, durante a guerra civil americana. Os corpos dos soldados que morriam no campo de batalha entravam em decomposição avançada antes de serem conduzidos à suas famílias para o funeral, o que demandou o desenvolvimento dessa técnica, cujo princípio básico se mantém até os dias atuais. No documentário supracitado, um agente funerário explica a técnica: o corpo é bem lavado, dos pés à cabeça, a boca é fechada com linha de costura, e um tampão é colocado nos olhos que já estão desidratados e perderam volume. É feita uma incisão na carótida ou jugular interna, por onde é introduzida uma cânula. Por esta via é injetado, atualmente por uma máquina específica, o líquido de embalsamamento que retarda o processo de decomposição. Nesse processo, as articulações do cadáver precisam ser massageadas para que o líquido de embalsamar penetre pelos capilares com maior facilidade. Existem ainda outras formas de

---

<sup>14</sup> Lembro-me, neste ponto, de que no Brasil, nas comunidades rurais, muito recentemente a participação do moribundo era costumeira. Aqui encontrei em uma publicação acadêmica aquilo que meu pai me relatara de sua infância.

<sup>15</sup> No caso essa era a destinação dos cadáveres socialmente desfavorecidos, pessoas pobres, sem recursos financeiros ou prestígio social. Mortos socialmente importantes eram enterrados no interior das igrejas, sendo os mais “importantes” enterrados próximo aos altares.

embalsamamento utilizadas na atualidade em função das condições de deterioração de cada corpo, detalhadas no trabalho de Moreira (2013). Mas a tecnologia e a ciência já apontam para um horizonte de mudanças revolucionárias no campo das práticas fúnebres.

A prática da criogenia humana entrou em cena na década de 70. Mais uma vez o desejo de conservação do corpo que outrora fora atrelado a crenças mitológicas ou religiosas, agora se transformou, passando a ser amparado pela certeza no avanço da ciência. A palavra criogenia vem do Grego *Crio Gen* “Geração de Frio”. Inicialmente foi trabalhada como método de resfriamento de diversos materiais e até mesmo alimentos através de indução por gases em estado líquido (Sarreta, Sgarioni, 2016). Surge a partir de então empresas como Alcor localizada no Arizona e a *Cryonics Institute*, do Michigan, oferecendo serviços de criogenia humana, em outros termos conservação de corpos em baixas temperaturas. A finalidade é “preservá-lo em temperaturas extremamente baixas com intuito posterior e incerto de descongelamento do mesmo e retomá-lo à vida” (Sarreta, Sgarioni, 2016, p.122).

Por mais que ainda seja exceção, essa atividade sobre o cadáver já produz modos de subjetivação interessantes de serem observados, percepções sobre a vida e a morte se alteram como podemos vislumbrar nas palavras de Max More, um representante da *Alcor*: “A morte é simplesmente um problema a ser consertado [...] não os considero mortos, a lei os considera mortos”. O raciocínio é o seguinte: uma pessoa irá morrer de uma doença “x” que ainda não possui cura. Como há a expectativa de que o avanço científico possibilite a cura dessa doença no futuro, o cliente pede que seu corpo seja imediatamente congelado, após sua morte, para que um dia possa ser “ressuscitado” sem a tal doença. Souza (2017, p.13), explica o processo:

O sangue é retirado ao mesmo tempo em que um líquido crioprotetor é injetado dentro do corpo [...] trata-se de uma substância a base de glicerina, que impede que cristais de gelo se formem dentro das células... O corpo vai para uma cabine com gás nitrogênio circulante. Nesta etapa vai ocorrer a vitrificação (congelamento), ela dura cerca de três horas e garante que todas as partes do corpo serão congeladas por igual. Por último, o corpo é colocado em um saco plástico protetor, para a pele não ficar danificada em razão das baixas temperaturas, e imerso em um cilindro de nitrogênio líquido a  $-196^{\circ}\text{C}$ , onde será monitorado por vários anos.

Algumas pessoas pagam à *Alcor* com apólices de seguro de vida que nomeia a empresa como beneficiária, os valores giram em torno de oitenta a duzentos mil dólares, o que evidencia mais uma vez que as divisões de classe se manifestam, mesmo após a morte. No

Brasil não existe nenhuma empresa atuante no ramo de modo que Silva (2012) aponta que em território nacional, tanto nos aspectos científicos quanto jurídicos, carecemos de conhecimento de causa que justifique ampla discussão sobre a questão da criogenia. Como explicam Sarreta e Sgarioni, (2016, p.129):

A destinação dos restos mortais se inclui dentre os direitos da personalidade do indivíduo, constitucionalmente assegurados [...] e diante da **ausência de legislação específica** para a criogenia, poderia o direito valer-se do disposto no artigo 4 da Lei de Introdução ao Código Civil que dispõe que nos casos em que a lei for omissa ‘o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia os costumes e os princípios gerais do direito (**grifo nosso**).

A analogia mais próxima que se poderia tomar neste caso é a manifestação, mesmo que a partir de testemunhas de confiança, pela cremação. Contudo, tanto nos casos mais comuns de cremação quanto no inédito brasileiro de criogenia, põe-se um entrave no meio jurídico, pois se é necessário a observância da última vontade do ‘*de cujos*’, ao mesmo tempo:

O cadáver não é mais uma pessoa natural passível de direitos e obrigações puramente inerentes ao ser humano, pois desde a sua morte o direito passa a lhe conferir natureza jurídica de *res* (**coisa**) [...] cuja posse passa a ser da família. (Silva, 2012, p. 6, **grifo do autor**).

São, portanto, novos desafios para o ordenamento jurídico brasileiro. Ao que nos interessa, o cadáver enquanto *res*, traz implicações práticas e mesmo subjetivas. Diria ainda que essa nomenclatura jurídica se aplica muito bem ao cotidiano em certas circunstâncias. Lembro-me de uma ocasião em que um aluno em início de estágio se deparou, ao entrar no necrotério, com corpo em fase coliquativa<sup>16</sup> e com expressão de nojo me fez a pergunta: “Porque vocês guardam *isso*?” (RECOM), a mesma natureza jurídica de coisa.

Tendo o cadáver adquirido o status de “*res*”, para que este tivesse integrado o universo de mercadoria não demorou muito. E neste aspecto questionamentos éticos e jurídicos surgem. Para além dos critérios de criopreservação com crença se suposta ‘ressureição’, podemos atualmente discutir a atuação de TNAs que em sua atividade produzem peças artísticas.

---

<sup>16</sup> Estágio de decomposição avançada em que há grande perda de líquidos e lipídios, frequentemente com estruturas ósseas visíveis e presença de fauna cadavérica (larvas de varejeira)

## 4.6 Cadáver e Arte

*Isso aqui tudo é como se eu estivesse num filme de ficção científica. (ENTNA-Márcio)*

As técnicas de conservação cadavérica sofreram muitas modificações, ao longo da história, impulsionadas por interesses religiosos, científicos, econômicos, práticos e até mesmo artísticos. Foi na década de 70 que o anatomista e artista Gunther Von Hagens conduziu os métodos de conservação do cadáver ao *status* de obra de arte,<sup>17</sup> através da técnica de plastinação (Silveira, 2018). A proposta inicial era produzir peças anatômicas mais duráveis, sem alteração de coloração, devido à utilização de conservantes e sem odores, para o estudo em medicina. A técnica consiste em substituir substâncias orgânicas do corpo, como líquidos e lipídios, por materiais plásticos como silicone, resinas, e poliéster. O objetivo é impedir o processo de putrefação e, para isso, é preciso inicialmente bombear formol pelas artérias, logo após a morte. Posteriormente, ocorre a dissecação e o corpo é mergulhado em solventes como acetona, que eliminam a água e a gordura, diretamente responsáveis pelo processo de decomposição. O cadáver então é colocado em uma câmara a vácuo, que promove a evaporação dos solventes e os substitui por polímeros líquidos, por impregnação nos tecidos. Finalmente, o cadáver é modelado na posição em que permanecerá (Silveira, 2018).

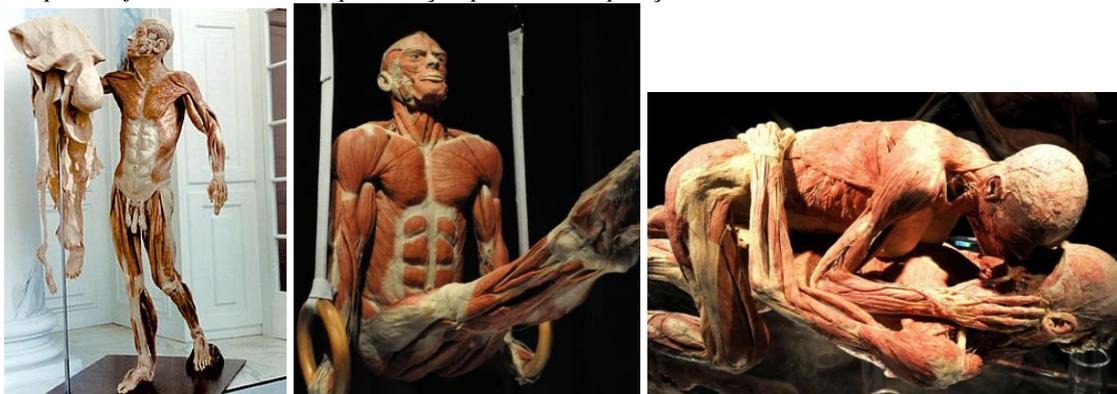
O anatomista/artista Hagens foi além e provocou os critérios éticos e estéticos, ao apresentar os cadáveres plastinados como peças artísticas, em sua exposição “Mundo dos Corpos”, 1995, no Japão. Os corpos são exibidos simulando práticas cotidianas, com certa “vitalidade”, o que impressionou muitos e desagradou a outros.

---

<sup>17</sup> É importante mencionar que mesmo os artistas renascentistas já tomavam cadáveres como peças de arte, ou mesmo alguns britânicos do século 18 que, ao chegarem à Nova Zelândia, passaram a adquirir e colecionar cabeças tatuadas do povo Moari, os Mokokoi, como peças de arte.

### Figura 1

Corpos subjetivos à técnica de plastinação postos em exposição no Plastinarium



FONTE: Site oficial do Plastinarium

Sua exposição viajou por vários países e as peças passaram a compor parte do acervo do museu *Plastinarium* em Guben, Alemanha, desde 2006, com mais de 16.000 mil corpos. O site oficial do *Plastinarium* informa que muitos corpos são doados ainda em vida e, nas palavras de Rurik Von Hagens: “Estas pessoas querem, em vez de serem devorados por minhocas, fazer algo de útil com seus corpos depois de morrer”. O *Plastinarium* atualmente emprega mais de 200 TNAs que produzem peças de exposição que também podem ser vendidas para escolas de medicina em todo o mundo. Estima-se que uma obra de Von Hagens chegue a custar o equivalente a 280 mil reais. A necroatividade, como tem sido demonstrada, revela um contexto de possibilidades de interconexão entre a morte, ciência, capital e arte. Várias questões se desdobrariam destas conexões. Neste tópico, pretendo lançar, de modo provocativo e sem intencionalidade de exauri-la, a seguinte questão: poderia ser a arte também um modo de superação psicológica do horror? Como pensar a arte diante da violência da morte de uma pessoa vítima de homicídio, ou de um acidente automobilístico ou de um corpo em avançado estado de decomposição? A narrativa de um trabalhador me leva a crer que a subjetividade possui tamanha potencialidade criativa que permite uma recomposição até de cenários trágicos.

Trabalhei a minha mente, existem filmes de ficção científica né, hoje em dia eles são muito reais, você consegue ver um filme tipo o massacre da serra elétrica, você consegue ver uns filmes que você vê uma pessoa matando a outra, mas parece tão realidade, mas é tudo mentira, sangue... eles conseguem inventar, a gente consegue inventar até cheiro não consegue? Tem bonecos que parecem ser humano não é? que são robôs? Eu trabalhei minha mente, isso aqui tudo é como se eu estivesse num filme de ficção científica. Esses odores foram produzidos artificialmente pra gente

poder imaginar que está num cenário de realidade, eu pus isso na minha cabeça. Aqui são bonecos não são seres humanos, os odores foram produzidos com o máximo de realidade possível. A minha forma de trabalhar ali foi dessa forma. Ai passou, durante um tempo normalizou depois de um tempo nada mais foi novidade, passou a ser tolerável psicologicamente. Fisicamente sempre tem um desgaste, tem algo novo. (EN/TNA-Márcio)

Confesso que quando ouvi essa narrativa só me vinha à cabeça a magistral obra musical e cinematográfica “*Thriller*” de Michael Jackson. Ao assistir ou lembrar desse vídeo clipe da década de 80 confesso que nunca senti o peso da ideia de um cadáver em decomposição. Além da cultura pop poderíamos citar ainda o estilo clássico das *Vanitas*. Estilo de pintura desenvolvido na Europa do século XVI e XVII que tende a retratar a “natureza morta” provocando a ideia da finitude, e efemeridade da vida e das coisas.

## Figura 2

*Pintura Vanita de Pieter Claesz de 1625.*



*Vanitas* feito em 1625, em óleo sobre madeira pelo pintor Holandês Pieter Claesz.

Fonte: [fineartamerica.com/featured/a-vanitas-still-life-pieter-claesz-.html](http://fineartamerica.com/featured/a-vanitas-still-life-pieter-claesz-.html)

Mesmo não atuando diretamente com cadáveres os artistas desse período encontraram seu modo de expressar e quem sabe até mesmo tolerar o pavor da finitude. Assim com Márcio, nosso entrevistado, que desenvolveu uma forma muito peculiar, um modo de superação através da “arte macabra<sup>18</sup>” (Ariès, 2013) sem necessariamente precisar ser um artista como Gunther Von Hagens ou Pieter Claesz ou ter os mesmos interesses comerciais de ambos.

<sup>18</sup> Philippe Ariès explica que a representação iconográfica da morte sofreu alterações ao longo dos séculos. Dentre elas as representações macabras, “representações realistas do corpo humano durante sua decomposição” (143). Ressalta ainda os poemas, pinturas e esculturas do século XVII ao XVIII. Telas do século XVIII detalham os suplícios dos santos *Macabeus*, de onde supostamente origina-se o termo macabro. Santos outrora venerados como patronos dos mortos.

Esta breve “decomposição cultural”, ou diríamos ainda este distanciamento, essa viagem em sentido vertical aprendida com DaMatta (1978) enquanto um movimento xamanístico, nos mostra que o cadáver é objeto de “recomposição subjetiva” das sociedades, e os TNAs são, em alguma medida, sujeitos que ajudam a perpetuar as crenças e valores sociais sobre a morte, e por outro lado podem produzir novos significados, através de seu trabalho. As práticas de atividade (necro)ritualística se transformam, e por esta razão também produzem novas subjetivações que acreditamos serem ainda mais significativas para os TNAs.

No Brasil, de modo geral, podemos dizer que o cadáver tem inicialmente dois possíveis destinos: serviços funerários com posterior velório e sepultamento, ou serviços médico-legais, de onde serão, em seguida, conduzidos às funerárias. Dentro dessas organizações encontraremos várias categorias profissionais que englobei pelo conceito de Trabalhadores de Necroatividades (TNAs), sem ignorar a especificidade da atividade de cada um. Os TNAs de nossos tempos se diferem em grande medida daqueles do antigo Egito, dos monges Tibetanos, dos Vikings. Ainda sofram influencias do pensamento religioso, este agora tem interfaces com a ciência, tecnologia e, sobretudo o capitalismo. Contudo, podemos dizer que há um fio condutor entre essas culturas, que produz sobre elas modos de subjetivação, tendo o cadáver como objeto de atividade (necro)ritualística. O trabalhador atual não é apenas um técnico dotado de *expertise*, é sujeito que continua se transformando, a cada novo modo de atividade que desenvolve sobre o corpo morto. Enquanto o cadáver se decompõe, o trabalhador “recompõe” modos de pensar e de ser.

## V CAPÍTULO: ESTÁGIO DE DECOMPOSIÇÃO: movimento de subjetivação

*Porque você se desconstrói o tempo todo porque as certezas que você construiu durante toda a vida, por exemplo, a fé. Se tal eu fizer terei as bênçãos a proteção e isso e aquilo, você vê até na oração clássica do pai nosso: “livrai-nos do mal” então você tem a certeza de que será livrado do mal, mas aí vê que não é assim. Então isso há um remanejamento de tudo aquilo que você acredita ou acreditou piamente. Você se desconstrói. Esse perder o chão né... ele é dramático. Porque perder o chão obviamente você se segura a onde? Não tem como mais, e não tem como voltar atrás, você está diante de uma realidade, você descobriu uma nova realidade. (ENTNA-Panicalli)*

Os legistas chamam cronotanatognose (França, 2012) o estudo das fases da decomposição de um corpo que permitem determinar um tempo aproximado de morte. Existe de modo muito bem conhecido e explicitado na literatura de medicina legal uma “marcha cadavérica” observável, que envolve o processo de decomposição. O cadáver passa por fases empiricamente visíveis e diferenciáveis. Logo nas primeiras horas de morte, o que se observa é uma queda na temperatura corporal que se iguala à temperatura ambiente, fenômeno chamado *algor mortis*, basicamente um esfriamento do corpo associado à dilatação de pupilas e uma palidez pela ausência de circulação sanguínea. Em um segundo momento, cerca de 4 a 8 horas após o óbito, ocorre o enrijecimento de todas as articulações, o *rigor mortis*. O cadáver passa a apresentar uma “resistência”, de modo que é preciso muita força para dobrar-lhes os braços e pernas. Após algumas horas, essa rigidez se desfaz e aos poucos o cadáver torna-se maleável, meio flácido, porém surgem diversas marcas fixas de sangue coagulado em áreas mais baixas, devido à força da gravidade. Essas marcas, *livor mortis*, permanecerão por muito tempo e completam a primeira tríade. A partir deste ponto, o cadáver entrará em um período mais avançado de decomposição, a fase enfisematosa, na qual o corpo incha em proporções enormes, há protrusão de olhos e língua, tornando-se irreconhecível mesmo para seus familiares e amigos mais próximos. Todo este processo e outros que não detalharei englobam os fenômenos transformativos destrutivos que ocorrem a qualquer corpo em estado natural. (França, 2012).

Creio que algo metaforicamente semelhante acontece aos vivos que trabalham em necrotérios, laboratórios de tanatopraxia e anatomia, ou cemitérios, enfim: os que denomino: Trabalhadores de Necroatividades. Uma transformação observável, porém não necessariamente no sentido destrutivo, sem descartar, obviamente, esta possibilidade diante dos adoecimentos mentais face ao trabalho, em outros termos reafirmando que o trabalho

produz modos de subjetivação em duas vias, enquanto labor ou *tripalium*. Acompanhei por bastante tempo dezenas de estagiários em radiologia atuantes no necrotério, pude perceber certa passagem de fases.

O primeiro contato com o necrotério é relatado muitas vezes como um “frio na barriga”, ou “frio na espinha”. De fato, as mãos ficam geladas e as pupilas dilatadas, alguns ficam pálidos de nervosismo e ansiedade. O choque visual é inevitável e a sensação de enjoo é comum, devido ao odor do local. Com o passar dos dias, percebo que muitos alunos atingiram certa “resistência”, não é mais qualquer tipo de cadáver que lhes dobra os sentidos, estão de fato mais “rígidos”, mais seguros, se impressionam menos com eventos traumáticos. Uma análise dejouriana levantaria a hipótese da construção de mecanismos psicológicos de defesa, diante do ambiente. Ao final do estágio destes alunos, que pode durar de 5 a 8 meses, o que percebo com frequência é uma postura consideravelmente mais flexível, reflexiva, um “amolecimento” que é sempre relatado pelas marcas que ficaram. Lembranças de um caso de homicídio, um infanticídio, um acidente de trânsito etc. O trabalho deixa suas marcas. Aqueles que conosco permanecem por mais tempo tornam-se para eles mesmos irreconhecíveis em muitos aspectos manifestando falas como: *“jamais imaginei que daria conta disto; hoje dou muito mais valor à família; já não faço mais coisas arriscadas como antes”* (RECOM). Penso com frequência nestes dois “estágios”, o do cadáver e o dos alunos e o quanto estes me ensinam. Assim me narrou um TNA sobre suas vivências após quase 30 anos trabalhando como auxiliar de necropsia:

Primeiro foi uma fase de espanto, repugnância, medo. Depois de um tempo uma certa hostilidade que culminava com certo desprezo ao trabalho, você fazia porque tinha que fazer, mas se não envolvia tanto com o ambiente, você ficava desleixado até com aquilo que até um dia te incomodou.

Tem gente ai que, as posturas foram diferentes, não foram essa linearidade que eu falei, mas observei etapas, algumas pessoas estacionaram na fase da hostilidade, as pessoas falavam aquele termo grosseiro, representavam como: ‘toca-se o foda-se!, Eu não tô nem ai, eu quero chegar aqui fazer o meu trabalho muito básico, não quero me envolver com nada, saber de nada se ta tudo sujo não importa, eu chego trabalho diretamente aqui o cadáver, acabou tchau e benção’.

Disseram que pessoas ficaram naquela fase de assombro e temor e acabaram saindo, alguns. Agora o mais difícil é encontrar pessoas que, eu batizei de terceira fase essa de tentar minimizar o problema, poucos, raríssimos ali conseguiram entender oh: “eu

tenho que me organizar melhor, para estar num ambiente melhor, para que eu viva melhor aqui. (EN/TNA-Panicalli)

Aprendi com Canguilhem (2001) e Schwartz (2010) que o conceito de saúde transborda a perspectiva da simples ausência de doença. Saúde é pensada pela Ergologia através do esforço feito pelo trabalhador para redesenhar o meio em que vive de modo a incorporar neste os próprios valores, ou “*viver melhor aqui*”. O trabalho dos TNAs do IML/BH é circunscrito por uma série de normas e regulamentos que se tornam constantemente impotentes diante das “infidelidades do meio” (Schwartz, 2010). O que Panicalli relata é apenas um pequeno fragmento de inúmeros movimentos dos TNAs de renormalizações no trabalho. Ao invés da inércia, de aguardar mudanças na organização de trabalho essas pessoas tomam para si as normas existentes e as reconfiguram para de acordo com as próprias normas. Como afirma Schwartz (2010, p.95) “não há nenhuma situação de trabalho que já não seja, mais ou menos, transformadora ou tentativa de transformação”. Percebi então, junto a estes TNAs, um esforço consciente de renormalização, ou talvez nas palavras de Dejours um movimento de transformação do sofrimento patológico em criativo que somente através das narrativas ficou claro. Minha experiência profissional, atuando lado a lado com essas pessoas não me permitia enxergar o real da atividade <sup>19</sup>(Clot, 2010).

No ato do meu sofrimento, eu busquei para não ter que sair do necrotério uma forma de poder continuar trambalhando ali, sem ter que sair daqui por lesão, porque estava evoluindo para isso. Eu pensei, se eu não descobrir uma forma de trabalhar melhor, fazer o serviço que aprendi a respeitar e até gostar [...]. Eu tenho que tentar desenvolver algo para melhorar minha qualidade profissional aqui dentro, e poder continuar por mais longos anos e quem sabe aposentar, usufruir de uma saúde física e mental para poder continuar minha vida. (EN/TNA-Márcio)

Mas preciso reconhecer que do ponto de vista pessoal as transformações no processo de decomposição do cadáver é que, de fato, me fizeram prestar atenção aos modos de subjetivação nos vivos, especificamente nos TNAs. Não tenho a pretensão de defender a tese de uma “cronopsicognose”, ou uma marcha psicológica dos TNAs em fases, que permitiram a

---

<sup>19</sup> Retomando Clot e a clinica da atividade: “O realizado não tem o monopólio do real”. O trabalho por mim observado durante estes anos enquanto etnógrafo não revelava aquilo que o TNA gostaria de ter feito e não pode fazer, aquilo que fez sem querer fazer, aquilo que teve de deixar de fazer para conseguir realizar o trabalho, ou seja toda a atividade que ultrapassa a mera execução da tarefa.

todos os TNAs momentos de hostilidade, sofrimento, e renormalizações e produção de saúde. Mesmo porque me lembro de muitos colegas que adoeceram e jamais retomaram suas atividades como TNA. Articulo esses conceitos, porque permitem mostrar que a perspectiva de mudança, de transformação, pode e deve ser abrangida por qualquer área de conhecimento que envolva o estudo do humano. Reconheço a riqueza das experiências humanas e a complexidade dos processos de subjetivação construídos por via do trabalho. Certamente minhas referências teóricas me levam a afirmar que o trabalho transforma, mas transforma de modo singular os sujeitos, justamente porque sua atividade com corpos, atrelada a diversos determinantes sociais, é também historicamente determinada.

Os rituais que dedicamos aos mortos de nossa época produzem modos de subjetivação diferentes, por vezes antagônicos aos de outros povos e culturas, e partindo do princípio de que investigamos trabalhadores do IML/BH e seguindo a proposta descrita anteriormente, de constante movimento de distanciamento por reflexão transcultural e aproximação por narrativas e relatos etnográficos, chega o momento de afastar-me novamente. A relevância do contexto em que as práticas dos TNAs desta pesquisa acontecem não pode ser minimizada. Nossos entrevistados são servidores públicos de MG, atuantes no quando funcional da PCMG e neste sentido, penso ser importante, acolher o olhar de colegas pesquisadores que atuaram em contextos semelhantes. Ou seja, considero este ainda um ponto de deslocamento, distanciamento da minha própria tribo, meu próprio território, mas que em alguma medida pode apontar para semelhanças significativas.

### **5.1 Trabalho Sujo e Negativo Psicossocial: “alguém tem que fazer!”**

*Há! Então agora você trabalha no necrotério? Há, mas é um serviço importante né... alguém tem que fazer!*

Lembro-me com exatidão a primeira vez que ouvi essa frase. Um amigo de infância que ao saber do meu novo trabalho proferiu essas palavras acreditando genuinamente que me animaria. Na verdade, muitas e muitas vezes depois e em vários contextos escutei a frase: “alguém tem que fazer”. Até mesmo os próprios TNAs eventualmente a utilizam. Subentendido a ela encontra-se outra oração “que não seja eu”. “Alguém” denota um sujeito indeterminado, que não pode ser identificado, reconhecido. Só pude compreender essa oração, que sempre me causou desconforto pelas proposições de Everett Huges sobre o denominado trabalho sujo nas sociedades: “Delegar um trabalho sujo é uma prática comum. Muitos tabus

[...] dependem, na prática, do sucesso pelo qual a atividade tabu foi empurrada sobre qualquer outra pessoa” (Hughes, 1951 apud Lhuilier, 2009)

No contexto brasileiro, algumas pesquisas sobre sepultadores, auxiliares de necropsia, agentes funerários e outros TNAs, já foram conduzidas com o referencial teórico da psicologia do trabalho. Boa parte delas se debruçou sobre as questões do estigma e o trabalho sujo, conceitos importantes e frequentemente atribuídos a essas classes profissionais. E por essa razão passamos a refletir um pouco sobre o conceito.

Para o sociólogo Everett Hughes, o trabalho sujo seria aquele envolto em atividades com caráter degradante, seja física, moral ou socialmente. Também algo que contrarie nossas concepções mais nobres. Trata-se, portanto, de um conjunto de ocupações consideradas como desvalorizadas em certo arranjo social, aquelas de menor prestígio social, sem atribuições de poder, ou que margeiam a ilegalidade (Hughes, 1962). Entretanto a nosso ver, a desvalorização social de certas atividades pode ser considerada produto de um contexto histórico, e, portanto, passível de reformulações. A título de exemplo a atividade dos tatuadores, em seus primórdios atribuída a vagabundos e marginais. (Luz, 2019).

Uma segunda problematização sobre o conceito de “trabalho sujo” é posta por Bendassolli e Falcão (2013). Estes criticam o fato de algumas leituras, na Psicologia Social, operacionalizarem o conceito de modo tão expandido que teria abarcado uma gama considerável de ocupações na sociedade o que causaria o risco de um esvaziamento conceitual.

Talvez seja o caso de considerar que a categoria conceitual trabalho sujo abarque uma diversidade tal de casos que estaria a merecer recategorização [...] um determinado conceito teórico pode incorrer em esvaziamento teórico quando é usado em tantos contextos e para recobrir uma tal diversidade de categorias de fenômenos. (Bendassolli & Falcão, 2013, p.10)

Por esta razão, buscaram descrever o que há de comum entre as atividades consideradas como “trabalho sujo”. Assim desenvolveram a ideia de que não são necessariamente as questões de insalubridade, precarização e prestígio social que determinam o trabalho sujo, oferecendo uma nova formulação do conceito, articulando-o com a Clínica da Atividade (CAT) de Yves Clot. Para os autores, o trabalho sujo deveria ser caracterizado por aquelas atividades em que não se estabelece um coletivo de trabalho que possa dar suporte aos indivíduos. A CAT denomina gênero profissional, esse coletivo que acumula conhecimentos

práticos, ao longo da história de determinada profissão, fornecendo subsídios aos membros sobre o que se pode ou não se pode fazer.

A revisão do conceito, proposta por Bendassolli e Falcão (2013), tendo como ponto de apoio a proposta de gênero profissional da CAT, oferece uma contribuição importante para os estudos sobre os TNAs. A partir dessa reformulação, e de acordo com os dados construídos nessa dissertação, seria inclinado a excluir a atividade de trabalho dos TNAs do IML/BH do campo do dito “trabalho sujo”, tendo em vista as evidências de um gênero profissional bem estabelecido, como mostrarei em outro capítulo. Entretanto o “risco de esvaziamento conceitual”, inerente a qualquer conceito amplamente utilizado, não exclui um eixo central ao qual orbitam as diversas reflexões. E no caso do “Trabalho Sujo”, compreendo que esse eixo central é melhor explicado por aquilo em Psicossociologia do Trabalho denominamos de negativo psicossocial.

A Psicossociologia do Trabalho parece ter sido a corrente teórico-metodológica que mais abordou o tema das ocupações ditas de menor prestígio social, o campo da marginalidade do depreciável. Parte das pesquisas que neste capítulo serão apresentadas tem como referência a Psicossociologia do Trabalho, abordando TNAs e os associando ao conceito de trabalho sujo. A flutuação deste conceito, criticada por Bendassolli e Soboll, pode ser resolvida de outra forma, através das postulações mais contemporâneas da Psicossociologia do Trabalho, em intersecção com a psicanálise, especificamente pelas reflexões de Dominique Lhuilier sobre o negativo psicossocial.

Explica a autora que não se trata necessariamente do “trabalho sujo” e sim dos elementos de repulsa social que ela denomina de negativo psicossocial e que se encontrariam em diversas profissões (Lhuilier, 2009, p.). O conceito é rico e demandaria uma exposição prolongada, o que escaparia da proposta desta dissertação. Contudo, compreendo ser importante arriscar uma síntese, ainda que reducionista, para que o leitor possa compreender a importância da ideia de negativo psicossocial para este estudo. A palavra ‘negativo’ em si já traz algumas reflexões: “o negativo permite uma retomada elaborativa da noção de trabalho sujo [...] pode ser utilizado como metáfora para designar o inverso, a outra face deixada na sombra [...] o ‘negativo’ é o trabalho para obter a foto definitiva” (Lhuilier, 2009). A foto definitiva é o positivo, o belo, o socialmente aceito e admirável, produto de manifestação de um gozo. Aqui a psicanálise exerce papel importante na explicação.

Ensina Hur (2014, p.485) que pelo viés psicanalítico, a memória precisa também ser compreendida como um fenômeno cultural, que tem por objetivo tanto trazer elementos do passado à luz, quanto apagar, lançar às sombras outros conteúdos. Assim a psiquê trabalha,

através da memória, um exercício de esquecimento, de recalque de tudo aquilo que não pode ser pacificamente suportado pelos sujeitos e de modo ampliado pela própria sociedade. Como por exemplo, a velhice, a doença e principalmente a morte. Estabelecemos assim, enquanto coletivo, uma espécie de pacto inconsciente para escamotear, negar, apagar, recalcar, silenciar, tornar invisível e mesmo inaudível o que nos causa medo e repulsa. Esbabelecemos desta forma uma espécie de pacto, mesmo que não explicitamente declarado, mesmo porque se trata de um acordo coletivo inconsciente. É o chamado pacto denegativo. Ensina Hur (2014, p.485)

O trabalho da memória não consiste apenas na função da recordação, mas também na de esquecimento. Na produção de esquecimento há um trabalho de repressão coletiva, denominado pacto denegativo. O pacto é uma aliança inconsciente que atua no laço intersubjetivo com uma função recalcante, que expulsa, reprime, recalca, aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo.

Podemos dizer que qualquer profissão contém uma parcela de “trabalho sujo”, de um negativo, inaceitável que fere o imaginário social e afronta o narcisismo e que precisa ser reprimido, recalçado. E não que haja um “trabalho sujo” *stricto sensu*, até mesmo porque qualquer atividade profissional comporta uma quantidade incalculável de tarefas não percebidas por aqueles que não compartilham daquele gênero profissional. Nem todas essas tarefas tocam necessariamente no ‘negativo’. Afirma Lhuilier (2019, p.24): “Se alguns ofícios comportam mais ‘trabalho sujo’ do que outros, todos os serviços comportam uma parte de ‘trabalho sujo’, isto é, tarefas desvalorizadas ou desagradáveis”. Portanto considero mais profícuo o conceito de negativo psicossocial, pois ele:

Recobre as atividades realizadas no avesso da decoração, na sombra do social, que devem contribuir essencialmente para a preservação dos pactos denegativos para a neutralização do que é o objeto de negação e, por isso, colocado à margem ou no esquecimento [...] são essas [atividades] que serão objeto de processos de delegação, mas também de invisibilização.

A questão crucial sobre os TNAs é que estes por força das atribuições e de sua posição hierárquica na divisão do trabalho, não têm a quem delegar o negativo psicossocial, o próprio

cadáver. São, portanto, “condenados a uma impossível ocultação do real” (Lhuillier, 2009, p.). Assim narrou um TNA:

Sem recurso, pouca maca, pouco profissional, tudo pesado, tudo braçal, muita gente mandando, muito cacique aparecendo mostrando poder, muita gente querendo dar ideia: ‘vamos fazer assim, vamos fazer assado’, só que quem fazia a força mesmo eram poucos. Muitos para mandar, mas poucos pra poder sofrer no pesado. (EN/TNA-Márcio)

Nós é que pegamos a parte difícil do trabalho. E no final das contas quem é valorizado, e não que não tenha o seu valor, mas quem vai ser sempre falado comentado vai ser os médicos, a diretoria a chefia. (EN/TNA-Patrícia)

Como dito no início deste tópico: “alguém tem que fazer”, esse alguém em nossa pesquisa deixa de ser sujeito indeterminado, é um Trabalhador de Necroatividades que labora na manutenção de um pacto denegativo. As consequências disso serão analisadas durante o texto. Para concluir, ressalto que a maioria das pesquisas aqui abordadas sobre os sepultadores, auxiliares de necrópsia, legistas e outros profissionais, referenciaram-se através das teorizações iniciais de Everett Hughes sobre o trabalho sujo. Entretanto, compreendo serem pesquisas complementares, não excludentes. As atividades do campo do negativo psicossocial carregam inquestionavelmente uma parcela de trabalho sujo, sobretudo aquelas envolvidas com o tema da morte. Como elaborado no primeiro capítulo, a questão da morte tem sido, sobretudo no contemporâneo o maior elemento de negação social, e qualquer subproduto desta, como o cadáver ou restos mortais, as instituições e profissionais que destes se ocupam devem ser escamoteados da arquitetura da organização social.

## **5.2 Um panorama nacional sobre as ACTs e os TNAs**

O artigo de Barros e Silva (2004) é o desdobramento de uma dissertação de mestrado e relatou parte de um estudo exploratório sobre o cotidiano de trabalho dos profissionais do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. Apesar de se constituir também no IML/BH, considero uma pesquisa totalmente diferente, tanto pelo deslocamento temporal de 18 anos, quanto por diversas transformações ocorridas neste órgão ao longo deste tempo. As pesquisadoras apresentaram análises do estudo, que envolveu a entrevista de 20 auxiliares de

necropsia<sup>20</sup>, embasadas teoricamente em uma perspectiva da psicossociologia clínica e da ergonomia, aliadas a observações de campo. Avaliaram os processos psicopatológicos envolvidos na atividade de trabalhadores do necrotério, bem como as estratégias de enfrentamento das dificuldades diversas. Evidenciaram a lacuna existente entre o trabalho prescrito e o trabalho real, e denunciaram a precariedade das instalações e equipamentos. Segundo as autoras: “A falta de condições adequadas de trabalho impossibilita a valorização do sujeito e perverte o sentido da criatividade do homem, predominando nelas, assim, a expropriação da dimensão simbólica de se trabalhar” (Barros; Silva, 2004, p.14). Essa precarização das instalações e equipamentos é crônica e ainda perceptível nos dias atuais como certa vez me foi relatado: “*Essa maca de cadáver aqui é minha companheira há vinte anos, eu e ela já temos os mesmos problemas de coluna, (risos)*” (RECOM).

As pesquisadoras também expuseram, diferentes estratégias de enfrentamento dos auxiliares de necropsia (AsN), diante da iminente e flagrante condição precária do trabalho, para manter a saúde física e mental. A racionalização das tarefas, ao tratarem o cadáver como objeto, comentários e piadas durante as necropsias, a evitação de assuntos relacionados ao trabalho em outros ambientes, o apoio nas crenças religiosas e o uso de álcool como fuga, são algumas das estratégias. Estes aspectos se mantêm e ainda podem ser observados como relatado nos capítulos anteriores. Até mesmo porque as estratégias psicológicas de enfrentamento, ou estratégias defensivas (Dejours, 1998) não são exclusivas de contextos de trabalho ou momentos específicos. Colocam-se em movimento sempre que há a potencialidade do sofrimento e adoecimento. Barros e Silva (2004) constataram que os AsN são cercados de estigmas, conceito referenciado em Goffman (1975), e que há uma constante busca por reconhecimento de seu trabalho, principalmente junto à instituição a que se vinculam.

Vivian e colaboradores (2013) realizaram estudo qualitativo com observações participantes e entrevistas semiestruturadas com dois médicos legistas e dois AsN do IML de Santa Catarina. Utilizaram a análise do discurso para avaliação do material coletado. Identificaram os aspectos psicológicos envolvidos na atividade desses profissionais, e como os mesmos se posicionam frente à importância do trabalho que executam. Construíram um pequeno panorama sobre o conceito de morte, do ponto de vista biológico, além do desenvolvimento histórico da Medicina Legal. Sobre os trabalhadores, relataram que:

---

<sup>20</sup> A nomenclatura “auxiliar de necropsia” ou necropsia varia conforme o Estado federativo, podendo ser nomeado ainda como técnico em necropsia, auxiliar médico-legal ou necrotomista. Na prática, trata-se de profissionais que exercem a mesma função.

A rotina desses profissionais se dá de forma árdua, onde a carga horária de trabalho excede o que o ser humano é capaz de suportar para desempenhar suas funções de forma bastante eficaz [...] As excessivas jornadas de trabalho e as condições do ambiente se tornam aspectos negativos para a saúde mental desses profissionais que, por vezes, recebem um alto número de ocorrências, acrescida de falta de profissionais e prazos curtíssimos para entrega de laudos, o que gera elevada pressão psíquica, fazendo com que esses profissionais deixem de cuidar do seu próprio bem estar. (Vivian *et al.*, 2013, p.13).

Para as autoras, esses trabalhadores sofrem grande pressão institucional para a realização eficiente de suas tarefas e enfrentam dificuldades diante da escassez de recursos na organização a que pertencem. Afirmam: “Os profissionais entrevistados assumem que sentem a falta de um atendimento psicológico e relatam que muitas vezes dividem seus momentos de angústias com seus colegas de trabalho”. (Vivian *et al.*, 2013, p.14). Relato que evidencia novamente a existência de um gênero profissional bem estabelecido. A dificuldade em realizar as perícias em crianças mortas também foi relatada pelos profissionais como um dos maiores desafios.

Apesar destas constatações, as autoras concluem que os AsN são “extremamente realizados” em seu trabalho, além de terem plena consciência da importância social de sua profissão. A afirmativa contrasta com alguns relatos dos próprios trabalhadores e também com outras pesquisas. (Barros & Silva, 2004), (Oliveira & Hoch, 2011), (Aldé, 2003) (Silva et al., 2016). Estes pesquisadores não apostaram em referenciais teóricos críticos, têm formação em psicologia clínica e psicanálise, e compreendemos que apesar do valor de seu trabalho uma aproximação com enfoque crítico teria mostrado resultados diferentes.

No trabalho de Oliveira e Hoch (2011), de formação em Psicologia Social, realizado em Santa Catarina, observamos os relatos de auxiliares médico-legais sobre suas vivências no trabalho. As autoras exploraram o conceito de saúde mental e, através de entrevistas estruturadas, mostraram as percepções desses trabalhadores sobre seu ofício. Dessa forma, expuseram as dificuldades diante das pressões do ambiente de trabalho e as exigências de profissionalismo, o que coincide com os apontamentos de Vivian e colaboradores (2013). Os auxiliares entrevistados ressaltaram as dificuldades psicológicas diante das necropsias em crianças e o sentimento de impotência diante destes casos, bem como a insatisfação pelo não reconhecimento de seus trabalhos nos laudos periciais. O sofrimento psicológico diante da

perícia em crianças aparece em muitos relatos de pesquisas. Abro neste ponto um parêntese para um pequeno relato.

Recentemente estive realizando exames radiológicos em um homem vítima de homicídio por arma de fogo, me acompanhava um estagiário de Radiologia. Na maca, ao lado do baleado que examinávamos havia uma criança de aproximadamente 3 anos de idade com causa morte desconhecida e um agente funerário que hesitava pegar a criança para colocá-la em uma urna. Ao finalizar o exame do baleado e sair do necrotério comentei com o estagiário: *“Você percebeu a dificuldade do agente funerário em pegar a criança?”* Para minha surpresa a resposta do estagiário foi a seguinte: *“Que criança? Aquilo era uma criança de verdade? Achei que era uma boneca, até pensei, o que uma boneca tá fazendo aqui?”* (RECOM). Naquele momento refleti sobre como os mecanismos de defesa protegeram o estagiário daquela realidade, ao mesmo tempo pensei no TNA agente funerário que pela exigência da atividade não escapou ao sofrimento.

Retomando Oliveira e Hoch (2011), questionaram também a falta de suporte especializado da instituição, voltado para a saúde mental, afirmando que muitas vezes pensam em desistir da profissão. As autoras do artigo constataram que esses TNAs parecem buscar apoio junto às famílias, diante do descaso da instituição e do Estado. Apesar das insatisfações mencionadas pelos profissionais, as pesquisadoras observaram que os trabalhadores se orgulham do que fazem, mas em muitos momentos *“sofrem sozinhos e calados”* (Oliveira & Hoch, 2011). Questiono esta afirmação por postular a existência de um gênero profissional.

Lopes e Santos (2013) do campo da enfermagem, desenvolveram uma pequena revisão de literatura sobre o cotidiano e o sentimento de profissionais na área de medicina legal. Concluíram o artigo, afirmando que os profissionais deste campo não estariam insatisfeitos e não sofreriam em seus ambientes de trabalho, (Lopes & Santos, 2013), o que contrasta com os estudos já mencionados e inclusive com uma das principais referências usadas na própria revisão (Barros, 2007). As autoras utilizaram apenas dois descritores na busca, sentimentos e medicina legal, o que os conduziu a apenas oito publicações, das quais excluíram seis. É preciso levar em consideração, neste estudo, as contradições observadas entre as conclusões das autoras e as referências teóricas utilizadas. Chamamos a atenção ainda para o campo de formação das autoras, que, por partirem de referências não necessariamente críticas, podem ter negligenciado aspectos psicossociais importantes de interesse para as ACTs.

Os conceitos de trabalho sujo e estigma foram abordados também por Monteiro e colaboradores (2017), em análise baseada no campo da Administração e voltada para a constituição de identidades, atravessada pelo estigma vinculado ao trabalho dos coveiros. Foi

realizado estudo qualitativo sobre os coveiros da cidade de Belo Horizonte, com entrevistas semiestruturadas com oito coveiros, além de observações de campo. Utilizaram a análise linguística do discurso para avaliar os dados coletados e realizaram uma revisão bibliográfica, constatando escassez de trabalhos produzidos sobre esses profissionais. Os autores exploraram teoricamente três aspectos do estigma – físico, social e moral – que contribuem para a invisibilidade social de alguns segmentos de trabalho, como os coveiros, (Monteiro *et al.*, 2017). Os autores demonstram como esses profissionais aprendem a utilizar estratégias defensivas como as “ideologias ocupacionais e ponderação social”, propostas por Ashforth e Kreiner (1999), para proteger a identidade profissional dos preconceitos que são submetidos cotidianamente.

O artigo “Trabalho sujo e estigma: cuidadores da morte nos cemitérios”, de Batista e Codo (2018), ambos do campo da sociologia e psicologia social, relata uma pesquisa que abordou 43 sepultadores e paramentadores no município de São Paulo. Em termos metodológicos, a pesquisa conciliou métodos quanti e qualitativos, recorrendo ao inventário DIT (Diagnóstico Integrado do Trabalho) e a entrevistas semiestruturadas para explicar a constituição das identidades desses profissionais, atravessadas pela ideia de trabalho sujo, posta por Hughes (1962). Relataram as dimensões física, social e moral, também abordadas por Monteiro e colaboradores (2017) sobre os coveiros de Belo Horizonte. Batista e Codo observaram que os sepultadores e paramentadores com frequência utilizam práticas sociais como: ressignificações, reorientações e reenquadramento da atividade, para combater o estigma de suas profissões. Apontaram, além disso, o fato da coesão grupal como elemento de resistência diante do padecimento mental. Mais uma vez os coletivos de trabalho parecem ter papel fundamental no combate ao adoecimento mental no trabalho. Os autores concluíram, afirmando que as trajetórias de desprestígio e mácula dos trabalhadores em serviços funerários os conduzem a uma coesão grupal em torno do que se considera “trabalho sujo”. Em outras palavras, um orgulho de realizar o que outros não aceitariam. Assim narrou uma das minhas entrevistadas:

A gente não tem um uniforme em si, mas quando a pessoa sabe que trabalho aqui ela tem um impacto: ‘nossa, mas como é que você da conta?’ Nossa eu não daria conta”, Olha pra gente assim... principalmente no meu caso né tipo eu ser uma mulher acha: Nossa! Tipo assim porque espera que a mulher não vai dar conta: ‘nó ela é mais forte do que a agente acha. (EN/TNA-Patrícia)

Outro aspecto apontado por Batista e Codo (2018), é a importância que os trabalhadores atribuem ao fato da estabilidade no emprego público como mais relevante do que a atividade em si (Batista; Codo, 2018). Parece que, para estas pessoas, a condição do desemprego se revela muito pior do que a atividade que exercem, preparando corpos para velório e sepultamento. Essa condição de estabilidade no trabalho também foi observada em outros estudos (Barros & Silva, 2004), (Oliveira & Hoch, 2011), (Aldé, 2003) (Silva et al., 2016).

Silva, Lopes e Silva (2000) foram a campo investigar os fatores de risco a que estão submetidos profissionais do IML de Campina Grande na Paraíba. Baseadas em concepções teóricas da Ergonomia e da Psicodinâmica do Trabalho, partiram para a investigação com o questionamento: “Como eles conseguem manter a saúde mental?” Além das observações etnográficas, realizaram quatro entrevistas coletivas com equipes do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal (NUMOL) atuante no IML em questão. Descreveram em detalhes as atividades dos médicos legistas, odontolegistas e necrotomistas, evidenciando em um mapa detalhado uma série de riscos a que estes trabalhadores estão expostos, como: acidentes ambientais, biosanitários, ergonômicos, sociais, químicos e psicológicos. Na pesquisa, os autores também identificaram estratégias de defesa coletivas e individuais para enfrentamento das condições adversas, corroborando os achados de: Silva, Souza e Araújo (2016), Vivian e Angonose (2015), Barros e Silva (2004). Dentre estas estratégias, destacaram as ideologias defensivas e a racionalização, no tratamento dos corpos, diante da precariedade das condições de trabalho, também já descritas por pesquisadoras de Santa Catarina e Belo Horizonte, Vivian e Angonose (2015), Barros e Silva (2004). Apontaram a falta de reconhecimento do trabalho dos necrotomistas que sequer aparecem mencionados no laudo final, como já discutiam Oliveira e Hoch (2011). Concluíram afirmando que: “o trabalho no NUMOL só ocorre mediante a subversão constante dos fatores de risco” (Silva; Lopes & Silva, 2000, p.17), subversão essa que passa pela inventividade dos profissionais diante do trabalho real e outras estratégias coletivas, como proteção psicológica.

As psicólogas Cavedon e Amador (2005) investigaram o trabalho dos peritos criminais do Instituto Geral de Perícias no Rio Grande do Sul, sob a ótica da CAT, trabalhando teoricamente os conceitos de atividade, gênero e amputação do poder de agir. A pesquisa buscou responder às seguintes questões: No que implica ter a morte como uma constante em sua atividade laboral? Como lidar em seu cotidiano de trabalho com a desconstrução da ilusão de imortalidade, a qual diariamente nutrimos? O que se cria? O que se amplia? Que ações são

amputadas? Afirmam: “Na área pericial, é a morte que precede a atividade” (Cavedon & Amador, 2005, p.12). As autoras explicaram que os profissionais peritos, em sua atividade de trabalho, estão cotidianamente em contato com crimes envolvendo mortes violentas, e, portanto, em contato direto com cadáveres bastante danificados, mutilados, carbonizados e em estado avançado de decomposição. Através de uma série de observações de campo, apontaram relatos de profissionais que evidenciaram a relevância do suporte do coletivo de trabalho para lidar com impactos psicológicos do trabalho. Nesse sentido, as autoras buscaram referência no conceito de gênero de trabalho da CAT. Problematizaram ainda situações em que ocorre um impedimento da atividade com conseqüente amputação do poder de agir, sobretudo quando, após exaustivos trabalhos, o laudo pericial torna-se inconclusivo.

Teceram também reflexões sobre as concepções históricas sobre a morte e os processos de transformação da sociedade ocidental, no tratamento dos corpos, baseadas em Bellato e Carvalho (2005). Enfatizaram o processo de manutenção da saúde mental dos profissionais desta área, pelo uso constante da criatividade que aumenta o poder de agir destes. Aspecto que também surgirá em nossa investigação e que será explorado em outro capítulo. O artigo, portanto, trabalha com conceitos da CAT, através das observações empíricas, se aproximando de Silva, Souza e Araújo (2016). É importante ressaltar que a atividade do perito criminal tem *status* muito diferenciado em relação à atuação de outros profissionais, como necrotomistas, coveiros e paramentadores. Diversos fatores contribuem para essa diferença de *status* como, por exemplo, a própria divisão de classe responsável, dentre muitas coisas, um acesso desigual à educação formal, que permite a parcela mais favorecida da população acessar profissões com melhores remunerações e os estereótipos sociais veiculados pelas mídias através de seriados e cinema. “*O povo acha que o perito é igual o cara dos filmes, que aparece bonito bem vestido na cena do crime coletando evidências, e nós do necrotério somos o imundo que come hambúrguer do lado do cadáver*” (RECOM).

Elias (2007), do campo da administração, apresentou contribuições sobre o grau de satisfação dos profissionais auxiliares de necropsia do estado do Paraná, embasado nas teorias motivacionais de Herzberg (1968), portanto mais alinhado à perspectiva da Psicologia Organizacional. O autor revelou dados demográficos de um conjunto de entrevistas. O estudo foi realizado com 15 AsN de Curitiba, através de questionário com perguntas objetivas que abarcam fatores higiênicos e motivacionais sobre: a percepção desses profissionais a respeito de sua formação profissional, as condições materiais de trabalho, as relações hierárquicas, o reconhecimento profissional, as dificuldades no trabalho, os riscos e satisfação pessoal.

Enfatizou que o arcabouço teórico utilizado tem “grande valia na prática administrativa, pois fornece subsídios que indicam quais medidas podem ser tomadas, a fim de buscar melhorias nas condições de trabalho” (Elias, 2007, p.32).

O estudo possibilitou afirmar que 40% dos entrevistados concordam totalmente que o necrotério é um lugar calmo e agradável para trabalhar e que a maioria dos trabalhadores constroem boas relações interpessoais com superiores hierárquicos e com os demais colegas de mesmo nível. O estudo de Elias tem referencial na Psicologia Organizacional aliada às práticas administrativas e com metodologia que baseia a coleta de dados em questionários estruturados que deram primazia à dimensão comportamental, ou seja: sobre como o sujeito responde ao ambiente, restringindo o estudo a um caráter descritivo e sem aprofundamento nas causas dos fenômenos observados. Consideramos que os achados poderiam ser muito diferentes, se o embasamento teórico fosse crítico, pois: “O caráter instrumental da Psicologia Organizacional acabou por supervalorizar as teorias comportamentais na psicologia, que maximizam a influencia do ambiente no comportamento humano e minimizam as influencias intra-psíquicas, reduzindo-as ao âmbito da satisfação.” (Sampaio, 1998, p.22)

Em relação aos materiais de trabalho, que constituem parte dos fatores higiênicos<sup>21</sup>, o autor constatou satisfação “média”. Sobre reconhecimento dos profissionais em relação à carreira, promoções, salários e progressões, o autor concluiu que os auxiliares estão insatisfeitos, e sobre o reconhecimento da população sobre os serviços prestados, constatou satisfação média por estes profissionais. Percebe-se que as condições de trabalho, por mais adversas que possam ser, parecem ser menos danosas, do ponto de vista psicológico, do que a falta de reconhecimento do trabalho realizado. Batista e Codo (2018) também enfatizaram que a atividade propriamente dita é fator secundário de satisfação, se comparada com a estabilidade no emprego, no caso dos sepultadores e paramentadores.

Arthur Campos (2016), a partir da Antropologia, desenvolveu pesquisa baseada em uma etnografia de trabalhadores de funerárias, cemitérios e IML de Brasília. Investigou como se dá a ressignificação do conceito de morte, a partir dos rituais, em cada contexto, através de observação participante e entrevistas semiestruturadas, trabalhando principalmente com as noções de invisibilidade social, estigma e ritual. Descreveu uma interessante perspectiva

---

<sup>21</sup> Variáveis no ambiente de trabalho de Frederick Herzberg acreditavam serem responsáveis por evitar a insatisfação no trabalho. São de responsabilidade direta dos gestores e envolvem a política da organização, o ambiente de trabalho, o clima organizacional, as relações entre direção e funcionários, a estabilidade no trabalho, além das condições físicas como instrumentais utilizados, iluminação, organização, espaço físico, instalações, salários etc. São fatores que possibilitam a adaptação do trabalhador sem, entretanto produzir motivação ou aumento de produtividade.

antropológica dos ritos de descaracterização do corpo no IML até uma personificação do cadáver na funerária, um trabalho de “avivamento” do cadáver (Campos, 2016). Através de suas observações de campo no cemitério, e das entrevistas que realizou, percebeu a invisibilidade social dos trabalhadores, fenômeno que afetou até o olhar do pesquisador. Segundo ele, por ter focalizado sua atenção em uma determinada inumação, não se deu conta dos trabalhadores ali presentes: (Campos, 2016). Em outros contextos, se mostrou surpreso com o humor das pessoas que trabalham cercadas de cadáveres, apesar de sua invisibilidade social, por vezes, mais invisível que os próprios cadáveres:

Diferente do que muito se acredita essas pessoas que trabalham com a morte não são tristes e deprimidas, mas veem beleza e uma profunda dignidade em seu trabalho [...] Percebi as faces serenas e calmas, brincadeiras sutis e sorrisos curtos das pessoas que trabalhavam na limpeza, vestidas sempre de preto e, em sua maioria, mulheres negras (Campos, 2016, p.46)

Esta pesquisa me fez lembrar uma experiência que tive há bastante tempo atrás e que gostaria de relatar, abrindo mais um parêntese. Não são o foco deste estudo as profissionais da limpeza, entretanto preciso enfatizar a importância destes dentro de um órgão público como o IML/BH. São terceirizadas e tem entre as tarefas a limpeza do necrotério. Na visão de uma delas *“nós somos aqui a mosca do cocô do cavalo do bandido”* (RECOM). Certa vez estava dentro da sala de exames de raios-x, completamente paramentado com máscara, touca, e capote aguardando a chegada de um corpo. Percebi a parede suja de sangue e comecei a limpá-la mesmo não sendo atribuição de um Radiologista, confesso que me coloquei a fazer por nojo daquela situação e para passar o tempo. Por três vezes um médico legista entrou na sala e olhou ao redor sem me dirigir a palavra ou me fitar os olhos. Senti na pele naquela hora o conceito de invisibilidade social. Na quarta vez, perguntei: *“O senhor precisa de alguma coisa doutor?”*, surpreso olhou para mim e respondeu: *“Há! É você Leanderson? Achei que era da limpeza, desculpe, temos um caso pra você examinar”*.

Retomando Campos (2016), apesar de ter explorado o conceito de trabalho sujo, relatou surpresa, ao perceber que não vivenciou a “sujeira” que imaginava descrita na literatura que investigou. O autor interpretou o fato como sinal de que não compartilhava o conjunto simbólico das noções de “sujeira”. De fato, isso aponta para uma construção polissêmica do conceito de “trabalho sujo”, já apontada por Bendassolli e Falcão (2013). Campos evidenciou através dos diversos rituais, o caráter de burocratização, também descrito

em outros trabalhos, envolto na morte, desde o IML, passando da funerária até o sepultamento. Concluiu que os rituais dos trabalhadores nestes contextos são efetivados tal qual a burocracia estatal, e permitem tornar o trabalho uma atividade técnica e impessoal. Ao mesmo tempo, possibilitam a ressignificação desse trabalho, de modo a causar um distanciamento emocional do morto e seus familiares. Este viés antropológico encontra ressonância no conceito de estratégias de defesa psicológicas postas pela Psicodinâmica do trabalho.

Lecy Rodrigues Moreira (2013) realizou com sua equipe de pesquisa uma investigação qualitativa exploratória para identificar fatores que contribuíssem para o desenvolvimento de psicopatologia no contexto de trabalho de tanatopraxistas. Neste sentido conduziu a análise da atividade desses TNAs. Pesquisou paralelamente a atuação profissional de atendentes de *Call Center* procurando também por variáveis na atividade e contexto de trabalho que conduzissem ao adoecimento mental. Além de investigar detalhadamente a atividade de ambas as categorias, Moreira (2013) explorou as condições e organização trabalho nos dois setores. A equipe de pesquisadores teve como ponto de partida os resultados de outras investigações (Pontes; Cordeiro & Silva, 2006) que apontavam uma contradição instigante: Apesar das péssimas condições de trabalho de Tanatopraxistas, no que tange a atividade com corpos decompostos, secreções, fragmentados, o odor o impacto visual etc., os índices relativos a estresse ocupacional e adoecimentos mentais relacionados ao trabalho destes TNAs mostrava-se consideravelmente inferiores aos índices de trabalhadores do *Call Center*. Estes últimos trabalhavam em locais, limpos, climatizados, higienizados, com mobiliário novo além de carga horária de trabalho menor. Levantaram então a hipótese de que as variáveis mais significativas que conduziriam ao sofrimento e adoecimento não estariam necessariamente nas condições de trabalho, e sim no modo de organização. E citam Dejours (1992) para explicar que “enquanto os elementos que compõem as condições de trabalho atingem mais diretamente o corpo, aqueles que compõem a organização do trabalho atingem, sobretudo, o psiquismo” (Moreira, 2013, p.26).

A equipe de pesquisa avaliou as condições de iluminação, acústica, mobiliário, higiene, segurança dentre outras para constatar que os trabalhadores do *Call Center* estavam inquestionavelmente em melhores situações que os tanatopraxistas. Não obstante observaram que as queixas dos trabalhadores sobre o contexto laboral, a rotatividade e afastamentos por adoecimento relacionados trabalho tinham relação direta com o modelo organização adotado pela instituição, que enfatiza um estilo de liderança autoritária e um sistema de controle e vigilância mantidos sobre os trabalhadores. O trabalho prescrito mostrou-se demasiadamente

restritivo do poder de agir dos operadores. O oposto foi observado na atividade dos Tanatopraxistas e necromaquiadores, em que os pesquisadores observaram que apesar da obrigatoriedade de seguir uma série de normas que regulam os processos de trabalho em funerárias, estes TNAs conseguem renormalizar o trabalho e formar um coletivo de trabalho seguro e acolhedor. Concluíram que os dados:

Revelaram que essa profissão pode transformar positivamente a vida de algumas pessoas. Tudo indica que o contato constante e mesmo brutal com a morte leva essas pessoas a pensarem sobre a própria vida [...] para essas pessoas esse contato tão direto com a morte, fez reavivar o sentido da vida, levando-os a questionar seus valores e transformar sua relação consigo mesmo e com o outro. (Moreira, 2013, p.293)

A dissertação de Lorenzo Aldé (2003), bacharel em comunicação social e mestre em saúde pública pela Fiocruz, é o desdobramento de uma pesquisa ampla sobre condições de trabalho e saúde dos policiais do Rio de Janeiro, promovida pelo Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli (Claves). O autor fez um recorte nesta pesquisa, elegendo servidores do IML para apresentar um trabalho robusto com características quantitativas, que envolveram um questionário com 123 questões fechadas aplicado a 138 funcionários, e qualitativas, em que analisou 14 entrevistas semiestruturadas com diversos funcionários do IML do Rio de Janeiro. As questões giraram em torno de:

Por que escolheu trabalhar na Polícia?, Por que o IML?; a adaptação — Como foi o impacto de deparar-se com um trabalho que envolve cadáveres e a presença constante da morte?; a identidade profissional e social — O que é ser policial?, O que é trabalhar no IML?, O que pensam os outros policiais, os familiares, a comunidade? (Aldé, 2003, p.62)

O pesquisador realizou ainda uma série de observações de campo, coletando dados que foram sistematizados sobre a percepção dos profissionais em diversos aspectos envolvidos no contexto de trabalho. Questionou, entre outras coisas, o IML como instituição e seu papel social, lançando reflexões sobre o significado do trabalho para estes profissionais, a concepção de morte por eles adotada, os processos de estigmatização sofridos e as dificuldades diante das condições de trabalho.

Aldé (2003) também abordou o desenvolvimento histórico da medicina legal, e descreveu seus impactos sociais, assim como a construção dos conceitos de estigma e trabalho

sujo. Buscou investigar os aspectos da saúde psíquica dos trabalhadores, embasado em concepções da Psicodinâmica do Trabalho, e constatou sobre os trabalhadores diversos elementos já apontados em outras pesquisas como: uma carência de reconhecimento profissional e social; péssimas condições de trabalho, no que se refere a equipamentos e instrumentos necessários às atividades; processos hierárquicos pautados pela lógica da titulação acadêmica, em que os conflitos são evitados na medida em que uma classe de trabalhadores, geralmente os AsN, esteja disponível de modo subserviente aos peritos; Além de uma sobrecarga de trabalho, através da evidência de que 72% do público entrevistado alegou possuir outros vínculos de trabalho. Parte dos profissionais afirmou ter o IML como fonte de renda secundária, exercendo atividades em outros ramos não relacionados. Mais alarmante ainda a constatação do uso de drogas lícitas como álcool, antidepressivos e ansiolíticos, além de drogas ilícitas, por 82% dos entrevistados. Parte dos entrevistados relatou, pelos questionários, fazerem uso dessas drogas, em função do estresse ocupacional. Triste realidade que perpassa o cotidiano de muitos TNAs. A narrativa de um de nossos entrevistados reitera a pesquisa de Aldé:

Eu não vou negar que durante um tempo até para lidar com esse sofrimento, eu e a maioria dos meus colegas né encontrava refúgio no álcool. Um certo entorpecimento mesmo durante o trabalho, embora punível pela instituição né, era corrente ali dentro. Até mesmo sendo contrário as normas da instituição, se fazia uma certa vista grossa, desde que o trabalho saísse. (EN/TNA-X)

Uma saída patológica do sofrimento que é presente em várias profissões. Infelizmente há poucos meses me deparei com cena de três TNAs que faziam piada: “*O Dr x tá alucinado hoje, chegou no plantão, deu uma saidinha e voltou **daquela jeito***” (RECOM). Na sequência vejo o tal médico entrar no necrotério com fala desconexa e comportamento totalmente oposto ao seu habitual, completamente alcoolizado. A “vista grossa” da instituição torna-se fator contribuinte para a mazela do trabalhador.

Continuando no trabalho de Aldé (2003), apesar dos achados relatados, o autor também conseguiu identificar que mais da metade dos profissionais, 53.7%, consideram o ambiente de trabalho um lugar calmo e agradável, e também sentem que podem contar com o suporte e apoio dos colegas de trabalho. E afirma:

Surpreendeu-me o resultado do item “tipo de atividade que executa”, o segundo melhor avaliado. [...] nos permitem inferir que, de um modo geral, os funcionários

não veem problemas na função que executam, em si. Tomando o exemplo mais contundente do que isto pode significar: o auxiliar de necropsia, responsável por manejar cadáveres muitas vezes putrefatos, não se declara insatisfeito com a natureza de sua função. Está insatisfeito, sim (como de resto os outros funcionários), com as condições e a carga de trabalho, com o salário, com o pouco reconhecimento que recebe. (Aldé, 2003, p.72)

É possível atuar sobre o negativo psicossocial de forma a construir significados e satisfação pessoa. Porém para isso algumas condições são necessárias. Mas trata-se de um tópico para outro momento. O que Aldé oferece é um retrato rico das condições de trabalho destas pessoas, da instituição e a relação entre ambos. Chama atenção a seguinte afirmação: “A fragilidade do mercado de trabalho provoca resignação”, quando Aldé, citando Dejours, explica:

Quando mencionamos a situação dos que sofrem por causa do trabalho, provocamos quase sempre uma reação de recuo ou de indignação, pois damos assim a impressão de que somos insensíveis à sorte supostamente pior dos que sofrem por causa da falta de trabalho. (Dejours, 1999B, *apud* Aldé 2003, p.44)

É possível dizer que o trabalho de Aldé (2003) se completa com a pesquisa de Frankleudo Silva (2014), que investigou a atividade de trabalho dos necrotomistas, na Paraíba. Trata-se de um diálogo entre a CAT e a PDT, passando pelos pressupostos da Ergonomia e sua diferenciação do trabalho prescrito e o real. A dissertação é uma pesquisa qualitativa, em que o pesquisador utilizou como métodos: questionários sócio demográficos, entrevistas semiestruturadas com seis trabalhadores e quatro observações de campo. Realizou ao final análise de conteúdo temática dos dados coletados, apresentando os dados da pesquisa aos participantes em um grupo focal. Assim como Aldé (2003), Barros e Silva (2004), Silva (2014) também evidenciou que os profissionais sofrem com sobrecarga de trabalho por duas questões principais: pelas condições críticas de trabalho, no que tange a equipamentos e instrumentos adequados, e por possuírem na grande maioria, outros vínculos de trabalho que possibilitam um complemento salarial diante dos baixos vencimentos que recebem como servidores públicos:

A alta temperatura da sala de necropsia que não possui ar condicionado, constrange, sobretudo, os necrotomistas, que trabalham paramentados com jaleco, avental, luvas

e botas. As mesas de necropsia possuem bases de alvenaria, não permitindo regulagem de altura [...] a insatisfação com os salários recebidos apresentou-se como uma constante nos depoimentos [...] os baixos salários não deixam escolha à maioria dos necrotomistas, a necessidade de complementar o salário faz com que as 72 horas destinadas ao descanso sejam ocupadas quase que integralmente por outros trabalhos. (Silva, 2014, p.21)

O autor, baseado nos conceitos de estigma (Goffman, 1999) e de trabalho sujo (Hughes, 1962), analisou atividade dos necrotomistas, chegando à conclusão de que o trabalho se enquadra nos referidos conceitos. Contudo, separou neste contexto, outros trabalhadores que, em função da formação e uma divisão de classe, evidente em nossa sociedade, mesmo que trabalhem em um necrotério, estão “ímmunes” a tal classificação. É o caso dos peritos:

Nas atividades que envolvem objetos fisicamente sujos, mas que estão mais bem posicionadas na escala de prestígio social, como é o caso dos peritos médicos legais, observamos que, durante as necropsias, seu trabalho atém-se ao comando dos procedimentos e ao preenchimento de laudos, incumbindo-se aos trabalhadores de ocupações menos valorizadas, como a dos necrotomistas, o contato direto com o cadáver em diferentes estágios de decomposição e de higienização dos instrumentos de trabalho. Assim, nossas observações na sala de necropsia nos permitiram perceber que os peritos não se sujaram, dado que seu contato físico com os cadáveres é quase inexistente. (Silva, 2014, p.23,)

Estas observações também já foram feitas por outros pesquisadores em diferentes Estados da federação (Barros & Silva, 2004; Aldé, 2003), e como relata um dos entrevistados: “é o necrotomista quem põe a mão na massa, nós temos o contato com o cadáver, nós somos os braços e, muitas vezes, até os olhos dos peritos, somos um instrumento dos peritos” (Silva, 2014, p.24). Parece que estigma e invisibilidade social passam inevitavelmente pelas divisões hierárquicas no contexto de trabalho. Quem pode delegar o negativo psicossocial e quem não pode.

Silva (2014) trabalhou ainda as concepções de estratégias defensivas de Dejours e presenciou, em sua pesquisa de campo, o modo como os profissionais utilizam essas estratégias para lidar com o real da atividade, como eufemização (minimização da

importância dos riscos de contaminação) e o uso de drogas como o álcool. Os resultados da pesquisa mostraram que condições de trabalho também são precárias, como em outras instituições estatais. Ainda assim conseguiu identificar aquilo que Dejours denomina ressonância simbólica e espaço público de discussão coletiva, elementos fundamentais que permitem aos trabalhadores converter situações de sofrimento patogênico no trabalho em criatividade e prazer, achado que concorda com as formulações propostas por Bendassolli e Falcão (2013) sobre a relevância dos espaços coletivos de discussão e o fortalecimento do gênero da atividade, como resistência aos estigmas imputados pela atuação nos ditos “trabalho sujos”.

Messias (2017) utilizou a CAT em sua pesquisa qualitativa, dividida em três fases: na primeira, realizou entrevistas semiestruturadas com 13 AsN de um Serviço de Verificação de Óbito (SVO), da cidade de Natal, buscando por fatores motivacionais, identidade profissional, reconhecimento e a noção de trabalho bem feito. Na segunda etapa, aplicou a técnica de Instrução ao sócia, em duplas de participantes e, na sequência, uma entrevista de autoconfrontação. Trabalhou também a perspectiva contemporânea sobre a morte com argumentos baseados em Foucault (1988) e Ariès (2003), e as ressignificações de vida e morte, através da regulação dos corpos pelo Estado.

O autor, utilizando os conceitos de gênero, estilo, atividade e real da atividade, atuou como co-analista da atividade, junto aos AsN, com o intuito de promover reflexões e mudanças sobre o trabalho destes profissionais do SVO. Os resultados de sua dissertação mostram convergência com outros pesquisadores. No que diz respeito às condições de trabalho, Messias destacou que também são precárias, há sucateamento de equipamentos, falta de instrumentos e os servidores são mal remunerados. Através das entrevistas, constatou que muitos profissionais permanecem na atividade em função da flexibilidade dos horários de trabalho e da estabilidade do serviço público já evidenciado em diversas pesquisas (Barros; Silva, 2004), (Oliveira; Hoch, 2011), (Aldé, 2003) (Silva et al., 2016), (Batista; Codo, 2018). Esta flexibilidade permite atuação em outras profissões, artifício que estes trabalhadores têm usado para conseguir melhores remunerações. Contudo, pode-se afirmar que mesmo que alguns auxiliares de necropsia percebam a profissão como uma passagem para algo melhor, outros se dizem satisfeitos e realizados na profissão (esses, na maioria, profissionais próximos da aposentadoria). Ainda sobre os profissionais afirma:

Os relatos apresentados nos mostram que os técnicos em necropsia encontram diversos pontos negativos e positivos associados ao trabalho no SVO. É possível

perceber que os principais entraves relacionados à atividade seriam: os diversos impedimentos do fazer profissional, os estigmas e preconceitos associados à função, o sentimento de desvalorização do trabalho por parte da direção do SVO, os conflitos de relacionamentos entre membros da instituição, a baixa remuneração e a falta de manutenção e/ou aquisição de alguns instrumentos de trabalho. (Messias, 2017, p.42)

Uma informação antagônica, em relação a outros estudos, versa sobre a utilização incorreta de EPIs. O autor descobriu que, mais do que estratégias defensivas de eufemização (Silva, 2014), o uso de alguns EPIs traz limitações técnicas que impossibilitam a realização de um trabalho bem feito. Neste sentido, observou a relevância do gênero profissional, no reconhecimento do trabalho destes profissionais, apesar de, por parte da instituição, ele inexistir. O autor constatou ainda que os profissionais possuem formação acadêmica superior à que demanda o cargo, indo ao encontro dos achados de Aldé (2003), Silva (2015) e Oliveira e Hoch (2011). Com isso, percebeu a importância da produção de conhecimento e do contexto acadêmico, na atividade desses profissionais, na construção de identidades menos estigmatizadas. Dado que inclusive foi apontado em nossa pesquisa na narrativa de um TNA: *eu queria me notabilizar através de algum conhecimento adicional que não foi dado academicamente, foi busca minha. Eu queria deixar a profissão um pouco mais e...como eu poderia dizer, menos estigmatizada.* (EN/TNA- Panicalli).

Outro resultado interessante de se avaliar na pesquisa de Messias (2017) é o fato de muitos trabalhadores terem relatado o desejo de serem transferidos para o IML do Estado que, segundo consta, possui instalações ainda mais precárias que o SVO, além de grande carência de materiais de trabalho. Esse anseio, segundo as entrevistas, vem de dois aspectos principais: melhores salários no IML, na mesma função de técnico em necropsia, e um prestígio social, pelo fato de o IML estar vinculado à polícia (essa percepção ronda o imaginário dos técnicos em necropsia do SVO). Por outro lado Messias (2017) também recolheu em depoimentos a expressão de grande satisfação, prazer e orgulho da profissão, por parte dos trabalhadores.

Diante dos estudos apresentados, é possível extrair algumas conclusões. Primeiro, que há uma prevalência de trabalhos voltados para o estudo da categoria de auxiliares de necropsia, e alguns poucos sobre coveiros e paramentadores. Parece haver ainda outras categorias que não têm sido alvo de investigação, mas essa percepção exige investigação mais aprofundada. O trabalho com cadáveres envolve também profissionais como papiloscopistas, os rabequeiros, radiologistas, odontologistas, necromaquiadores e tantos outros trabalhadores de necroatividades ignorados. Todos estes profissionais, a despeito da particularidade de seus

ofícios, têm em comum o fato de trabalharem com cadáveres. Outro aspecto é que há uma concordância de vários autores (Aldé, 2003; Barros e Silva, 2004; Moreira, 2013; Silva, Lopes e Silva, 2000), em relação à precariedade das instalações e equipamentos usados por esses profissionais, sobretudo em instituições públicas, além da falta de reconhecimento desses TNAs, principalmente pelas organizações e pela população.

A maioria dos estudos utilizados neste breve levantamento aponta para o fato de duplas jornadas de trabalho, com consequentes prejuízos à saúde física e mental, movimento certamente relacionado aos baixos salários. O terceiro aspecto que segue este mesmo fluxo é a relevância que os profissionais atribuem à “estabilidade” no trabalho, em função de muitos serem servidores públicos e gozarem do direito de não serem demitidos sem processo administrativo julgado em desfavor do servidor. A maior parte das pesquisas mencionadas se deu em órgãos públicos. Este binômio, flexibilização das jornadas e estabilidade no trabalho, configura um quadro que precisa ser investigado, no sentido de esclarecer até que ponto estes dois elementos podem ou não contribuir para uma inércia dos trabalhadores diante de condições de trabalho desumanas. Contudo observamos que as condições de trabalho em si parecem secundárias se comparadas ao anseio de reconhecimento. De fato, por vezes a organização do trabalho, até mesmo amparada por pressupostos da psicologia adota a ideia de que melhorar remunerações, equipamentos, instalações e recursos, ou seja, o que aqui estamos chamando de ‘condições de trabalho’ seria o suficiente para melhorar a saúde do trabalhador. Equívoco já apontado por Lhuilier (2012, p.14): “A invisibilidade crescente do trabalho emerge em várias fontes [como, por exemplo] a dissolução do trabalho nas ‘condições de trabalho [...]’”.

É clara também a contradição apresentada através de muitos relatos que evidenciam que, apesar de todas as queixas sobre a precariedade das condições, sobre os preconceitos que sofrem, estigma, invisibilidade e falta de reconhecimento, boa parte dos trabalhadores relatam satisfação e grande identificação com o trabalho. O que revela a complexidade das reflexões sobre subjetividade e trabalho, duas dinâmicas e vicissitudes que envolvem um amplo espectro entre *tripalium* e labor. Essas contradições nos relatos também reforçam a tese de que não existe o “trabalho sujo” em si, mas uma parcela de atividades desvalorizadas, vexatórias, nojentas, degradantes ou humilhantes contidas em qualquer profissão. Muitas dessas atividades tocam o pacto lançam luz sobre o negativo psicossocial e por isso passam a ser estigmatizadas.

Em relação às ACTs, podemos afirmar que auxiliaram os pesquisadores a elucidar diversos aspectos sobre os processos de subjetivação envolvidos na atividade laboral destas

peessoas. Através da operacionalização de conceitos chave como gênero profissional, estratégias coletivas de defesa, trabalho prescrito e trabalho real, pesquisadores conseguiram analisar o modo como estes trabalhadores conseguem não apenas suportar psicologicamente o trabalho, mas subverte-lo criativamente para realizar um trabalho bem feito que possa ser reconhecido ao menos pelo coletivo de trabalho. Assim, além de sofrimento, há também produção de saúde e prazer na atividade que envolve a manipulação de cadáveres. Até mesmo porque para que haja sucesso do pacto denegativo e a delegação do negativo psicossocial é preciso que este “*alguém*” que executa a tarefa consiga suportá-la.

Avaliando as pesquisas mencionadas, pretendo neste ponto tecer alguns comentários na condição de etnógrafo nativo no IML/BH. Recordo-me do Sr. Ramon Braga, falecido chefe do setor de Radiologia Forense, e que foi o meu primeiro tutor, quando entrei na instituição. Mostrei a ele, na ocasião, grande descontentamento com o trabalho, em face de tudo que já foi apontado nas pesquisas mencionadas e que também vivenciávamos no IML/BH, como o péssimo salário, as condições precárias, a “*sujeira*” do trabalho, a carga emocional, a desvalorização etc. Ecoa ainda na minha memória a frase “*motivacional*” que ele utilizou naquele dia: “*Você tem que pensar nisso aqui como um trampolim para uma coisa melhor, uma espécie de bico, muita gente faz disso aqui um bico*” (RECOM). Ele, que trabalhou por 37 anos naquele IML e morreu sem conseguir se aposentar, sabia, mesmo não sendo acadêmico de psicologia, um modo prático de suportar aquele trabalho, uma estratégia que o manteve naquele lugar por quase quatro décadas, a despeito de todas as condições adversas.

Sou inclinado a concordar que ele foi, sim, capturado por esta espécie de “*barganha*” que lhe permitia horários flexíveis de trabalho, podendo trabalhar em outros lugares por todos aqueles anos aumentando seus rendimentos. Contudo, sou inclinado a pensar também que não foi apenas esta variável que o fez permanecer. A despeito de todas as possíveis estratégias defensivas utilizadas por ele. Na iminência da própria morte, acometido por um câncer, já em internação hospitalar, me disse ao telefone: “*Eu ainda quero voltar pro IML, Leanderson, e você separe minha vaguinha ai, que eu quero treinar um pouco neste tomógrafo novo que chegou ai*” (RECOM).

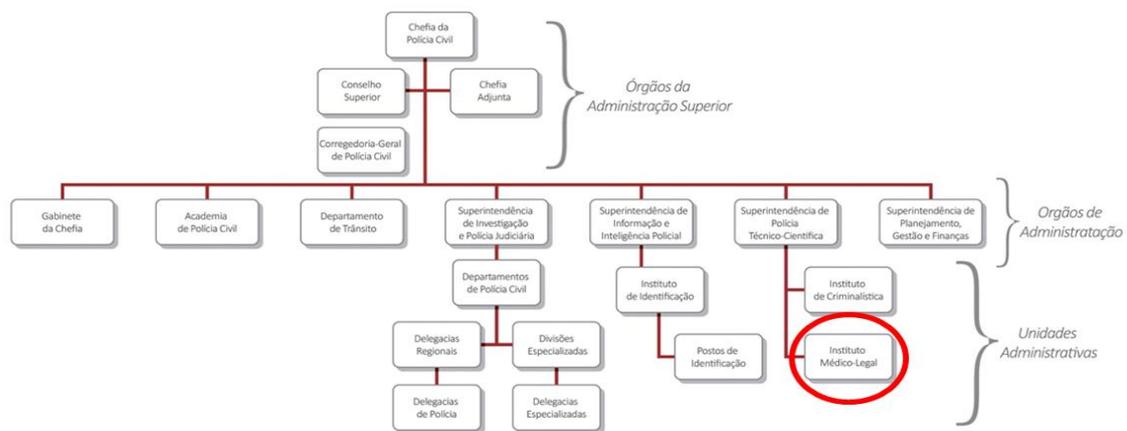
## VI CAPÍTULO – O INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE BELO HORIZONTE: Finalidade legal e finalidade para o negativo psicossocial

Quando opto, nesta dissertação, por investigar trabalhadores do IML/BH, preciso considerar que o IML/BH é um contexto. Trata-se de um órgão público, vinculado ao Estado de Minas Gerais e à Polícia Civil, instituições que também possuem suas marcas históricas refletidas em seus órgãos, onde de fato o trabalho acontece. O IML/BH guarda similaridades com IMLs de outros Estados, no que tange à precariedade de instalações, carência de mão de obra e insumos, como relatado nas pesquisas já mencionadas. Entretanto, ele possui história própria, singularidades que não podem ser ignoradas, devido à relevância que têm na produção de modos de subjetivação característicos. Neste sentido, pretendo, a partir deste ponto, apresentar o IML/BH em duas perspectivas: uma formal e institucionalizada, outra, pelas lentes críticas das clínicas do trabalho.

O Instituto Médico Legal da cidade de Belo Horizonte (IML/BH) é um órgão ligado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCM/G). Está vinculado ao Instituto de Identificação e ao Instituto de Criminalística compondo a parte pericial do Estado sendo submetido à Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC). A partir do ano de 2019, passou a ser denominado Instituto Médico Legal André Roquete (IMLAR), em homenagem a um de seus diretores recentemente falecido. Vejamos abaixo o organograma elaborado pela própria instituição

**Figura 3**

*Organograma da Polícia Civil de Minas Gerais*



**FONTE:** Site Oficial da Polícia Civil de Minas Gerais

Criado em 1911 tem como finalidade:

Realizar exames médico-legais naqueles que necessitam de serviços periciais referentes a lesão corporal, a estupro, a atentado violento ao pudor, de verificação de embriaguez ou uso de drogas ilícitas, laudos indiretos, laudos de erro médico, verificação de sanidade mental, verificação de idade, além de serviços de exumação e necropsia – aqui incluída a identificação de corpos (Barros & Silva, 2004, p.321)

O IML/BH é subdividido basicamente em duas grandes áreas denominadas: Perícia do Vivo e Perícia do Morto. A perícia do vivo é composta por diversos setores como: setor de laudos indiretos, perícias psicológicas e de psiquiatria, sexologia forense, serviço social, Setor de Informática e Análise Estatística e outros mais.

A perícia no morto é composta pelos setores: laboratório de toxicologia forense (este também realiza exames para a perícia do vivo), setor de antropologia forense, odontologia forense, radiologia forense, laboratório de anatomia-patológica e necrotério. Os profissionais que trabalham nos setores da perícia do morto se dedicam exclusivamente ao atendimento de requisições de autoridades policiais<sup>22</sup>, realizando exames e análises dos corpos e segmentos corporais que são encaminhados ao IML/BH.

Em todas essas áreas e subáreas citadas estão distribuídos profissionais com formações muito variadas e que ocupam os cargos de: Médicos Legistas, Peritos Criminais, Analistas de Polícia, Investigadores de Polícia e Técnicos Assistentes da Polícia Civil. A construção destas carreiras, suas matrizes remuneratórias e atribuições têm sido alvo de grande polêmica nos últimos meses - abordarei esta questão em breve. A formação destes trabalhadores inclui cursos superiores: medicina, química, bioquímica, psicologia, serviço social, enfermagem (carreiras de Médicos Legistas, Peritos Criminais, Analistas de Polícia, Investigadores de Polícia). Os técnicos assistentes, entretanto, possuem formação em cursos técnicos de: enfermagem, radiologia, análises clínicas e informática. Todavia, é possível facilmente constatar que, assim como em outros Estados, a maior parte dos servidores do IML/BH possui formação superior à exigida pelo cargo, alguns porque continuaram seus estudos e capacitações quando já estavam na instituição, e outros porque, ao ingressarem como servidores, já possuíam outras graduações.

---

<sup>22</sup> O termo “autoridade policial” é compreendido neste contexto, bem como em parte do meio jurídico como: delegado de Polícia Civil ou Federal e representantes do Ministério Público.

Ao IML/BH cabe a elaboração de laudos médico-legais que servirão de embasamento para as tomadas de decisão, no âmbito da polícia judiciária. Falamos, portanto, de um vasto campo denominado Medicina Legal. França (2011) apresenta diversas definições possíveis sobre o conceito de medicina legal. Dentre elas, destacamos “A aplicação das ciências médicas ao estudo e solução de todas as questões especiais, que podem suscitar a instituição das leis e a ação da Justiça”. (França, 2011, p.14). Assim, a noção de “questões especiais” já aponta para um horizonte onde observamos a necessidade de profissionais especializados que, em atuação conjunta, podem cumprir os objetivos institucionais. Parte deste corpo de trabalhadores atua no setor denominado de perícia do morto, os TNAs.

A atuação conjunta dos TNAs do IML/BH tem por finalidade última, subsidiar o médico legista de informações e elementos materiais que permitam a elaboração de um documento oficial denominado laudo pericial. Este laudo deverá idealmente conter a causa da morte, identificação do morto, e apontar os instrumentos usados que causaram as lesões. Sobre a questão da identificação, abordaremos posteriormente o tópico sobre o rompimento da barragem de minério no município de Brumadinho. Em relação à determinação da causa da morte, cabe ressaltar que o IML/BH recebe casos que se enquadram em três possibilidades:

1 Mortes violentas: aquelas nas quais um agente externo levou ao óbito. São causas geralmente vinculadas a traumatologia forense e envolvem casos como: homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, precipitações, acidentes de trabalho e outros;

2 Mortes suspeitas: aquelas nas quais a causa não pode ser determinada com clareza e que levantam dúvidas sobre um possível delito, como no caso de intoxicações exógenas (envenenamentos etc...);

3 Corpos não identificados: o IML/BH tem também a função da caracterização e identificação civil dos cadáveres. Assim, pessoas que vêm a óbito em hospitais, mesmo que em face de patologias diagnosticadas, que não portam documentos de identidade ou não possuem familiares presentes, acabam sendo enviados ao IML.

Mas é preciso também avaliar por lentes não institucionais todo esse nobre discurso de finalidades, objetivos e importância social do IML/BH. E neste sentido recorreremos mais uma vez à Psicossociologia do Trabalho. A sociedade precisa de estratégias eficazes para lidar com seus dejetos, com tudo o que atinge o narcisismo que impede ou traz menção ao impeditivo de um gozo. A morte, e os elementos que a ela se relacionam, são manifestações de inquestionável ruptura das possibilidades de prazer no mundo, são elementos do negativo social que merecem atenção especial nas estratégias de repressão. Desenvolvemos por tanto, “dispositivos organizacionais especializados no tratamento do negativo” (Lhuillier, 2009, p.).

O IML é apenas mais um destes dispositivos que visa através de seu discurso organizacional disfarçar, polir, mascarar através de um discurso “ancorado em um projeto purificador dos resíduos do negativo” (Lhuillier, 2009, p.). Por uma porta entra um cadáver podre recoberto de mífase e por outra sai um laudo técnico. “Disfarces e negação da realidade tentam subverter o ‘trabalho sujo’ em obras uteis para o bem comum e para os usuários dessas organizações”. (Lhuillier, 2009, p.). Não estou obviamente questionando a legitimidade e necessidade do IML enquanto órgão público, isso é inquestionável tendo em vista o acordo social manifesto pelo ordenamento jurídico sobre justiça. Afinal investigamos crimes de homicídio dentre outros casos que não seriam possíveis sem a perícia criminal. Estou apenas lançando uma reflexão sobre a função psicossocial que este tipo de instituição mantém na sociedade. E a despeito disso posso ainda dizer que as peculiaridades institucionais apresentadas retratam apenas parte do que se pode analisar sobre o IML/BH. Um órgão público, como tantos outros espalhados na grande Belo Horizonte, com dificuldades semelhantes. Entretanto, o que sempre me chamou atenção em relação ao IML/BH comparado a tantos outros órgãos públicos que já frequentei como usuário ou em que já trabalhei, é sua localização geográfica.

Ele foi criado em 22 de junho de 1911 com sede no centro da capital mineira, mais precisamente na Rua da Bahia. O prédio original ainda existe e atualmente é ocupado por outro órgão público. Entre 1933 e 1947, o IML/BH foi transferido para outra construção, também no centro de Belo Horizonte, na Rua Rio de Janeiro. Assim, foi sendo transferido de local em local, cada vez mais distante do centro, até que em 1978 foi parar no bairro Nova Gameleira, ainda em Belo Horizonte, quase divisa com o município de Contagem. Se outrora o órgão se localizava no centro da capital, próximo às principais avenidas e corredores, atualmente ocupa um espaço de isolamento, entre municípios.

Quando iniciei esta pesquisa, imaginava a possibilidade de utilizar fotografias do necrotério e talvez até aplicar a metodologia de oficina de fotos, que tem sido desenvolvida por Cunha e colaboradores (2016), para a análise da atividade dos TNAs. Prevendo as complicações éticas e legais de registros dentro do necrotério, optei por abrir mão desta ferramenta, o que me causou grande frustração. Contudo, certo dia, ao final da tarde, reunido com alguns colegas, do lado de fora do prédio, iniciamos uma conversa sobre os “vizinhos do IML”. Percebi então quão provocativo era pensar sobre a atual localização da instituição e toda a organização social e econômica que circunda o prédio. Resolvi fazer algumas fotos das ruas paralelas, andar por elas e analisar os “vizinhos”, chegando à conclusão de que, de fato, eles não existem. O entorno é composto por funerárias, lotes vagos, outros órgãos públicos,

como o DETRAN ruas acima, e despachantes devido à proximidade ao DETRAN. Nas quatro ruas laterais que cercam o IML/BH encontrei apenas um imóvel residencial.

**Figura 4**

*Print do google maps em ruas paralelas ao IML/BH*



Imagem retirada do *Google Maps*: Mostra ao centro o prédio do IML/BH e as quatro ruas que compõem o quarteirão.

**Figura 5**

*Fotografias rua Nícias Continentino e Rua Oscar Negrão de Lima*



FONTE: Foto tirada pelo autor. Mostra Rua Nícias Continentino. Todo quarteirão abaixo do IML é composto pelo campo de treino da ACADEPOL (seta vermelha).



FONTE: Foto tirada pelo autor. Mostra Rua Oscar Negrão de Lima. Todos os três prédios na lateral do IML são ocupados por empresas do ramo funerário.

**Figura 6**

*Fotografias Rua Cecildes Moreira de Faria*



FONTE: Fotos tiradas pelo autor. Mostra Rua Cecildes Moreira de Faria, onde se encontra a atual entrada principal do IML e o único imóvel residencial que rodeia o prédio do IML/BH, os demais imóveis desta rua também são empresas do ramo funerário além de um lote vago com placa de venda.

## Figura 7

Fotografias Rua Djezar Leite e Nícias Continentino



FONTE: Fotos tiradas pelo autor. À esquerda Djezar Leite, à direita Djezar Leite esquina com Nícias Continentino. Existe um loteamento vago de responsabilidade da prefeitura e que tem sido ocupado irregularmente por algumas famílias de baixa renda.

É claro que não haveria aqui espaço para uma discussão aprofundada sobre o deslocamento da instituição da Rua da Bahia, região central de Belo Horizonte para o Nova Gameleira, nem dos critérios de escolha da construção do prédio neste local limítrofe a Contagem. O fato é que é o maior tempo de permanência do IML/BH no mesmo local, são 44 anos afastado dos centros urbanos e dos olhos da população, e mesmo do poder público. O signifiante “IML” tem sido atrelado à ideia de morte, e talvez por esta razão, assim como os cemitérios, e outras instituições que ajudam a cumprir o pacto denegativo, como a prisões, segue a mesma lógica de ocultamento e exclusão da vida social, de proteção do pacto denegativo. Curioso refletir que a maior parte dos casos atendidos no IML/BH se refere a laudos em pessoas vivas, como exames de lesão corporal. Esta realidade é obliterada diante do estigma e tabu envoltos no tema da morte. Quanto aos profissionais, estes acabam, por consequência de suas funções, sendo indiretamente atrelados ao signifiante “IML” e apartados, junto com o prédio, do frenesi da vida na metrópole, pois:

Os julgamentos de valor sobre determinado trabalho contaminam também a pessoa que o exerce. E os julgamentos dos outros pesam sobre a própria autoimagem. As profissões que se encontram na parte de baixo da escala moral do trabalho são as que condensam o ‘trabalho sujo’[...] trata-se de profissões ou tarefas que têm por objeto o negativo psicossocial. (Lhuillier, 2013, p.16)

Não relato essa questão apenas como crítica negativa ao modo contemporâneo de negação e ocultação da morte, apenas levanto uma reflexão, até mesmo porque, para alguns trabalhadores, o IML está no melhor lugar, como me disse uma vez um dos TNAs “*O silêncio deste lugar não tem preço!*” (RECOM).

### 6.1 A perícia no morto

A terminologia utilizada pela organização, e que é tanto oficial quanto coloquial entre os servidores, diz pouco sobre a complexidade dos trabalhos realizados dentro do necrotério. O conceito de morte do ponto de vista biológico tem poucas implicações em nossa análise. Não se pode dizer o mesmo, do ponto de vista do Direito Civil. A palavra consta dos dicionários como sinônimo de óbito – termo mais técnico e que é utilizado nos laudos dos IMLs – como sendo a cessação completa da vida, da existência.

O conceito de perícia, por outro lado, demanda um entendimento melhor. No senso comum, perito é aquele sujeito que detém certa maestria em uma atividade específica e a domina, um especialista. Se tomarmos por esse ângulo, todos os TNAs possuem uma *expertise*, uma habilidade singular, um conhecimento prático e teórico que permite que sejam adjetivados como “verdadeiros peritos” no que fazem. Pela ótica do Direito “o perito exerce um *múnus público* <sup>23</sup> de auxiliar do Juiz. Não é um sujeito de prova, mas um assessor da administração judiciária” (França, 2011, p.33). Temos então os peritos de fato e os peritos de Direito, sendo estes últimos contemplado pela lei número 13.405 do Código de Processo Civil de 16 de março de 2015.

O significante “perito/médico” parece operar certa divisão de classe dentro do IML/BH (lembrando que os médicos são também peritos de Direito), ao menos é o que posso atestar pela experiência etnográfica de quase dez anos. A tratativa entre diretoria e servidores, o acesso às informações, os direitos trabalhistas, benefícios e até mesmo as próprias instalações<sup>24</sup> do prédio reforçam esta diferenciação. Por vezes, essa se dá também pelos significantes “Polícia” e “Administrativo”. Os médicos legistas e demais peritos criminais possuem prerrogativa legal de policiais, enquanto que os técnicos e auxiliares não possuem, são servidores da Polícia Civil, mas que não possuem os mesmos direitos que os outros. Ser “Polícia” ou “Perito” significa, na prática, ter melhores salários, influências políticas<sup>25</sup> dentro da instituição e, na maioria das vezes, pela posição hierárquica superior, gozam da

---

<sup>23</sup> *Múnus público* é compreendido como uma obrigação legal de um servidor em atender o poder público em prol da sociedade e que não pode a priori ser recusado, exceto em casos previstos em lei;

<sup>24</sup> Existe a sala de descanso dos peritos/médicos, visivelmente maior e mais acolhedora, e a sala dos “não peritos” (quartos pequenos, com mobiliários velhos, e mal ventilados). Somente após uma série de reformas que iniciaram em 2019 que os demais servidores (não peritos/Administrativos) passaram a habitar salas novas, que, entretanto consideravelmente menores que as dos peritos/médicos, não obstante a quantidade de administrativos em exercício seja maior.

<sup>25</sup> Toda a diretoria é composta por Médicos Legistas, os chefes das perícias do morto, do vivo e de outros setores, sempre são médicos legistas. Até bem pouco tempo, o chefe do setor de Psicologia era um médico legista.

prerrogativa de alienar ou delegar parte das tarefas do negativo psicossocial, o contato com os “dejetos”, que é justamente o tipo de trabalho muito característico dos TNAs.

Os médicos legistas, eles se sentiam nitidamente superiores a nós. Éramos dentro da escala hierárquica a mais baixa, dentro da escala, e ali era um fator a hierarquia de preeminência moral para alguns. Algumas pessoas se sentiam muito superiores a outras, extrapolando a questão até da hierarquia, mas moralmente superiores, intelectualmente superiores porque estavam em um estamento acima do outro. Eu senti muito isso: ‘o meu é intelectual o seu é braçal é insignificante, você é dispensável!’. E isso nos enfurecia a todos”(EN/TNA-Panicalli)

Quando entrei na Polícia Civil e fui designado ao IML/BH ouvia diversos relatos dos servidores mais antigos que ocupavam o extinto cargo “auxiliar de necrópsia”. O Estado de MG extinguiu este cargo transformando administrativamente estes trabalhadores em “investigadores de polícia”. Apesar de a manobra estatal ser, como será explorado a frente, uma estratégia de acumulação de funções para um mesmo cargo, os TNAs daquele período acataram essa mudança de bom gosto. *“Aquele médico vivia implicando com o auxiliar x, ele não podia nem ligar o rádio dele no necrotério, quando ele virou investigador chegou um dia no necrotério e a primeira coisa que fez foi colocar a arma na mesa de necrópsia, nunca mais o tratamento foi o mesmo”* (RECOM). Com essa mudança do cargo de auxiliar de necropsia para investigador de polícia, os TNAs mais antigos passaram ao *status* de “polícia”, e a manifestação mais representativa disso veio através dos uniformes e o porte de arma.

Porém atualmente a maior parte dos TNAs ocupam cargos de natureza administrativa e por tanto não são policiais. O necrotério é um lugar em que, na maioria das vezes, é possível perceber as duas categorias de trabalhadores, administrativos/técnicos e policiais/peritos, interagindo, frequentemente com conversas aleatórias do cotidiano e até com certo grau de cordialidade. Uma política de boa vizinhança que faz com que alguns técnicos se sintam no mesmo pé de igualdade dos peritos em relação a direitos. A disparidade prática dos significantes “perito”, “não perito”, “polícia” e “administrativo” é de certo modo produto de um processo de fragilização e precarização de carreiras, sobre as quais falarei adiante. Antes, porém, é necessário expor um pouco as condições concretas de trabalho destes TNAs.

## 6.2 O “Estado” em decomposição

A análise das instituições públicas, em sua complexidade, escaparia aos interesses deste estudo. Porém não me sinto confortável em negligenciar observações como nativo neste contexto. Vale inclusive destacar que considero meu pertencimento a gêneros profissionais distintos e complementares. Posso ser um TNA, porém também compartilho do conjunto de significados construídos coletivamente no seio do gênero de servidor público do Estado de MG. Retomando a Clínica da Atividade ao explicar o conceito de gênero profissional como um sistema de regras implícitas, modos de fazer, de agir, de sentir que permite ao trabalhador um sentimento de pertencimento e amparo por um coletivo. O gênero não é ensinado formalmente entre os trabalhadores, ele é transmitido na própria atividade, como na atividade enquanto servidor público ou TNA, através dos dramas cotidianos de trabalho. Não está também pronto e acabado, sofre alterações ao longo do tempo. Nós enquanto servidores públicos de MG, compartilhados de um universo simbólico que envolve, dentre outras coisas, as dificuldades, os impedimentos da atividade face ao descaso do Estado. Se o que buscamos aqui é justamente o entendimento das construções subjetivas, na interface entre este trabalho real, que é imprevisível, e o prescrito engenhosamente posto pela legislação e normativas fixadas nos murais do IML, não há como ignorar a experiência do trabalhador. Reafirmo neste ponto o compromisso de por em voga minha própria implicação com as críticas que irei construir. Porém parto novamente do princípio norteador das ACTs de que é preciso pensar sobre o trabalho, mas não prescindindo do trabalhador. Assim, relato adiante aquilo que chamo de “Estado em decomposição”, reflexão construída diante das inúmeras frustrações vividas e observadas, como servidor público, compartilhadas e co-construídas com diversos outros profissionais.

É importante salientar que, como órgão público, o IML/BH enfrenta desafios inerentes à precariedade das instalações, escassez de recursos humanos, equipamentos e de insumos. Nada diferente do que já fora apontado por outras pesquisas mostradas no capítulo anterior. Porém podemos afirmar ainda que o cenário de precariedade já foi muito pior. Governos anteriores sempre negligenciaram a importância do IML/BH para a sociedade, de modo que, no ano de 2012, após uma série de denúncias do Sindicato dos Policiais Cíveis (SINDPOL), o Ministério Público do Trabalho (MPT) instaurou inquérito para averiguar as condições de trabalho no IML/BH.

## APÓS DENÚNCIA DO SINDPOL/MG MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO INVESTIGA CONDIÇÕES DE PRECARIIDADE NO IML.

Após denúncia do SINDPOL/MG Ministério Público do Trabalho investiga condições de precariedade no IML

Ministério Público do Trabalho entra na briga contra precariedade do IML



O Ministério Público do Trabalho (MPT) instaurou inquérito civil para investigar as condições insalubres e o sucateamento do Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte. Atividades de perícia têm ocorrido de forma irregular, oferecendo riscos à saúde de funcionários e de visitantes. O governo do Estado foi intimado a prestar esclarecimentos.

Uma audiência está marcada para 21 de agosto. O Sindicato da Polícia Civil, que representa os servidores do IML, também participará da reunião. “Vamos verificar o meio ambiente laboral, ou seja, se existem riscos para a segurança e a saúde do trabalhador, efetivo ou contratado”, destaca a procuradora Lutiana Nacur Lorentz, responsável pela investigação.

**FONTE:** Jornal Hoje em dia, 17 de Julho de 2012.

Constadas as diversas irregularidades que passavam por equipamentos sucateados, instalações como banheiros e dormitórios inapropriados, até falta de destinação correta dos dejetos do necrotério. Elementos que lesavam tanto a sociedade, em função das prestações de serviço com qualidade duvidosa, mas principalmente por lesar as classes trabalhadoras o Estado foi condenado. “*Naquela época aqui no laboratório a gente chegou a guardar material biológico em potinho de achocolatado*” (RECOM). A indenização foi da ordem de R\$200,000 (duzentos mil reais) por dano moral coletivo. É indiscutível a relevância da luta do SINDPOL naquela ocasião, e da coragem dos TNAs que iniciaram as denúncias. Ao que tudo consta os trabalhadores estavam há anos sofrendo com baixos salários, contingente insuficiente, péssimas instalações, falta de equipamentos e uma série de outras condições que os colocavam em elevados riscos de dano à saúde física e mental.

Notícias do TST

### Estado de Minas Gerais é condenado por condições precárias no IML

Seguir @tst\_oficial

Imprimir

*Justiça do Trabalho julgou o caso, que trata de saúde e segurança.*

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Estado de Minas Gerais a pagar a indenização de R\$ 200 mil por dano moral coletivo, em razão das condições precárias de trabalho no Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte (MG), constatadas em 2012. Segundo os ministros, a gravidade dos fatos registrados repercutiu de forma negativa em toda a classe de empregados, pois transcede o caráter meramente individual.

#### Problemas estruturais

A condenação foi pedida em ação civil pública apresentada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que havia recebido denúncia do sindicato de policiais civis sobre as instalações do IML. Os problemas estruturais e de higiene ocorriam nos setores de necropsia, radiologia, perícias, almoxarifado e serviço social. O MPT, então, ajuizou a ação para pedir a adoção de medidas relacionadas à saúde e à segurança do trabalho e a indenização por dano moral coletivo.

O juízo de primeiro grau determinou ao estado o cumprimento de diversas obrigações em relação a servidores e prestadores de serviço. No entanto, indeferiu a indenização por dano moral coletivo. A sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

#### Lesão à coletividade

O relator do recurso de revista do MPT, ministro Mauricio Godinho Delgado, assinalou que a configuração do dano moral coletivo exige a constatação de lesão a uma coletividade, ou seja, um dano social que ultrapasse a esfera de interesse meramente particular, por mais que a conduta ofensora atinja, igualmente, a esfera privada do indivíduo. E, na sua avaliação, foi o que ocorreu no caso.

**FONTE:** Site oficial do Tribunal Superior do Trabalho. Janeiro de 2020

Foi realizado um investimento na ordem de R\$1,5 milhão, por parte do Estado, no período compreendido entre 2013 e 2015, o que permitiu a melhoria da estrutura física do prédio, embora outras questões fundamentais, como o tratamento da água e as instalações elétricas, tenham sido deixadas em segundo plano<sup>26</sup>. Foi neste primeiro cenário de melhoras que iniciei minhas atividades profissionais como Radiologista no IML/BH, acompanhando junto com outros colegas alguns processos de mudança, dentre eles o próprio aumento de contingente, via concurso público. A chegada de novos servidores e as reformas recentes no prédio trouxeram grandes expectativas para os “veteranos da casa”, TNAs antigos auxiliares de necropsia recentemente transformados administrativamente em investigadores de polícia, que já aguardavam por muito tempo transformações em suas condições de trabalho. Neste sentido a receptividade do coletivo de trabalhadores que ali já existia, muito bem formado, com toda uma bagagem de conhecimento e amparo de gênero profissional, foi positiva, de modo a incorporar os iniciantes.

No começo a gente, nós recebemos documentos falando como funcionava a instituição sobre regras sobre como funcionava a policia civil e nós aprendemos um pouco. Mas nós aprendemos mesmo foi na prática né.. eu cheguei já tinham dois colegas que já estavam ne, um deles até já exonerou. Eles me passaram como funcionava o serviço e a partir dai eu assumi.... mas eu tive um bom treinamento com as pessoas que estavam aqui, os auxiliares de necropsia que trabalham juntamente para terminar o serviço, finalizar o serviço com a gente, concluir a necropsia né, nos auxiliavam e nós fomos aprendendo. (EN/TNA-Patricia)

Podemos dizer que os servidores que entraram em 2013 chegaram ao IML/BH após uma batalha teoricamente vencida, mas que já havia custado a saúde física e mental de muitas pessoas. Não fossem as denúncias e a atuação do MTP, o governo do Estado em sua prática omissa não teria tomado as providências necessárias para que o órgão não entrasse em “falência” definitiva. Os trabalhadores de fato acenderam o pavio, entretanto as decisões tomadas para a resolução dos problemas não seguiram um rumo democrático o que gerou frustrações na classe de trabalhadores.

---

<sup>26</sup> As questões estruturais de instalações elétricas e hidráulicas, fundamentais ao funcionamento do prédio, tendo em vista a quantidade de maquinários utilizados, só passou a ser revista no início do ano de 2019, após um aporte de investimento da empreiteira Vale, como indenização paga ao Estado, em função da tragédia causada pelo rompimento da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho.

## MINISTÉRIO PÚBLICO ACIONA ESTADO POR SITUAÇÃO PRECÁRIA NO IML DE BH

MINISTÉRIO PÚBLICO ACIONA ESTADO POR SITUAÇÃO PRECÁRIA NO IML DE BH



As condições insalubres e o sucateamento do Instituto Médico-Legal (IML) de Belo Horizonte motivaram o Ministério Público do Trabalho (MPT) a ajuizar uma ação civil pública contra o governo do Estado. O pedido de antecipação de tutela – que cobra intervenções emergenciais no espaço – foi motivado após uma [série de reportagens do Hoje em Dia denunciando as irregularidades](#).

A Polícia Civil informou que ainda não foi acionada pela Advocacia Geral do Estado (AGE) sobre a ação movida pelo MPT. Porém, a corporação reforçou que tem executado obras de ampliação e melhorias nas instalações da ordem de R\$ 1,5 milhão.

O IML de BH é o único local apto a periciar cadáveres, fazer exames de corpo de delito e testes para confirmar embriaguez na capital e nos demais municípios da região metropolitana, com exceção de Betim. Um laudo do relatório de inspeção elaborado pelo Ministério Público aponta 27 violações das condições de trabalho no espaço.

Entre as irregularidades estão a precariedade do sistema de exaustão da sala de necropsia, infiltrações e

**FONTE:** Jornal Hoje em dia. Abril de 2013.

Após o MPT se apossar do caso. A classe política também percebeu a relevância de se aproximar da temática, de modo que foi criada uma Comissão de Segurança Pública que passou a fazer visitas ao IML/BH, durante o processo de reforma. No ano de 2015, após uma série de obras executadas no prédio, a imprensa, órgãos oficiais de comunicação, representantes do SINDPOL, a Comissão de Segurança Pública e mesmo o próprio MPT, concluíram o cenário como satisfatório, se comparado ao ano de 2012, quando iniciaram as denúncias, como pode ser visto na matéria postada no site do deputado estadual Sargento Rodrigues, considerada um dos principais representantes da classe de policiais.

NOTÍCIAS
BIOGRAFIA
ATUAÇÃO
CONTATO

### Comissão de Segurança Pública faz nova visita ao IML de BH

Criado: Terça, 09 Junho 2015 19:20



Depois de quase três anos das denúncias feitas pela comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), devido às péssimas condições de trabalho e de funcionamento do Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, realidade do órgão é visivelmente diferente.

A transformação foi constatada durante a visita da Comissão de Segurança Pública, realizada nesta terça-feira, 9/6/2015.

De acordo com o deputado Sargento Rodrigues, as instalações melhoraram muito se comparadas as que constatadas em 2012, ressaltando que o relatório produzido à época pela comissão possibilitou a resposta positiva e iniciativa por parte do ex-governador de determinar o envio de recursos, melhorar as instalações, as condições de higiene, principalmente do ponto de vista da vigilância sanitária. “Quando estivemos aqui as condições eram péssimas, principalmente as condições de trabalho dos policiais e dos servidores administrativos que aqui trabalham”, afirmou.

Segundo o Superintendente de Polícia Técnico-científica, Dr. André Luiz Barbosa Roquette, uma das maiores necessidades do Instituto Médico Legal hoje é o aumento do efetivo, como também a ampliação do espaço do órgão, que é o mesmo há 35 anos. “Aqui não temos problemas relacionados a equipamentos. Precisamos ampliar o espaço e

**FONTE:** Site oficial deputado Sargento Rodrigues

Compreendo que ocorreu neste período histórico, a despeito de qualquer interesse genuíno, econômico ou político dos atores envolvidos, um processo de negligência, em relação ao coletivo de trabalhadores que iniciaram as denúncias. As instalações,

equipamentos, insumos e todas as condições materiais necessárias para a execução dos trabalhos, constituem apenas parte do que de fato é necessário à execução das atividades de interesse público como explica muito bem Lhuilier (2012) em: “A invisibilidade do trabalho real e a opacidade das relações saúde/trabalho”. As denúncias partiram dos trabalhadores, porém seus anseios foram apenas parcialmente ouvidos, pois somente as questões de infraestrutura mais básicas sofrem intervenções. Na realidade, nem mesmo estes aspectos foram por completo sanados.

Quando nos começamos aqui infelizmente as condições não eram boas, o equipamento era muito obsoleto, nós trabalhávamos sozinhos, todos equipamentos analógicos, tinha dificuldade dos insumos que a gente ia utilizar para trabalhar.(EN/TNA-Patrícia)

Relato de uma servidora que iniciou suas atividades logo após as referidas reformas divulgadas pelos meios de comunicação que sanariam os problemas denunciados.

Olha as macas todas quebradas, a gente vai falar na diretoria aí a conversa é de que isso são bens duráveis e tal... Não quer dizer que é eterno. Ai agora tão falando que o pessoal do rabeção que é culpado porque puxa o cadáver lá de cima que cai na maca e estoura as rodas da maca. Ho meu amigo que isso! Tem 9 anos que eu estou aqui, tem 9 anos que estamos usando as mesmas macas, e elas já estavam ai há 7 ou 10 anos já sem manutenção, vem dizer agora que a culpa é dos caras? São macas de quase vinte anos de uso ininterrupto, 24 horas por dia, um trem que você usa todo dia, toda hora. (EN/TNA-Márcio)

Para se ter a noção da dramática desta narrativa, uma maca hospitalar simples pesa em média 20 kg. Um cadáver adulto de porte médio 80 kg. Se as rodas emperram ou quebram o TNA tem que arrastar cerca de 100kg de um lado para o outro no necrotério durante todo o turno de trabalho. Os “bens duráveis não são eternos” como diz muito bem o TNA. O relato de insatisfação com essas macas, ferramentas indispensáveis para o funcionamento do necrotério perdura há mais de 10 anos. Frequentemente observamos afastamento de profissionais das atividades do necrotério por problemas de coluna e outras lesões. Continua a narrativa:

As lâminas aqui são de péssima qualidade, porque são compradas pensando no custo operacional do serviço, mas não pensam que uma lâmina de péssima qualidade

aumenta ao índice de lesão do profissional que já não existe, que é escasso. Se você parar para pensar uma lâmina de melhor qualidade é cinco reais, a que eles compram aqui é um real, estão economizando quatro. Mas qual que é a sua facilidade de reposição de mão de obra, comparado se for usar a lâmina ruim? Olha o índice de lesão que vai gerar na pessoa que ta usando a lamina ruim. Quão fácil é você trocar e capacitar uma nova pessoa que vai fazer o serviço de necropsia, que demora para ser capacitado? (EN/TNA-Márcio)

Yves Clot ensina através da Clínica da Atividade que existem diversas situações de trabalho em que o sujeito tem a atividade amputada (Clot, 2010 *apud* Bendassolli, 2011). Ou seja, perde a capacidade de por em movimento um projeto de ação direcionado a concluir o trabalho. Essa amputação da atividade acontece por vários fatores, seja por uma organização de trabalho com fortes componentes de hierarquização e regras que retira dos sujeitos a possibilidade de criação. Também por elementos de ordem mais prática e imediata como instrumentos, ferramentas e maquinários que não funcionam. Sendo “a atividade um impulso de vida, e saúde, sem limite predefinido” (Durrive & Schwartz, 2010, p.36), a amputação da atividade na contramão produz sofrimento e adoecimento aos trabalhadores. Uma maca sem rodas, ou com rodas emperradas, um bisturi que não corta, uma porta que não abre tudo isso são elementos que obstruem a atividade e o projeto de ação, frustram o desejo do trabalho bem feito e produzem sofrimento.

É curioso observar que desde a época das primeiras denúncias em 2012 até a presente data a presença e opinião dos trabalhadores permaneceu ocultada sobre as decisões que impactariam diretamente o trabalho dessas pessoas. Eles não se preocupavam com a pintura ou fachada do prédio, se preocupavam com a lâmina de bisturi, com a maca, a mesa de necropsia suas ferramentas e insumos, além da questão do reconhecimento institucional e de suas carreiras. O que se observou após 2015 foi um novo abandono do IML/BH pelo Estado que, depois das reformas que trouxeram consequências positivas, porém insuficientes e obviamente forçadas pelo judiciário, deixou mais uma vez o IML/BH “decompor-se” lentamente. Até o final da elaboração deste texto, meados de fevereiro de 2023, os TNAs convivem basicamente nas mesmas condições precárias de 2012, sobretudo no necrotério.

O Estado se “decompõe” lentamente, seu processo de putrefação é visível em seus “órgãos”, e o IML/BH é apenas um destes. Esta putrefação é materializada nas paredes, mobiliários, equipamentos, nos uniformes dos servidores etc. Processo de péssima gestão

estatal que justifica o argumento de “Estado de exceção<sup>27</sup>”. Atualmente, grande parte dos móveis e outros utensílios utilizados em alguns setores no IML/BH, como geladeira, filtro, chuveiro, colchões, camas, mesas que são de uso cotidiano dos servidores, são frutos de doações dos próprios trabalhadores que, cansados de esperar pela recuperação do Estado, desembolsam através de “vaquinhas” parte de seus vencimentos para poderem ter o mínimo necessário para continuar trabalhando. A progressiva “falência múltipla dos órgãos” do Estado exigiu que os trabalhadores doassem de si mais do que deveriam, sua saúde mental, sua saúde física, seu tempo, dinheiro e até mobiliário. A má gestão dos recursos públicos em Minas Gerais se arrasta há alguns governos e o impacto é perceptível na prestação dos serviços públicos.

### **6.3 Despojos de Guerra: Quanto Vale a vida?**

*Brumadinho, não tem como esquecer aquilo não. Brumadinho me deu 15 dias de pesadelo, coisa que antes nunca tinha acontecido. (EN/TNA-Márcio)*

Em 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento da barragem de rejeitos de minério da mina B1 do Córrego do Feijão, no município de Brumadinho, de responsabilidade da mineradora Vale. O evento causou o escoamento de 12 milhões de metros cúbicos de lama de minério que atingiram parte da estrutura da mineradora Vale e o vilarejo do Córrego do Feijão deixando 270 mortos (Conselho Nacional dos Direitos Humanos, 2019). A maioria dos mortos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da mineradora. Este dramático evento, noticiado globalmente, demandou uma atuação rápida e eficiente do Estado na localização, remoção e identificação dos corpos e restos mortais. Apesar de protocolos internacionais já existentes para aplicação em casos de desastres em massa, foram necessárias diversas adaptações do trabalho prescrito diante da realidade à qual foram expostos os trabalhadores.

---

<sup>27</sup> Conceito utilizado para argumentar a necessidade de remanejamento de recursos financeiros, aprovações de leis delegadas e outras manobras políticas sob a falácia da falência econômica do Estado. O conceito será abordado em profundidade na sequência.

## Barragem da Vale se rompe em Brumadinho, MG

Mar de lama avançou sobre área administrativa da empresa e casas na área rural da cidade.

Por G1 Minas — Belo Horizonte

25/01/2019 12h17 - Atualizado há 3 anos



O rompimento ocorreu no início da tarde de hoje, na Mina Feijão. A Vale informou sobre o acidente à Secretaria do Estado de Meio-Ambiente às 13h37. Os rejeitos atingiram a área administrativa da companhia, inclusive um refeitório, e parte da comunidade da Vila Ferteco.

Há ao menos sete pessoas feridas. O Corpo de Bombeiros informou por volta das 8h30 de sábado (26) que havia entre 300 e 350 pessoas desaparecidas. Os bombeiros afirmam também que as sirenes de emergência não tocaram e divulgaram uma lista de pessoas resgatadas vivas.

Foram retiradas nove pessoas com vida da lama e 189 foram resgatadas. Quase 100 bombeiros estavam no local na sexta e o número deve chegar a 200 neste sábado (26).

A empresa diz que, dos 427 empregados que estavam no local, apenas 279 foram localizados. Segundo o presidente da Vale, Fábio Schwartsman, vazaram 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos - na tragédia de Mariana, há 3 anos, foram 43,7 milhões.

**FONTE:** G1 Minas Gerais

O IML/BH teve papel fundamental no processo de recebimento, identificação e destinação dos corpos. Rocha (2020) destaca que ao total foram 120 profissionais envolvidos na operação, dos quais aproximadamente metade atuou diretamente no necrotério. O que posso relatar como testemunha ocular dos trabalhos realizados naquele período, trabalhos dos quais pessoalmente fiz parte, é que toda a estruturação física, de equipamentos, insumos, instalações elétricas e hidráulicas, redes de escoamento de água, iluminação, espaço físico e tantas outras variáveis continuavam muito distantes das condições ideais. Variáveis também apontadas na pesquisa de Rocha (2020). A “maquiagem” externa feita em 2014/2015, e que já não durava em 2019, nem de longe refletia os verdadeiros problemas estruturais que foram escancarados, após 25 de janeiro. É obvio que não posso minimizar o tamanho e complexidade da catástrofe. Ficou evidente a necessidade de investimento substancial no IML/BH, pela segunda vez, em menos de duas décadas. O Estado, alegando falta de recursos, precisou contar com indenizações milionárias que a mineradora foi condenada a pagar. Recurso que foram usados na compra de equipamentos, contratação de mão de obra, cerca de

14 milhões, reestruturação de espaços físicos e outras demandas emergenciais, cerca de 28 milhões.

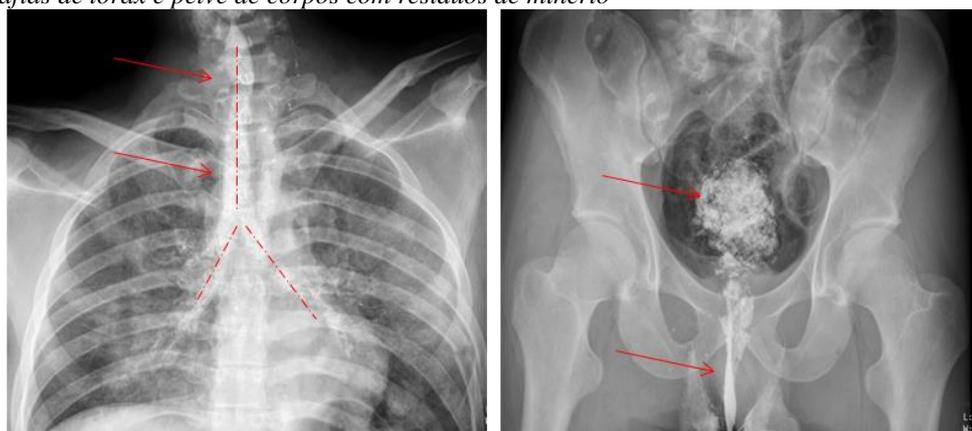


FONTE: Jornal O Tempo. Fevereiro de 2019

O papel dos TNAs, no caso do rompimento da barragem, tem sido fundamental, desde o dia 25 de janeiro. Ao todo, 56 corpos foram conduzidos ao necrotério, naquela madrugada, a maioria segmentados à altura do abdome, entretanto pesavam cerca de três vezes mais, devido à quantidade de minério de ferro presente por dentro e por fora dos corpos.

### Figura 8

*Radiografias de tórax e pelve de corpos com resíduos de minério*



Duas radiografias obtidas produzidas pelo autor no dia 25/01. À esquerda as setas vermelhas mostram presença massiva de rejeitos de minério de ferro obstruindo o sistema respiratório (traqueia e brônquios). À direita rejeito de minério de ferro dentro da cavidade pélvica. FONTE: Arquivo pessoal.

Os TNAs foram encarregados de transportar cada um dos corpos, separá-los em macas (as mesmas macas mencionadas na entrevista narrativa), que foram insuficientes, lavá-los, realizar as necropsias, colher digitais, radiografar, colher material como sangue e urina, fotografar, realizar exames odontológicos e armazená-los posteriormente em um caminhão frigorífico, e uma série de outras micro-tarefas que escaparam ao meu olhar. Rocha (2020) destacou em seu estudo a importância da atuação multidisciplinar no processo de

identificação dos corpos no evento em questão. Concluiu que o sucesso da missão não seria possível sem o empenho e sinergia das equipes que ali trabalharam. Que devido a nosso referencial teórico atribuímos a um gênero profissional forte. Entretanto, Rocha (2020) apontou que este êxito não ocorreu sem os devidos impactos psicossociais nos TNAs. Impactos que só puderam ser observados mais tarde:

Ver aquela situação como se fosse um campo de guerra, e eu vendo aquelas pessoas, mesmo a gente sabendo já vendo casos assim, não iguais é claro, mas em termos do corpo estar numa situação crítica e tal. Foi uma coisa bem chocante sabe? Eu achava que não me impressionaria, mas depois me vi com alguns pesadelos, eu me vi lembrando da pessoa viva e lembrava dela naquela situação... A gente estava ali vendo as pessoas na situação que elas chegaram, nem sei se pode falar isso mas (eu vi gente com a traqueia e pulmões cheios de minério, que morreu asfixiada, gente com minério embaixo das unhas que deu para perceber que tentou escavar para sair do lugar. (EN/TNA-Patricia)

Inicialmente foram quatro dias ininterruptos de trabalho, onde boa parte dos TNAs não voltou para casa, não tiveram tempo para se alimentar adequadamente, tomar banho ou descansar. “Segundo a SPTC/MG, as necropsias foram realizadas ininterruptamente a qualquer hora e momento, com revezamento das equipes, sendo que vários desses profissionais chegaram a ficar residentes na própria instituição ou hospedados nas suas proximidades.” (Rocha, 2020, p.95)

Ao final deste primeiro período, o que se observou foi realmente um cenário de guerra. Dentro do necrotério a lama que escorria dos corpos obstruía os ralos de escoamento de água, de modo que se tornou impraticável o serviço do pessoal da limpeza, servidoras terceirizadas, em situação de maior precarização ainda. Havia lama nas paredes, nos equipamentos, nos profissionais, em todo lugar que se olhava.

Apesar de uma força tarefa externa ter sido formada para dar conta da demanda, que incluiu, dentre outros órgãos, a Polícia Federal, Exército e Defesa Civil, muitos dos profissionais que ali chegaram para ajudar não estavam ambientados com a organização do trabalho. Conheciam sim o trabalho prescrito, porém a organização informal, aquela que emerge do coletivo de trabalho, através do gênero, fundamental para o andamento das atividades, eles não conheciam. Além do mais, o espaço pequeno do necrotério não comportava tantas pessoas, mortas e vivas, o que foi um fator de grande questionamento dos

profissionais (Rocha, 2020). Sobre o gênero profissional, fica evidente a importância, sobretudo em situações de extrema pressão institucional:

Assim, porque numa sala que entrava no máximo cinco pessoas para trabalhar para executar o serviço, do nada aparece 30 pessoas cada um falando uma coisa, entre profissionais que iriam atuar e muitos curiosos, querendo ver o que estava acontecendo, você não sabia nem quem que era quem tava circulando, no meio daquele caos no meio daquela lama, sem recursos para trabalhar no meio daquela sujeirada toda. (EN/TNA-Márcio)

Veio muitas pessoas de fora e muitas autoridades, entre aspas, que às vezes estavam ali no meio e.. tirando fotos como se aquilo fosse um evento bom e interessante isso assim, atrasando nosso trabalho, pelo menos todos os plantões que eu trabalhei eu vi isso. Eu achei isso desrespeitoso com os corpos e desrespeitoso com nós que estávamos lá 3, 4 horas da manhã. Atrasava e gerava uma falta de credibilidade da gente com pessoas que deveriam ter outra postura.... Isso gerava um desconforto físico, e já era uma situação de um desconforto psicológico. Até porque era uma situação de por você nem saber quem estava ali você não poder dizer ‘Hoo a gente ta precisando trabalhar’ porque a gente tem medo né, de você falar com uma pessoa isso e a pessoa falar: ‘ho quem você acha que eu sou? Com quem acha que está falando?’ (EN/TNA-Patrícia)

Importante ressaltar que o “desconforto psicológico” a que se refere a trabalhadora diz respeito à presença das “pessoas de fora”, que fotografavam, questionavam os trabalhos realizados e circulavam no espaço dos TNAs. Portanto achar “desrespeitoso” significa a percepção da TNA do desconhecimento de uma regra institucional que também é uma norma do gênero profissional: não se deve fotografar ou filmar dentro do necrotério, apenas os médicos legistas que fazem parte do plantão, os colegas de trabalho, o coletivo de trabalhadores que já se conhecem de compartilham daquele universo de trabalho. Para, além disso, ressurge a questão da amputação da atividade do profissional que sabendo o que precisa ser feito, não consegue por em prática seu ofício em função do medo de retaliação. Por se tratar de uma instituição policial, as questões hierárquicas se colocam de forma imperativa, onde punições podem passar por advertências, processos administrativos até processos junto à corregedoria de polícia. Pedir licença para passar com um corpo, comportamento corriqueiro no cotidiano do necrotério, torna-se uma tarefa ansiogênica, afinal “*você não sabe com quem*

*está falando*”. Ou como dizemos frequentemente em contextos de trabalho: “muito cacique para pouco índio”:

Permaneci quatro dias ininterruptos neste trabalho e ao final, fisicamente, eu sentia dor em todas as partes do corpo, pelo excesso de força feito e por tantas horas em pé. Psicologicamente, um sentimento de vazio, um estupor, como se estivesse em choque. Tempos depois, o resultado foi uma depressão, que também acometeu outros TNAs. Recordo-me meses mais tarde o comentário de um colega de outra cidade: *“Aqueles seis dias que fiquei direto no necrotério fazendo os casos de Brumadinho, na hora eu tava tranquilo, quando fui para casa<sup>28</sup>, fui daqui até lá chorando sem parar”* (RECOM).

As perícias realizadas naqueles primeiros dias permitiram, quase que imediatamente, as identificações positivas das primeiras 56 vítimas que foram entregues às famílias. As outras foram sendo identificadas nos meses seguintes. A média da chegada de um corpo ou segmento corporal, perícia e identificação e entrega aos familiares foi de aproximadamente 7 dias (Rocha, 2020). A pressão social, midiática e institucional sobre os TNAs era enorme, trabalhos que normalmente levariam semanas ou meses precisaram ser finalizados em uma semana. Durante o período de elaboração deste capítulo, outra vítima foi identificada:

**g1** MINAS GERAIS

## Brumadinho: quase 4 anos após tragédia, Polícia Civil identifica mais uma vítima do rompimento de barragem da Vale

Cristiane Antunes Campos tinha 35 anos e atuava como supervisora de mina.

Por Rafaela Mansur e Jordânia Andrade, g1 Minas — Belo Horizonte  
20/12/2022 16h43 - Atualizado há 2 dias

As buscas do Corpo de Bombeiros continuam, assim como o trabalho de identificação da Polícia Civil. A última vítima a ser identificada, em **junho de 2022**, foi **Olímpio Gomes Pinto, de 56 anos**, que trabalhava como auxiliar de sondagem.

Em nota, a Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (Avabrum) afirmou que se solidariza com os familiares de Cristiane Antunes, identificada "após 1.425 dias de espera".

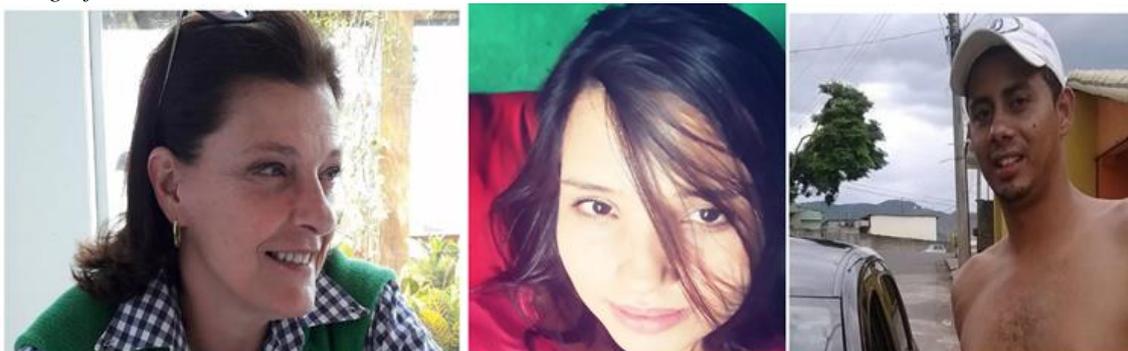
**FONTE:** G1 Minas

Atualmente ainda não foram localizadas três pessoas que o Corpo de Bombeiros, ainda atuante no local do desastre, tem denominado de “joias”. É muito interessante o significado utilizado, pois, a Vale continua suas operações de extração de minério para retirada de material de valor, enquanto o corpo de bombeiros “garimpa” as verdadeiras joias, um garimpo de gente. Ao IML/BH e sua equipe de trabalhadores caberá determinar de qual joia se trata.

<sup>28</sup> Este trabalhador em questão mora a mais de 300 km do IML/BH.

**Figura 9**

*Fotografias das três vítimas ainda não localizadas*



Três joias ainda não encontradas: Maria de Lourdes da Costa Bueno. Nathalia de Oliveira Porto Araújo e Tiago Tadeu Mendes da Silva. Vítimas da irresponsabilidade e ganância.

**Fonte:** Fotos do G1 Minas 22/12/2022 Matéria de Jordânia Andrade e Rafaela Mansur

**6.3.1 DVI? Da noite para o dia**

*Brumadinho foi um cenário de guerra, de despojos de guerra. Porque brumadinho não chegou corpos inteiros, foi um caos, porque antes um acidente de massa assim não era esperado. Não existia algo já preparado para contenção dos problemas que surgiram, não tinha. Então teve que ser criado rotinas da noite para o dia com pouco funcionário. Sem uma linha de organização predefinida para poder sequenciar o serviço...Tudo foi criado, toda a rotina, do início a ordem do que se fazer, não existia, toda uma mudança do serviço. E isso é para quem viveu, quem viveu viveu. Hoje eu tenho noção o que é uma guerra. (EN/TNA-Márcio)*

As Abordagens Clínicas do Trabalho desde seus primeiros passos teóricos e metodológicos atribuem grande relevância ao trabalho prescrito, seja para criticá-lo seja para toma-lo com ponto de partida de emancipação e potencialidade do trabalhador diante de normas e regras que enclausuram. Para a Ergologia, por exemplo, como aponta Durrive (2011, p.49): “o que caracteriza o homem é, na verdade, a capacidade de se mover dentro de um universo de normas”. Independente de qual seja a situação de trabalho, e conseqüentemente qualquer atividade, haverá sempre uma negociação entre as normas antecedentes e os modos de conduta valores, crenças e conhecimento do sujeito. Assim é diante dessas normas antecedentes, que envolvem uma parcela do trabalho prescrito, que o sujeito encontra meios de por em fluxo a vida, seu poder de agir como ensina a Clínica da Atividade. Ele cria novos modos de atender a demanda, ele renormaliza. As situações de trabalho, por serem em sua gênese dinâmicas como a própria vida, trazem sempre novos obstáculos passíveis de superados, para cada novo “problema” uma nova solução deverá ser criada. Alertam Athayde e Brito (2011, p.263) que o conceito de normas antecedentes “busca dar conta de elementos que não devem em absoluto ser diabolizados ou subestimados em sua

importância” assim como “não nos podemos deixar fascinar por uma inventividade que naturalmente emergiria no cotidiano”. Também Clot ao dizer que “a prescrição não é o contrário do trabalho, ela é o resultado de outras atividades, resultado ‘esfriado’ das atividades de gestão e concepção” (Clot, 2006, p.95). Se as normas antecedentes e o trabalho prescrito são primordiais como ponto de partida para o exercício de renormalização e de manifestação do poder de agir dos sujeitos o que acontece quando elas não estão bem esclarecidas? A narrativa dos TNAs mostra que no caso de Brumadinho um dos elementos cruciais, responsável por grande parcela de sofrimento foi justamente o desconhecimento dos protocolos a serem adotados nestes casos de desastres em massa.

O protocolo adotado pela instituição, *Disaster Victims Identification* (DVI) elaborado pela *International Criminal Police Organization* (Interpol) em 1984, que versa entre outras coisas sobre a preservação da cena, o recolhimento e acondicionamento dos restos mortais e os procedimentos de triagem e de identificação não era conhecidos por mais da metade dos TNAs envolvidos (Rocha, 2020). Assim o trabalho prescrito, para muitos destes profissionais não estava posto. Esse “esvaziamento de normas” pode traduzir-se em sofrimento dos trabalhadores diante da ausência de referências para uma situação que nem mesmo o gênero profissional detinha elementos para auxiliar. Aliado a isso é preciso mencionar que novos equipamentos e tecnologias foram incorporados logo nos momentos iniciais da atuação frente ao desastre. O “*cenário de guerra, o caos*” a que se refere o TNA perpassa não apenas pela violência do evento observada nos corpos, mas pelo desamparo diante da completa imprevisibilidade e ausência de referências de conduta na ocasião.

Eu já tinha 5 anos de experiência. Foi algo que saiu completamente do nosso contexto do dia a dia, a gente estava acostumado até com muitas necropsias não era o problema a quantidade 25, 20, 30, mas era o que, um padrão que tinha, auxiliar, médicos e cadáveres. O digitador ali no nosso planejamento e funcionamento fazia 20 corpos tranquilo... Então assim foi mudança de rotina, quando sai da zona de conforto de rotina, porque o serviço era pesado e bruto mas era um serviço que você já conhecia a rotina dele. Então você faz uma mudança completamente do nada.  
(EN/TNA-Márcio)

Além do apoio de recursos humanos alocado no IML/BH, estratégia prevista no protocolo DVI, mas questionada em nossa abordagem por se tratar de trabalhadores que partilhavam do universo simbólico, ou gênero profissional, construído ao longo de décadas

pelos TNAs do IML/BH. O IML também recebeu investimento financeiro, nos dias subsequentes ao rompimento da barragem. Esses recursos foram alocados quase que de modo instantâneo, sendo que ainda na primeira semana do desastre começaram a chegar equipamentos novos. Contudo, era necessário tempo de instalação de novos maquinários e treinamento para a manipulação de novas tecnologias, e tempo é o que não dispúnhamos. Novas tecnologias levam tempo para serem incorporadas pelo coletivo de trabalho e quando introduzidas de modo abrupto na pressão do tempo causam esse “sair da zona de conforto” essa “mudança completamente do nada” que relata o TNA. Em outras palavras, mais um fator de imprevisibilidade e pressão que os TNAs tiveram que lidar: aprender novas técnicas “da noite para o dia”.

Nos meses subsequentes iniciaram-se novas reformas nas instalações, a partir deste evento, reformas que se arrastam até a presente data e que ignoram mais uma vez os coletivos de trabalho. Os projetos de reestruturação do prédio não passaram por consulta aos trabalhadores. Nenhuma reunião, convocação ou discussão sobre compra de equipamentos, mobiliários ou reforma dos setores foi feita junto aos TNAs que atualmente relatam grande insatisfação com as obras demoradas e que não priorizam os locais mais críticos. Para piorar a situação, a passagem de 2019 para 2022 foi marcada pela pandemia de Covid-19, que paralisou as atividades da empreiteira responsável. Mais uma vez, os TNAs teriam que esperar para verem melhorias efetivas em suas condições de trabalho, e teriam agora que enfrentar outro desafio, a perícia de cadáveres contaminados com o SARS-CoV-2, e novamente, sem o devido treinamento e estruturação necessários. Amenizada a situação pandêmica e retomadas as obras, os mecanismos de invisibilização institucional dos TNAs prevaleceu. As obras entraram necrotério adentro causando grande impacto no cotidiano dos profissionais que chegaram ao limite e novamente denunciaram aos jornais as condições de trabalho.



Fonte: Super Notícias dias 06 e 13 de janeiro de 2022



Fonte: Super Notícias dias 06 e 13 de janeiro de 2022

É indiscutível a importância da obra, que é a primeira efetivamente em 45 anos, mas negar o impacto que ela causa na atividade de trabalho dos TNAs, ou afirmar que a “obra foi muito bem pensada” é desconsiderar mais uma vez o ponto de vista de quem está de fato envolvido na atividade. Os TNAs, maiores interessados na reforma do necrotério, nunca foram consultados, nunca participaram deste “planejamento”. Relataram à reportagem, em anonimato, mais uma vez por medo de punição o seguinte:

“Não tem mais ralo. A água que usamos para lavar o corpo está sendo despejada diretamente no chão. Se abro um crânio e um pedaço de cérebro vai para o escoamento, ele vai cair no chão” (TNA/anônimo).

“Tinha um fio elétrico no chão em meio à água, porque não tem ralo para escoamento. A vida dos profissionais está em risco” (TNA/anônimo).

“Eu gosto de trabalhar lá (no IML/BH). Acho que a gente faz um trabalho brilhante. Mas existe um limite para as condições de trabalho. Aquilo lá é desumano e arriscado.” (TNA/anônimo).



Para além das condições de trabalho, que há décadas são precárias, é preciso também retomar a problematização da organização de trabalho, sobretudo das normas. O trabalho prescrito, as normas necessárias para subversão, ressalto que conforme alguns profissionais do necrotério elas praticamente inexistem de modo formalizado, ou pelo menos nunca foram repassadas aos trabalhadores de modo oficial pela instituição. O que evidencia que o evento de Brumadinho e a aplicação do DVI, que causaram grande ansiedade nos profissionais, levando ao afastamento de alguns por questões de saúde física e mental, não configura um caso isolado:

Nunca houve gestão do ambiente de trabalho, nunca houve, pelo menos eu posso dizer nos 30 anos de trabalho, jamais houve. Era aquela organização mínima, mas obviamente que as pessoas trazem da sua casa, uma forma de elaborar o seu trabalho. Mas nunca foi um norte dentro da instituição, nunca houve gestão [...] Não existia um planejamento do exame, como deveria ser feito, as ferramenta adequadas, as pessoa não tinham as mesmas ferramentas na mesma bandeja, era tudo disperso no ambiente sem muito controle então eu percebi que isso era um fator que além do natural do próprio exame era um fator adicional de ansiedade. (EN/TNA-Panicalli)

Contudo, apesar das dificuldades e arbitrariedades relatadas, o rompimento da barragem de Brumadinho e a operação desenvolvida dentro do IML/BH, possibilitou reafirmar a importância dos coletivos de trabalho frente à violência inerente a esse tipo de

atividade, considerando também a violência institucional que ignora insistentemente o trabalhador. Conclusão semelhante é observada pelos resultados da pesquisa de (Rocha, 2020), que afirma que o sucesso na identificação das vítimas, no caso de Brumadinho, dentro de prazos extremamente curtos e com toda pressão midiática, das famílias e institucional, é consequência imediata da força do coletivo de trabalho, que conseguiu atuar de modo transdisciplinar. Coletivo que apesar de numericamente pequeno conseguiu sobrepor-se às adversidades da falta de estruturação e condições adequadas, da interferência e pressão externas, e mesmo da ausência de normas claras pelo desconhecimento do protocolo DVI. Coletivo que mais uma vez faz frente às arbitrariedades de um modelo de gestão, no qual a hierarquia prejudica a escuta de quem mais precisa ser ouvido. Quem deveria ser ouvido, em relação à reforma do necrotério? Compreendo que aqueles que diretamente ali laboram.

#### **6.4 Decomposição das carreiras e dos direitos**

As carreiras constantes atualmente, no quadro da polícia civil, se resumem às de atuação policial: delegado de polícia, médico legista, perito criminal, escrivão e investigador. E carreiras de atuação administrativas: Auxiliar de Polícia, Técnico Assistente da Polícia Civil (TPOL) e Analista da Polícia Civil. Os servidores ocupantes das carreiras policiais passaram por curso de formação na Academia de Polícia Civil (ACADEPOL) que os capacitaram às atribuições típicas de cada função. São policiais civis e gozam dos direitos e deveres prescritos na lei orgânica da polícia civil 129/2013. Os servidores administrativos não passaram por nenhum curso de formação ministrado pela ACADEPOL e estão amparados pela lei 15.301/2004. O concurso público de 2013 tinha por finalidade principal suprir a carência de servidores administrativos. Contudo, em menos de um ano, muitos servidores recém-aprovados e empossados pediram transferência para outros órgãos, solicitaram exoneração, ou simplesmente nunca entraram em exercício, o que deixou a instituição ainda assim, com um déficit significativo de profissionais.

Vieram inicialmente 10 para o necrotério, destes que vieram da primeira leva do concurso eu sou o único que está lá e nunca saiu do necrotério. A turma ou saiu porque passou em outros concursos melhores, com melhores salários, ou saiu porque arrumou confusão dentro do necrotério e foi para outro setor. (EN/TNA-Márcio)

Muitos colegas que hoje já não atuam como TNAs tiveram motivações diversas para serem transferidos a outros setores. Não pude observar detalhadamente cada caso, mas pude observar problemas de saúde como lesões de coluna, abuso de álcool e até problemas

cardíacos. Existem aqueles também que “arrumaram confusão dentro do necrotério”. Essa expressão pode ter vários significados dentre eles: não comparecer no plantão para trabalhar, desacatar ou desobedecer ao médico legista e não realizar as atribuições exigidas o que prejudica outros colegas de trabalho. O fenômeno de evasão após contato com as atividades do necrotério acontece desde os primeiros concursos para auxiliar de necrópsia que ocorreram há mais de vinte anos:

De 36 que fizeram o concurso e ficaram na Acadepol só 4 permaneceram. Não sei quais foram os motivos, mas enquanto estavam ainda na Acadepol que é só a instrução acadêmica, eles permaneceram. Eu percebi uma evasão logo no estágio que é quando você parte para prática com os corpos. Sempre nós vivemos com essa defasagem, vinha muita gente para o concurso, mas poucos ficavam. (EN/TNA-Panicalli)

Não há aqui espaço para discutir esta questão da desistência do cargo logo no início, sobretudo em 2013, tão pouco ele constitui nosso objetivo. Mas a hipótese que posso levantar passa pelas seguintes variáveis: 1) os vencimentos eram muito baixos para a natureza dos trabalhos, alguns servidores recebiam cerca de R\$ 700,00 reais (um salário mínimo da época) para trabalhar com corpos em estado de decomposição avançada, restos mortais e todo e qualquer tipo de material biológico com alto risco de contágio; 2) ainda que a estrutura física do prédio estivesse em condições de reforma recente, os equipamentos e maquinários eram em alguns setores ultrapassados e difíceis de operar; 3) na mesma época, ocorreram outros concursos públicos na área de segurança pública, que tinham melhores planos de carreira, algumas pessoas preferiram investir em outras instituições, como a Polícia Militar, Polícia Penal, e Polícia Federal; 4) Considero também que parte significativa desta evasão é resultado de políticas neoliberais postas em prática em 2003 através do chamado Choque de Gestão (CG). Parte dessa política propõe um trabalhador polivalente/multitarefa no serviço público através da construção de carreiras com atribuições tão genéricas que causam diversos prejuízos aos TNAs como pretendo mostrar.

As diversas incoerências entre a legislação, as atribuições e o trabalho que de fato os TNAs executavam – o prescrito e o real – causavam tensionamento constante dentro do IML/BH. Os editais do concurso de 2013 traziam atribuições inespecíficas, de modo que ao se deparar com o trabalho no necrotério muitas pessoas desistiram. A construção de carreiras com atribuições genéricas é prática constante do Estado que tem aspirado um trabalhador

“multitarefa”. A título de exemplo, as atribuições dos servidores ditos administrativos, muitos nas funções de auxiliares de necropsia, técnicos em radiologia e de laboratório, ficam assim descritas conforme a lei 15.301/2004:

Carreira	Atribuições
Analista da Polícia Civil	Executar atividades de natureza administrativa nas áreas contábil, jurídica, estatística, tecnológica, biblioteconômica, de cerimonial, de relações públicas, de informação, de comunicação, de gestão, de logística, de engenharia e arquitetura, de educação, de saúde e psicossocial, em especial as funções de identificação civil, registro e licenciamento de veículo automotor e habilitação de condutor, compatíveis com a respectiva formação em nível superior de escolaridade.
Técnico Assistente da Polícia Civil	Executar tarefas de apoio técnico, administrativo e logístico, atuar no suporte às atividades de educação e saúde, efetuar atendimentos e prestar informações ao público, conduzir veículos, coletar impressões digitais e dados biográficos para a identificação civil, realizar vistoria e colher dados para o registro e o licenciamento de veículo automotor e para a habilitação de condutor, compatíveis com o nível intermediário de escolaridade, em particular o exercício de atividades de apoio logístico em órgãos e unidades da Polícia Civil.
Auxiliar da Polícia Civil	Executar tarefas de apoio operacional e administrativo, especialmente a vigilância patrimonial, a condução de veículos, a realização de limpeza e conservação, o atendimento de gabinetes e portarias, a digitação de serviços administrativos, bem como de apoio às atividades gerenciais, e outras tarefas assemelhadas.

Esse quadro amplo e inespecífico de tarefas fica distante das atividades que parte dos trabalhadores executam, sobretudo nos casos dos TNAs, na grande maioria, Técnicos Assistentes da Polícia Civil. Não se menciona sequer a palavra “cadáver”, que é justamente o objeto principal de trabalho de parte dos servidores que assumiriam as carreiras administrativas. Ao elaborar estas atribuições “genéricas”, o que o Estado de Minas Gerais fez foi eliminar administrativamente e juridicamente as diferenças e especificidades de cada coletivo de trabalho através do CG. Podemos observar que é prática contínua do Estado, homogeneizar, pasteurizar reduzir as carreiras, estratégia esta visível no próprio texto da 15301/2004:

Art. 23 - Os cargos de provimento efetivo de Agente de Administração, Ajudante de Serviços Gerais, Oficial de Serviços Gerais e Motorista lotados na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais na data de publicação desta lei **ficam transformados** em duzentos e dezoito cargos de provimento efetivo de Auxiliar da Polícia Civil;

Art. 25 - Para a obtenção do número de cargos da carreira de Técnico Assistente da Polícia Civil, previsto no Anexo I desta lei, **são realizados os seguintes procedimentos:**

I - ficam os cargos de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Auxiliar em Agropecuária, Assistente Técnico da Saúde, Auxiliar do Trabalho e da Assistência Social à Criança e ao Adolescente, Técnico Administrativo e Técnico de Comunicação Social lotados na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais na data de publicação desta lei **transformados em** duzentos e trinta e um cargos de provimento efetivo de Técnico Assistente da Polícia Civil;

II - ficam criados oitocentos e cinco cargos de provimento efetivo de Técnico Assistente da Polícia Civil.

Art. 26 - Para a obtenção do número de cargos da carreira de Analista da Polícia Civil, previsto no Anexo I desta lei, são realizados os seguintes procedimentos:

I - ficam os cargos de provimento efetivo de Analista de Saúde, Analista de Obras Públicas, Analista de Comunicação Social, Analista de Planejamento, Analista da Administração, Analista do Trabalho e da Assistência Social à Criança e ao Adolescente e Analista da Cultura, lotados na Polícia Civil do Estado de Minas Gerais na data de publicação desta lei **transformados em** duzentos e cinquenta e um cargos de provimento efetivo de Analista da Polícia Civil;

II - ficam criados cento e noventa e nove cargos de provimento efetivo de Analista da Polícia Civil (**grifo nosso**)

É preciso levar em consideração que cada cargo que foi transformado ou extinto tinha matriz remuneratória própria, descrição de atividades específicas, direitos e atribuições mais ou menos condizentes com a atividade que os servidores executam. Todo esse trâmite burocrático de criação, extinção e transformação de cargos ignora o trabalhador em sua atividade e traz prejuízos, em termos de direitos trabalhistas. Podemos citar a situação dos atuais TNAs classificados como servidores administrativos que não gozam de previsão legal para o pagamento de adicionais de insalubridade ou periculosidade, por se tratar de cargos “administrativos”. Por tanto, os TNAs, considerados institucionalmente servidores administrativos, nunca receberam adicionais, mesmo em face da flagrante e escancarada exposição aos mais variados riscos biológicos, químicos, ergonômicos e radiológicos, no trabalho com cadáveres. Todo esse movimento do Estado que envolve a construção, junção, extinção de carreiras é apenas uma fatia de uma política neoliberal iniciada em 2003 pelo “Choque de Gestão” em Minas Gerais.

#### **6.4.1 O Choque e *Digestão* dos Direitos**

Em momentos de grave crise social, provocada por força maior como uma guerra ou uma pandemia, existe no ordenamento jurídico brasileiro, assim como de outros países, a possibilidade da implantação de um “Estado de exceção ou estado de sítio”. Nestas situações, que seriam a priori, excepcionais, muitos direitos dos cidadãos podem ser suspensos até que se possa reestabelecer a ordem. Para Figueiredo (2013, p.12) “o conceito migra de estado de sítio militar para estado de sítio político” face à constante crise política e econômica que acompanha a nossa história nacional. Minas Gerais revela pioneirismo na instauração de um “Estado de exceção”, ou diríamos de emergência, que se tornou regra ao invés de exceção através de argumentos de falência econômica. Essas manobras políticas transformam-se em “técnicas de governo” (Figueiredo, 2013), pois em circunstâncias de um “suposto” estado de

exceção o poder executivo tem autonomia legal para editar diversas medidas provisórias e leis delegadas sem os devidos tramites de aprovação por câmara e senado.

É na gestão de Aécio Neves que a temática da inovação e da modernização da gestão pública assume diretamente a concepção do regime de exceção. Sob o nome de “Choque de Gestão” **o governo empreende em menos de um mês a mais ampla e profunda alteração na forma de gerir o trabalho, os recursos, o pessoal na administração pública.** A possibilidade de realizar tal empreitada foi garantida pelas “Leis Delegadas” através das quais o executivo recebe do legislativo “autonomia” para legislar até mesmo por longos períodos, nos quais mudanças podem ser feitas sem que se discuta na arena representação estas alterações. (Figueiredo, 2013, p.25, **grifo nosso**)

Os argumentos usados em 2003 para a implantação do CG versavam sobre a grave situação fiscal em que se encontrava MG. Parte deste problema foi imputado à folha de pagamento de servidores públicos que segundo o governador onerava significativamente os cofres. Com ampla base de apoio na Assembleia não foi difícil o êxito na proposta. Explica Figueiredo (2013, p.26) que:

Para viabilizar mudanças estruturais necessárias rapidamente e evitar qualquer possibilidade de resistência, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (na qual o PSDB<sup>29</sup> tinha ampla base de apoio) aprovou um conjunto de leis delegadas que autorizavam o governo a realizar toda e qualquer alteração no funcionamento do aparelho do estado sem consulta prévia àquela **casa**. Instalou-se a excepcionalidade e sua previsão dando “base legal” para a suspensão dos ritos democráticos [...] foram 63 leis delegadas promulgadas através da resolução 5210 de 12/12/2003 que autorizava o governador a elaborar leis que alteravam substancialmente a estrutura da administração pública direta e indireta.

As consequências imediatas para os trabalhadores, servidores públicos de MG, foram dentre outros prejuízos uma profunda reestruturação do quadro de carreiras. As progressões salariais não mais ocorreriam por tempo de profissão sem que houvesse uma Avaliação de

---

<sup>29</sup> Partido de filiação do ex-governador Aécio Neves e seu sucessor Anastasia.

Desempenho Individual, instrumento entendido por Figueiredo (2013) como ferramenta de controle e suspensão de direitos. As carreiras também se tornam mais flexíveis, bem como os direitos dos trabalhadores com “uma redução do número de carreiras com atribuições mais amplas, o que reforça nosso argumento do trabalhador flexível.” (Figueiredo, 2013, p.27)

Nas leis que instituem os novos planos de carreiras do poder executivo, **as atribuições dos cargos foram definidas de maneira mais ampla e genérica**, de forma a abranger diversas categorias profissionais, proporcionando uma carreira com servidores multifuncionais, com multitarefas, além de tornar mais simples a renovação dos quadros de pessoal (Choque de Gestão, 2006, **grifo nosso**)

Esse trabalhador multitarefa, de “simples renovação” acaba sendo absorvido pelo Estado, em carreiras sem nenhuma especificidade legal, ou seja, carreiras que desconsideram as profissões, seus conselhos, sindicatos e legislações específicas. Esse modo de gestão abre precedentes para legalização da suspensão de direitos como, por exemplo: insalubridade, periculosidade, adicionais noturnos etc. O Estado opera uma verdadeira digestão do suposto problema financeiro. Primeiro deglute o trabalhador para dentro de seu quadro funcional via concurso público, não sem antes mastiga-lo bem durante o estágio probatório. Na sequência propulciona mecanicamente espremendo o trabalhador por suas vísceras ao longo dos anos absorvendo dele sua força de trabalho, elemento fundamental para a máquina funcionar. E o que resta? O que resta é o que o Estado não consegue (ou não quer) digerir, então excreta, elimina os direitos trabalhistas. Consequentemente enxuga-se a folha de pagamento à custa dos direitos dos trabalhadores. Ao final de 20, 30 anos de “*Choque e Digestão*” da força de trabalho dessas pessoas o resíduo que sobra para o Estado é o aposentado e toda atribuição simbólica que a ele pode se aplicar pela ótica de alguns gestores públicos.

Na atual conjuntura o que se observa dentro do IML/BH, que é um microcosmo do que acontece no Estado, é a atuação de trabalhadores ditos “administrativos”, multitarefas expostos a inúmeros riscos biopsicossociais sem nenhum amparo legal para contestar seus direitos que têm sido excretados ao longo das décadas e sobre tudo após governos neoliberais. Assim narra um TNA sobre o cerne de sua maior insatisfação:

Mas as coisas também me deixaram me trouxeram maior insatisfações porque... quando eu exonerei da prefeitura de BH para ficar aqui eu acreditava que nos receberíamos insalubridade, que nos teríamos um auxílio de dentro, mesmo que fosse

o sindicato para cobrar eu acreditávamos que nos receberíamos o direito que é nosso, e até hoje nós não recebemos. A gente fica nessa situação que nos somos técnico científicos como fosse um cargo administrativo e isso traz uma certa insegurança. (EN/TNA-Patrícia)

Com todas as dificuldades que já temos aqui, aqui ainda é um lugar que não se recebe insalubridade, não recebemos adicional noturno e tem-se a fala de que é direito liquido e certo, mas eu nunca vi ninguém desde que eu cheguei aqui ganhar o direito liquido e certo, é algo que se houve falar mas não se cumpre. Então isso ai é uma coisa frustrante, se é cobrado certas funções mas que legalmente você é cobrado responde a corregedoria, responde administrativamente, responde judicialmente criminalmente e tudo, mas não é beneficiado no que te cabe legalmente e constitucionalmente. Você aqui só é cobrado. (EN/TNA-Márcio)

Os servidores policiais que laboram dentro do necrotério, por sua vez, recebem adicionais em função do cargo que ocupam, o que não é garantia de que novo “choque” possa reanimar economicamente o Estado e excretar os direitos destes policiais nos próximos governos. Portanto, temos TNAs em carreiras diferentes, policiais e administrativos, executando a mesma atividade, com vencimentos e direitos diferentes. Sequer na lei 15301/2004 constam parágrafos sobre os direitos destes trabalhadores, diferentemente da lei orgânica 129, mais antiga, que ainda garante aos policiais direitos, indenizações e gratificações, como os previsto no artigo 48 sessão I e II e 50:

II - receber instrução e treinamento frequentes a respeito do uso dos equipamentos de proteção individual;

V - ter acompanhamento e tratamento especializado em caso de lesões ou quando acometido de alto nível de estresse;

VI - ter acesso à reabilitação e a mecanismos de readaptação na hipótese de traumas, deficiências ou doenças ocupacionais em decorrência da atividade policial;

XI - gratificação por risco de contágio, com a amplitude e condições estabelecidas em lei específica;

XII - indenização securitária para policial civil que for vítima de acidente em serviço que ocasione aposentadoria por invalidez ou morte, no valor de vinte vezes o valor da remuneração mensal percebida na data do acidente, até o limite de 9.993,6041;

Art. 50. Ao policial civil da ativa será assegurado pelo Estado, a título de indenização para aquisição de vestimenta necessária ao desempenho de suas funções, o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) do vencimento básico do nível I da carreira de Investigador de Polícia, a ser pago anualmente no mês de abril.



**Figura 11***Decisão judicial sobre processo contra o Estado de MG*

**Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais**  
Justiça de Primeira Instância

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

COMARCA DE BELO HORIZONTE

5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte

Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO Nº 5149361-38.2016.8.13.0024

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO: [Adicional de Insalubridade, Adicional de Periculosidade]

AUTOR: [REDACTED]

[REDACTED] ajuíza **AÇÃO ORDINÁRIA C/C PEDIDO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE** em face do **ESTADO DE MINAS GERAIS**, alegando que é servidor pública estadual e que presta serviços no cargo de Técnico Assistente da Polícia Civil. Aduz que está exposto a agentes insalubres, contudo sem receber o Adicional de Insalubridade e Periculosidade desde sua posse em 2013. Pleiteia, portanto, a procedência da ação e a condenação da Parte Ré ao pagamento à Parte Autora do Adicional de Insalubridade e Periculosidade cumulativamente, conforme determinar o laudo pericial, acrescido de todas as vantagens e direito que faz jus tal como se apurará na execução.

O Estado de Minas Gerais apresentou contestação em ID. 17327918, alegando a **prescrição quinquenal**. Aduziu que não há dispositivo constitucional que garanta o direito ao recebimento das verbas pleiteadas. Destacou que inexistente laudo que comprove a condição de trabalho insalubre. Pleiteou, portanto, a improcedência dos pedidos.

O Autor apresentou impugnação em ID. 17967473.

Em sede de especificação de provas, o Autor requereu a produção de prova documental, testemunhal, depoimento pessoal e pericial (ID. 18531920) e o Réu não requereu a produção de outras provas (ID. 18612978).

As Partes apresentaram quesitos (ID. 27016018 e ID. 27429353).

Laudo Pericial em ID. 44796508, em relação ao qual as Partes se manifestaram (ID. 46862974 e ID. 47747471).

**Conclusão**

**POSTO ISSO, julgo improcedente**, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, o pedido formulado por [REDACTED] em face do **ESTADO DE MINAS GERAIS**, impondo à Parte Autora o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §3º, I c/c §4º, III do CPC/2015, que fica suspenso por força do art. 98, §3º do CPC/15, face o deferimento dos benefícios da justiça gratuita em ID. 15251091.

Em 2021, o governo de Minas encaminhou à Assembleia Legislativa projeto de lei n2. 924/2021 que cria a autarquia Departamento de Trânsito de Minas Gerais. Basicamente, o projeto prevê a desvinculação do antigo Departamento de Trânsito (DETRAN) da PCMG. Atualmente, todas as questões que envolvem vistoria, emplacamento e documentação de veículos, é de responsabilidade da PCMG, e executada por servidores policiais e

administrativos, via DETRAN. O que lhes cabe como atribuição tendo em vista a construção da carreira multitarefa. Porém junto com a retirada do DETRAN das competências da PCMG, o projeto também prevê a transformação do quadro de carreiras administrativas, de modo que estes servidores seriam transferidos, legalmente falando, para responsabilidade da Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão SEPLAG - recebendo nova nomenclatura. Vejamos a letra dos artigos abaixo:

Art. 12 – Ficam instituídas, na forma desta lei, as seguintes carreiras do Grupo de Atividades de Gestão, Planejamento, Tesouraria e Auditoria e Político-Institucionais do Poder Executivo, a que se refere a [Lei nº 15.470, de 13 de janeiro de 2005](#):

I – Auxiliar de Trânsito e Serviços Governamentais;

II – Técnico Assistente de Trânsito e Serviços Governamentais;

III – Analista de Trânsito e Serviços Governamentais.

Art. 22 – **Ficam transformados** duzentos e dezoito cargos de provimento efetivo de Auxiliar da Polícia Civil, a que se refere o inciso IV do art. 1º da Lei nº 15.301, de 10 de agosto 2004, originalmente lotados na PCMG em duzentos e dezoito cargos de Auxiliar de Trânsito e Serviços Governamentais;

Art. 23 – **Ficam transformados** mil e trinta e seis cargos de provimento efetivo de Técnico Assistente da Polícia Civil, a que se refere o inciso V do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004, originalmente lotados na PCMG, em mil e trinta e seis cargos de Técnico Assistente de Trânsito e Serviços Governamentais;

Art. 24 – **Ficam transformados** quatrocentos e cinquenta cargos de provimento efetivo de Analista da Polícia Civil, a que se refere o inciso VI do art. 1º da Lei nº 15.301, de 2004, originalmente lotados na PCMG, em quatrocentos e cinquenta cargos de Analista de Trânsito e Serviços Governamentais. (**grifo nosso**)

Caso o projeto seja aprovado, os TNAs não seriam mais servidores da PCMG, instituição para a qual prestaram concurso público e foram aprovados, e sim servidores da SEPLAG, cedidos ou, “emprestados” entre órgãos públicos à PCMG, pois as funções na prática não deixaram de existir:

Parágrafo único – A cessão dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo das carreiras de Auxiliar de Trânsito e Serviços Governamentais, Técnico Assistente de Trânsito e Serviços Governamentais e Analista de Trânsito e Serviços Governamentais para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e para a autarquia Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG poderá ocorrer independentemente da ocupação de cargo de provimento em comissão ou função gratificada.”.

Compreendemos que este movimento fragiliza ainda mais os coletivos de trabalho, ao impor uma nova diferenciação. Se antes o marcador sociológico de segregação se dava entre significantes, como “Administrativo” e “Perito/Policial”, com a aprovação desse projeto levanto a hipótese de mais uma “decomposição” da identidade profissional. “SEPLAG” e “PCMG” significariam, na prática, os “emprestados/cedidos” e os “da casa”. Além disso, trabalhadores que realizam perícias em cadáveres se tornariam administrativamente técnico, auxiliar e analista de trânsito, a despeito da atividade executada por estes permanecer inalterada. O projeto de lei foi a gota d’água e a classe se mobilizou:

Portal O Tempo > Cidades > Artigo

BRACOS CRUZADOS

## Servidores administrativos da PCMG prometem paralisação de 24h nesta sexta-feira

Decisão foi tomada em assembleia da categoria realizada nesta quinta-feira (15). Sindicato alega que projeto de Lei enviado pelo governo à ALMG prejudica a carreira dos servidores

Por BRUNO MENEZES  
15/07/21 - 17h58

Google News

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

FONTE: Jornal O Tempo. Julho de 2021

Segundo representantes da categoria, o impacto nas carreiras seria negativo também em critérios de vencimentos, pois atualmente a matriz remuneratória é vinculada à das carreiras policiais. Em outras palavras, os ajustes inflacionários concedidos às carreiras policiais também incidem sobre os administrativos, o que poderia deixar de ocorrer, se o projeto for aprovado. Outro ponto desfavorável é o acesso a cursos de capacitação, mediante aprovação em editais da ACADEPOL, dos quais atualmente servidores administrativos podem participar. Existe ainda a questão de que esses trabalhadores prestaram concurso público para a PCMG, em certa medida pelas idealizações que construíram sobre esta instituição, e não querem estar vinculados a outro órgão.

## Servidores administrativos da Polícia Civil de Minas fazem paralisação de 24 horas nesta sexta

Marina Proton  
mproton@hojeemdia.com.br  
16/07/2021 às 09:34. Atualizado em 05/12/2021 às 05:25



Servidores administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais estão de braços cruzados nesta sexta-feira (16). A categoria realiza uma paralisação total de 24 horas, o que reflete no funcionamento do Instituto Médico Legal (IML) e Departamento de Trânsito (Detran) de Belo Horizonte.

A decisão foi tomada em assembleia realizada nessa quinta-feira (15). Conforme informou o Sindicato dos Servidores Administrativos da Polícia Civil no Estado (Siapol-MG), o motivo pela paralisação está atrelado ao **projeto do governo de Minas que prevê a desvinculação do Detran da corporação**.

Caso aprovado, os servidores administrativos seriam remanejados para a Secretária de Planejamento e Gestão do Estado (Seplog-MG), o que, de acordo com o sindicato, faria com que a categoria perdesse benefícios.

"Não somos contra o projeto, a categoria é favorável a desvinculação, mas contra a proposta de extinção e transformação de carreiras administrativas da polícia civil, como auxiliar, técnico e analista. Segundo o projeto, passaríamos a ficar na Seplog. Nada a ver com o que prestamos no concurso. Com isso, alguns direitos seriam perdidos, como direito a recomposição, o reajuste salarial, assistência hospitalar do hospital da polícia civil e acesso à escola. Então se a gente pertencer a essa estrutura da Seplog, a gente perderíamos esses direitos", disse ao **Hoje em Dia** o assessor sindical e técnico assistente da Polícia Civil, Paulo Vitor de Oliveira.

**FONTE:** Jornal hoje em dia

Assim narra uma TNA que trabalha no necrotério há quase dez anos. Que esteve presente nos eventos do rompimento da barragem em Brumadinho e que enfrentou recentemente as perícias de corpos contaminados pelo SARS-CoV-19 e teve como resultado de seu trabalho a negativa de seus direitos:

Eu acho que assim, nos passamos no concurso da polícia civil, acho que nós temos é que estar na lei orgânica e receber as melhorias de carreira, como todos os profissionais, porque o nosso serviço é policial, é forense, o nosso trabalho aqui é ligado diretamente à investigação forense. Acho que tinha que ser revisto isso aí e fazer alterações, a gente tem que continuar na polícia e entrar na lei orgânica para receber todos os benefícios e alterações que fizerem em prol de melhoria que a gente pudesse receber também, seria o justo pelo que nós fazemos aqui, pelo trabalho que nós executamos aqui. (EN/TNA-Patricia)

Durante o período em que este estudo estava em construção, aconteceram diversos protestos dos servidores da PCMG (administrativos e policiais) por recomposição salarial de 41% prometida pelo atual governador Romeu Zema. O representante do Estado prometeu, no início de 2020, a citada recomposição a todos os servidores da segurança pública, mas logo voltou atrás, concedendo apenas 13%, após duras críticas da oposição e de representantes de outros setores que não foram contemplados, como saúde e educação. Alegou ainda, na ocasião, impactos orçamentários referentes ao enfrentamento da situação pandêmica da COVID-19.

O resultado foi uma revolta crescente dos servidores da segurança pública, nos dois anos seguintes, pois já contavam com a promessa do Governador. Diversos protestos foram organizados com a aliança entre os segmentos da segurança pública. Após toda essa pressão,

o governo aprovou novo reajuste de 10,06%, o que totalizaria 23,06% dos 41% inicialmente prometido, e vetou propostas que previam aumento acima dos 10,06%. Em 12 de abril de 2022, o veto foi derrubado por deputados que acreditam ser possível reajuste maior para todas as categorias.

The screenshot shows the G1 Minas Gerais website header with the logo 'g1' and 'MINAS GERAIS'. The main headline reads 'Zema reduz de 41% para 13% reajuste de servidores da Segurança em Minas'. Below the headline, a sub-headline states: 'Projeto de lei que trata da recomposição salarial da categoria vai ser sancionado pelo governador. Outros servidores ficaram de fora e não receberão aumentos.' The article is attributed to 'Por G1 Minas — Belo Horizonte' and dated '11/03/2020 18h03 · Atualizado há 2 anos'. Social media sharing icons for Facebook, Twitter, WhatsApp, Telegram, and LinkedIn are visible.

**FONTE:** G1 Minas. Março de 2020

Não ficaram ilesos do processo de decomposição de carreiras assumido pelo Estado os servidores policiais. Há o nítido interesse da fusão dos cargos de investigador e escrivão (cargo muitas vezes em tom de ironia classificado pelos próprios trabalhadores como “escravão de polícia”) em um único cargo denominado “inspetor de polícia”. A busca pelo profissional multitarefas, polivalente, o faz tudo, com mesmo salário é o ideal a ser alcançado. Infelizmente até o alto escalão da própria PCMG parece apoiar a proposta.

The screenshot shows the Folha Dirigida website header with the logo 'folha dirigida' and an 'ENTRAR' button. The main headline reads 'Concurso PC MG: chefe da corporação fala em unificar carreiras'. Below the headline, the text states: 'Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais anuncia possível unificação das carreiras de escrivão e investigador. Veja os detalhes!'. The article is dated '13/07/2021 18:1'. The main body of the article begins with: 'O chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, Joaquim Francisco Neto e Silva, falou sobre a possível unificação das carreiras de investigador e escrivão. De acordo com ele, tais cargos serão nomeados como 'inspetor de polícia'. A unificação, segundo Neto e Silva, trará menos burocracia na investigação. "Não estamos mais na época de Pero Vaz de Caminha", disse em suas redes sociais.' The article concludes with: 'O anúncio foi feito após o chefe da corporação ser questionado sobre o baixo número de vagas para investigador no próximo concurso PC MG.'

**FONTE:** Folha Dirigida, julho de 2021

O que aconteceria, na prática é um acúmulo de atribuições e a dissolução das especificidades de cada um e de direitos inerentes a essas especificidades. Antes de 2003

coexistiam no IML/BH as carreiras de auxiliar de necropsia e identificador (papiloscopista) da polícia civil. Ambas foram extintas, mesmo as atividades nunca tendo deixado de existir, as devidas atribuições foram realocadas dentro da carreira de investigador de polícia, que passou a acumular mais funções.

O impacto destas mudanças ainda é sentido no presente no IML/BH. No início de 2022, investigadores de polícia lotados em outros departamentos foram trazidos para trabalhar na função de auxiliar de necropsia, sem nenhum conhecimento de anatomia ou treinamento e capacitação prévia. Neste mesmo ano, novo concurso público foi aberto para um novo cargo: “Técnico Assistente da Polícia Civil/Auxiliar de Perícias”, neste edital sequer foi solicitado formação específica,<sup>30</sup> o que causa preocupação entre os TNAs do IML/BH pelo fato de assim como os investigadores de polícia outros servidores sem conhecimento mínimo de anatomia serem postos à função de auxiliar de necropsia. *“Tá absurdo isso aqui, pessoal totalmente perdido, vieram treinar aqui com a gente, mas eu acho que metade já desistiu, o único ai que leva jeito é um veterinário que passou o restante eu duvido que fica” (RECOM).*

O novo concurso visa obviamente preencher defasagem de servidores da PC/MG, sobretudo dentro do IML/BH. Porém, por seguir as lógicas das políticas neoliberais iniciadas em 2003 no Estado não respeita ou reconhece as categorias profissionais, construindo um edital com proposição de carreira sem nenhum tipo de especificidade. O que facilitará ainda mais para o Estado digerir a força de trabalho e eliminar os direitos trabalhistas. Portanto na prática serão mais 40 TPOLs, agora na recém denominado cargo “auxiliar de perícia”, parte destes alocados no IML/BH para descobrirem na prática que suas atribuições serão, dentre todas outras possíveis, o trabalho com cadáveres nos diversos estados possíveis.

Polícia Civil do Estado de Minas Gerais  
Academia de Polícia Civil  
Divisão de Recrutamento e Seleção

Edital nº 02/2022 de Concurso Público de Provas para o cargo de TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL, integrante da série inicial da carreira do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

A Presidente da Comissão do Concurso, devidamente autorizada pelo Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, com fulcro na autorização governamental constante no OF.COF nº 0515/2021, torna público, pelo presente Edital, que estarão abertas, no período de 07 (sete) de abril de 2022 a 05 (cinco) de maio de 2022, as inscrições para o Concurso Público visando o provimento de 114 (cento e quatorze) vagas para o cargo de TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL no primeiro grau do NÍVEL I da carreira a que se refere as seguintes legislações Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004 (Institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo) e suas atualizações; Lei nº 15.961, de 30 de dezembro de 2005 (Estabelece as Tabelas de Vencimento Básico das Carreiras do Poder Executivo); Decreto 46.173 de 05 de março de 2013, as disposições constitucionais referentes ao assunto, legislação complementar e demais normas contidas neste edital, para o exercício das funções nas Unidades da Polícia Civil de Minas Gerais.

<sup>30</sup> O edital de 2013 para o cargo de Técnico Assistente da Polícia Civil exigia formação em áreas como enfermagem, radiologia e patologia. Alguns destes profissionais foram encaminhados ao hospital da Polícia Civil e outra parte para IML. A formação nestas áreas facilitou a integração dos profissionais aos devidos contextos de trabalho.

1.6.1 O número total de vagas de TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL distribuídas por área de conhecimento é o seguinte:

ID	Área do Conhecimento	Número de Vagas
01	Apoio Administrativo	59
<del>02</del>	Auxiliar de Perícia	40
03	Auxiliar de Dentista	10
04	Auxiliar de Mecânica	03
05	Técnico em Segurança do Trabalho	02
TOTAL		114

1.7 Escolaridade mínima exigida: Para o cargo de TÉCNICO ASSISTENTE DA POLÍCIA CIVIL, Nível I, exige-se formação no Ensino Médio, ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a ser comprovado, no momento da posse, mediante a entrega de cópia de diploma (devendo ser apresentado o original para conferência) ou de Certidão expedida por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, conforme especificado por área do conhecimento:

ID	Área do Conhecimento	FORMAÇÃO EXIGIDA
01	Apoio Administrativo	Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
02	Auxiliar de Perícia	Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Sejam administrativos ou policiais, em cargos com formação específica ou não. O Estado sequer cumpre o princípio de isonomia. Temos discrepância de vencimentos e direitos em mesmas funções. Todos estes TNAs recebem os cadáveres, lavam, abrem as cavidades, identificam, recolhem impressões digitais, guardam os corpos na geladeira. E a casa nova fusão de carreiras aglomeram mais e mais atribuições. Tudo isso sem acréscimos nos vencimentos, sem os devidos adicionais de insalubridade e periculosidade, no caso dos administrativos, e em condições de instalações e equipamentos sucateados. Para alguns TNAs a sensação que fica é justamente a de que o Estado não se importa, não lhes reconhece, os coisifica, impõe a eles o mesmo grau de ocultação que própria sociedade impõe. “O trabalho aqui, esse necrotério, isso aqui é um sistema de produção bruto, é produção em massa, tipo aquele filme do Chaplin, só falta a esteira rolante trazendo os cadáveres. Auxiliar aqui é peça, deu problema troca. A produção não pode parar.” (RECOM).

## **VII TRABALHADOR DE NECROATIVIDADE: reconhecimento, renormalização e poder de agir.**

A trajetória proposta neste estudo foi de um movimento que partia do sujeito que trabalha ao cadáver e de volta ao trabalhador. Assim sendo fizemos um esforço inicial de distanciamento histórico cultural, mostrando como o ser humano sempre trabalhou com e pelo cadáver. Em segundo momento enfatizamos o corpo em si, *Caro Data Vemibus* e seu processo de decomposição, ao qual atribuí valor especial como motor de recomposição subjetiva do TNA. Por fim procurei mostrar através da narrativa de alguns trabalhadores os modos de subjetivação produzidos neste tipo de atividade. Neste ponto, gostaria de lançar reflexão sobre as questões da importância do coletivo de trabalho, do reconhecimento entre os pares e do poder de agir destes trabalhadores. Elementos que compreendo serem chaves para a produção de um trabalho no sentido da vida, um labor.

É possível afirmar, tanto através das entrevistas narrativas como pela observação etnográfica, que os TNAs que laboram dentro do IML/BH se referem frequentemente ao grupo, elemento de análise tão caro às ACTs, geralmente concebido como coletivo de trabalho. Por se tratar de uma atividade inexoravelmente exercida em equipe, e tendo em vista que os TNAs possuem equipes fixas, são sete equipes ao total que se revezam durante a semana, criam vínculos de afinidade que muitas vezes vão além do trabalho.

O serviço é difícil, mas se você está com um colega que é bom para você trabalhar, o difícil se torna menos penoso, menos doloroso. Então aqui a gente tem bons colegas de trabalho, você consegue formar uma parceria bacana, distribui bem. Forma uma equipe mesmo, você consegue trabalhar. (EN/TNA-Márcio)

Eu particularmente eu gosto, independente destas coisas, eu gosto de trabalhar aqui, eu acho um local assim, a equipe em si que trabalha é muito boa. (EN/TNA-Patrícia)

Uma das situações que me ajudou a ter um pouco menos de medo de estar aqui, é até um funcionário que já não está mais aqui porque ele exonerou. É o Roberto, ele viu a necropsia, a primeira necropsia e falou 'É! eu gostei eu vou querer ficar é aqui'. Aí eu fui embora naquele dia, pensando: gente, como é que um ser humano pode falar que quer ficar fazendo esse serviço aqui? Eu fui embora e fiquei com aquilo na cabeça [...] porque eu fiquei até mais motivado de ouvir aquela fala dele, eu pensei,

se alguém é possível de gostar disso aqui, talvez seja possível de tolerar. (EN/TNA-Márcio)

É importante salientar que tudo passa pela própria organização do trabalho: permitir com maior ou menor grau um espaço de formação de vínculos que fortaleça o gênero profissional. Ou, diria ainda de forma mais provocativa: passa pela habilidade, capacidade e subversão dos próprios trabalhadores, na construção destes vínculos, a despeito das dificuldades impostas pelo modo de gestão. Neste sentido esta pesquisa/intervenção tem também suas contribuições. Ao ser convidado a falar sobre o exercício profissional por um colega de trabalho pesquisador (etnógrafo nativo), o que fizemos foi colocar em cena aquilo de Dejours chama de “espaço público de discussão”. Isso por eu ser membro da mesma tribo e poder compartilhar parte dos símbolos deste grupo. Dejours (1998, p.176) vai além sobre a potencialidade desse espaço de fala: “é ao explicar a outrem o meu sofrimento, a minha relação com o trabalho, que eu, perplexo, me ouço dizer coisas que eu não sabia, até tê-las dito”. Causou-me admiração a narrativa de Panicalli, por exemplo. Prestes a se aposentar, a sensação que tive é que aquela narrativa fechava um ciclo de vida, e que nosso encontro lhe permitiu compartilhar muitas experiências e diria até repaginar algumas lembranças. Compreendeu meu convite para entrevista como a manifestação do reconhecimento de seu trabalho. Até porque, como explica Lhuillier (2012, p.13). “Todo o trabalho implica julgamentos em termos de prestígio e de valores. E todo discurso sobre o trabalho efetuado comporta uma retórica de valorização de si e da distinção com as atividades e ofícios próximos.”

O reconhecimento é elemento importante na construção de uma identidade que se edifica através do olhar do outro. Perpassa por diversas dimensões: o reconhecimento social, institucional, dos pares, da chefia. Pode ser visto também sob a ótica da utilidade e beleza do trabalho. A relevância de dá pelo fato de o reconhecimento possibilitar edificar o sentido do trabalho. “O sentido do trabalho não se prescreve, não se decreta, não se dá/ ele é sempre co-construído em um duplo movimento de investimento de desejos inconscientes e de validações sociais”. (Lhuillier, 2014, p.15). E ainda “somente depois de ter reconhecida a qualidade do meu trabalho é que posso, em um momento posterior, repatriar esse reconhecimento para o registro de identidade” (Dejours, 1998, p.21).

Neste sentido, de acordo com os dados construídos nesta pesquisa compreendo que falta aos TNAs do IML/BH as dimensões do reconhecimento institucional e social de modo

mais amplo. Porém como ensina a Psicodinâmica do Trabalho, é quem divide aquela inteligência prática, a habilidade na tarefa que o sujeito acumula ao longo de sua experiência e que vai além do prescrito, é que tem melhores condições de “julgar” o trabalho do outro. Muitas outras pesquisas apontam a insatisfação dos profissionais destes ramos sobre a ausência de reconhecimento social, institucional além das precárias condições de trabalho (Barros & Silva, 2004), (Oliveira & Hoch, 2011), (Aldé, 2003) (Silva, *et al.*, 2016). Neste sentido ficou claro para mim, que a proposta metodológica de entrevista narrativa cumpre um pouco essa importante função. O que ouvi ao final das narrativas foram agradecimentos, como se eu houvesse feito algo por eles, quando na verdade a impressão que tinha era justamente o contrário, simplesmente por ter aberto um espaço de fala e troca de experiências com interesse genuíno na história profissional daquele sujeito.

A segunda questão que considero importante é que existe atualmente na organização de trabalho dos TNAs do IML/BH um considerável grau de flexibilidade que permite diversos rearranjos durante a atividade. Em outros termos permite ao trabalhador por em movimento seu poder de agir conforme as postulações da CAT ou, trazendo para a Ergologia, permite ao trabalhador se apoderar das normas, renormalizar, fazer a seu modo. Importante mencionar que isso muitas vezes ocorre face ao sofrimento. Como ouvi recentemente de um colega: “*O que eu vou fazer para mudar então? Ou eu mudo minha condição de trabalho ou tenho que sair e procurar algum outro*” (RECOM). Assim os TNAs alteram práticas de trabalho, as reconfiguram conforme seu repertório de experiências e produzem seu *estilo* diria Clot (2006):

Então a flexibilidade de trabalho é diferenciada de outros setores. Você executa todo o serviço que tem que fazer, mas não tem aquela cobrança de tipo, você tem que estar de tanto a ate tanto, preso limitado aquilo ai. Então você consegue direcionar o serviço. Isso sempre foi um fator de que a grande maioria que fica aqui diferentemente de outros lugares da policia. (EN/TNA-Patrícia)

No serviço público por mais que você tenha todas as deficiências que se tem, dá mais gosto de trabalhar, por mais que tenha desorganização e faltar coisas, com pouto recurso é melhor. Você trabalha com adaptações e consegue oferecer um serviço às vezes melhor que em um serviço privado que tem tudo. (EN/TNA-Márcio)

As adaptações são resultado de micro transformações no gênero profissional, necessárias para a sobrevivência do mesmo, um processo de metabolização onde o sujeito

recebe do gênero de modo informal recursos técnicos, afetivos, simbólicos para trabalhar e devolve a ele um produto novo que então fagocitado pelo próprio gênero:

As dissecações que a gente fazia, eu que comecei a fazer dissecação no pescoço por planos, antes não havia. Eu via uma prancha anatômica com as estruturas abatidas e copiei conforme aquilo que estudava. Tornou-se um padrão mesmo eu sendo leigo, eu consegui com facilidade. (EN/TNA-Panicalli)

Então em meio a esse sofrimento eu descobri uma serra que chama Serra Sabre, buscando pesquisando na internet e fiz a experiência de tentar ser um fator de teste. Então quando brumadinho estourou eu já tinha adquirido essa serra e estava esperando ela chegar ela foi estreada em brumadinho. Foi iniciativa minha adquirir com meus recursos. Hoje raro é o auxiliar que não usa essa serra elétrica, outras foram adquiridas, a minha primeira original tá lá, toda capenga, mas funciona. (EN/TNA-Márcio)

O nível de produção de novos significados sobre vida e morte também é produto da capacidade de renormalização posta em movimento por esses sujeitos face à crueza do trabalho. Se a norma é: O corpo é sagrado, preciso cuidar da vida e do corpo:

Olha a explosão de informação que é da cultura de você que vem de um lugar de cuidado com a vida e respeito com o ser humano, olha o choque que a pessoa tem em ver aquele tanto de gente morta daquela forma [...] Ai você pega um cara que foi doutrinado a cuidar de vida e insere ele em um ambiente sem um prévio aviso [...]. Ai para um técnico de enfermagem que sempre teve todo o respeito com o ser humano em sí, um cuidado um zelo, a higienização e preservar até o pós morte, todo cuidado com o corpo, trocava uma fraudada fazia uma higienização dava um banho no corpo aquela coisa toda vai e se depara aqui no IML. (EN/TNA-Márcio)

Então para poder continuar trabalhar será preciso, renormalizar, e o trabalho passa a ser percebido em outra dimensão, a partir de outros valores, outras significações que em certo ponto recuperam elementos da experiência de vida do sujeito, seja espiritual, laboral ou familiar:

Pois é! Esse serviço é para poder organizar as coisas na sociedade ele precisa ser feito, para poder ter uma ordem, então por isso ele foi criado com este objetivo, e não

de ofender um corpo ou o familiar de alguém com alguma necessidade. Então se eu for parar para pensar eu não estou ofendendo um corpo, eu simplesmente estou acatando a ordem de alguém superior a você que criou leis para manter ordem em uma sociedade, porque Deus deu o poder para homem criar as leis para manter ordem, então eu faço isso diante da necessidade de um serviço que visa por ordem na sociedade. (EN/TNA-Márcio)

Então estes foram fatores de vencimento de uma coisa que me barrava, então consegui quebrar esse barramento de uma coisa que dentro da cultura de enfermagem de cuidar de vida eu consegui executar esse serviço quebrando como se fosse assim toda a estrutura de cuidado com o ser humano para poder trabalhar. (EN/TNA-Márcio)

Assim sou inclinado a concordar com Moreira (2013) e Lhulier (2012) sobre a questão de que as condições de trabalho, por mais adversas que possam ser, constituem parte menor, em termos de produção de saúde no trabalho se comparadas à organização de trabalho, podem inclusive ocultar diante da rápida e instantânea detecção processos de adoecimento mental grave. Afinal é mais fácil observar uma maca estragada ou um bisturi cego do que avaliar os elementos da divisão social do trabalho, os processos hierárquicos, o nível de restrição de norma. Ambientes de normas extremamente restritivas, de hierarquia pautada em práticas autoritárias, punitivas e de controle reduzem, quando não anulam, as possibilidades de renormalização. Produzem uma amputação do poder de agir dos trabalhadores. Ao que indicam os dados este **ainda** não parece ser o cenário dos TNAs do IML/BH. Há quase dez anos ao chegar ao plantão encontro os trabalhadores reunidos em uma sala de descanso anexa ao prédio principal. Sempre duas horas antes de entrarem para o necrotério estão ali, conversando sobre a vida, sobre o trabalho, sobre o plantão passado, relatando dificuldades, contando casos, rindo, combinando trocas de plantão, discutindo modos melhores de realizar as tarefas etc...Observo inúmeras adaptações feitas no cotidiano pelos próprios TNAs que de modo geral acabam sendo absorvidas pelo coletivo.

É claro que essa força, esse impulso de vida dos TNAs não pode ser visto de modo a desconsiderar as diversas mazelas pelas quais estão expostos. Até porque, como já relatado, por nós e em outras pesquisas, inúmeros são os casos de adoecimento físico e mental, uso de álcool e outras drogas, excesso de jornadas de trabalho, acúmulos de cargos para completar rendimentos, e exposição vários riscos biopsicossociais. Para além destas variáveis

preocupantes, ainda é preciso o alerta para as práticas conduzidas pela Administração Pública de MG, no afã de seguir as propostas do Choque de Gestão. Dentre as quais imputam aos trabalhadores, dentre outros prejuízos, a exigência um profissional multitarefa, sem nenhuma especificidade, peça fácil de reposição na perspectiva do Estado. Espanta comentários que têm surgido nas últimas semanas: “*O pessoal da diretoria anda dizendo que os novos concursados não vão ter lugar fixo não, vão ficar tipo cada semana em um setor, vão ficar rodando o IML todo*” (RECOM). Não tenho até o momento, elementos comprobatórios dessa fala, mas acredito que se de fato for posta em prática eleva o risco de prejuízos à identidade profissional e conseqüentemente ao gênero profissional.

O cadáver ao entrar no IML é fragmentado, dividido entre setores: seu sangue vai para laboratório, vísceras para patologia, dados pessoais ao serviço social, suas fotos e laudo, ao setor de laudos, o corpo ao necrotério, é um *res*, coisa, no IML ele é de todo mundo e de ninguém ao mesmo tempo. O trabalhador busca pertencimento a um grupo, e por mais que seja possível o pertencimento a vários, isso exige um investimento psicológico, emocional e comportamental dos sujeitos de modo a endossarem estes pertencimentos. “Cada grupo pretende se colocar como *instituição divina*, como referência única”. (Amado & Enriquès, 2021, p. 116, *grifo do autor*). Entendo que nas atuais condições os TNAs ainda são sujeitos em atividade laborativa, conseguem manifestar potencialidades, inventividade e produzir satisfação e se desenvolverem apesar das inúmeras frustrações apontadas. Importante ressaltar mais uma vez a relevância do coletivo de trabalho para que isso seja possível. Porém, a proposta do profissional multitarefa, que se inicia com políticas de Estado, sendo endossada por parte dos gestores do IML, impõe o risco de fragmentação dos coletivos de TNAs, com possíveis conseqüências graves para a saúde dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a prestação de serviço à comunidade.

### **VIII SOBRE PERDER O VERNIZ: considerações finais**

Ao lembrar as histórias de meu pai sobre sua infância e as experiências diante de um ritual fúnebre no interior de MG, reflito que é o nível de inquietação produzido pelos relatos e experiências que constituem o pulso de vida de um pesquisador. Trago na memória também um evento ainda não havia mencionado. Muitos anos antes de me tornar um TNA estive no IML/BH para retirar o corpo de um familiar. Um primo que morava em minha casa vítima de acidente automobilístico aos 24 anos de idade. Na ocasião, eu ainda muito jovem, fui o familiar designado a permanecer na funerária ao lado do IML aguardando o trabalho dos tanatopraxistas. A calma e paz que todos aqueles profissionais me passaram na ocasião, foram manifestação mais clara de um trabalho de excelência. Um trabalho que parte da morte, mas que se preocupa, sobretudo com a vida. Trabalhar perto de situações tão trágicas que culminaram na morte de pessoas muitas vezes jovens e em plena saúde, produz mudanças significativas nos sujeitos. Modos de subjetivação que alteram a percepção sobre a própria vida. Como me disse um TNA certa vez: *“isso de certa forma me tirou certas fantasias em relação a modismos né, eu senti uma desconstrução daquilo que eu era. Esse farfalhar, esse verniz que todo mundo tem eu já não enxergava tanto o verniz.”* Não se trata de tornar-se menos entusiasta da vida, mas de constantemente ser provocado a creditar maior valor aos momentos vividos. Talvez devamos pensar que a beleza da vida não esteja no brilho do verniz, mas no veio da madeira, que mostra seu tempo, sua história e suas marcas. Uma forma de tornar o tempo, menos sinônimo de decadência e morte.

Sobre os Trabalhadores de Necroatividades, estes exercem papel de importância inquestionável para sociedade. Enfrentam cotidianamente diversas dificuldades que passam desde o estigma até a precariedade das condições de trabalho. Entretanto são sujeitos de exímia capacidade de superação e produção de sentido pelo trabalho. Estão socialmente atrelados entre as profissões de menor prestígio social, e mesmo assim conseguem construir coletivos fortes que lhes possibilitam fazer frente até mesmo ao poder Estatal. Que me desculpem os médicos legistas, mas trabalhar o cadáver parece ser muito mais um exercício contínuo de reflexão sobre a vida do que sobre a morte. E nesse ponto me lembra duma canção de Lenine.

*“Será que é tempo que lhe falta pra perceber? Será que temos esse tempo para perder e quem quer saber? A vida é tão rara!”*

## REFERÊNCIAS

- Aldé, J. (2003). *Ossos do ofício: Processo de trabalho e saúde sob a ótica dos funcionários do Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz.]. <https://teses.iciet.fiocruz.br/pdf/aldelm.pdf>;
- Amado, G., Lhuillier, D. (2014). A Atividade no centro da intervenção Psicossociológica. Métodos de Pesquisa e intervenção em Psicologia do Trabalho. In: Bendassolli, P. & Soboll, L. A. (orgs) *Clinicas do trabalho*. Ed Atlas;
- Amado, G. & Enriquez, E. (2021). Psicodinâmica do trabalho e psicossociologia Bendassolli, P. & Soboll, L. A. (orgs) *Clinicas do trabalho*. Ed Atlas;
- Antunes, R. (2004). *O avesso do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Ed. Expressão Popular;
- Araújo, A. L. S., Leite, A. C., & Oliveira, M. F.(2021). Discussão acerca do trabalho e do espaço para o trabalhador na Ergonomia: Uma revisão bibliográfica. In: Fonseca, J.C.F., Reis, B.M.C., Monteiro, J.A.T. & Araújo. J.N.G. (Orgs) *Psicologia, Trabalho e Processos Psicossociais: Pesquisas e intervenções*. Ed Puc Minas;
- Ariès, P. (2014). *O Homem diante da morte*. Ed. Unesp, ed1. Tradução: Luiza Ribeiro, ed1. (Obra original publicada em 1977 com o título L’homme devant La mort);
- Associação Brasileira de Normas Técnicas(2011) : informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. .( ABNT NBR 14724); ABNT;
- Athayde, M., & Souza, P. C. Z., Brito, J. C. (2014). Intervenção e pesquisa em psicologia: uma postura ergológica. In: Bendassolli, P. & Soboll, L. A. (orgs). *Métodos de pesquisa e intervenção em psicologia do trabalho: Clinicas do Trabalho*. Ed. Atlas;
- Barros, V. A. De., & Silva, L. R. DA. (2004). Trabalho e cotidiano no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte. *Psicologia em Revista*, 10(16). <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/24478>

- Barus-Michel, J. (2004) *O sujeito social*. Ed. Puc Minas;
- Barus-Michel, J. & Enriquez, E., Levy, (2013). *A. Vocabulaire de psychosociologie: references et positions*. Toulouse: Eres;
- Batista, A. S.; & Codo, W. (2018). Trabalho sujo e estigma: Cuidadores da morte nos cemitérios. *Revista de Estudos Sociais*, 63(63), [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123885X2018000100072&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123885X2018000100072&script=sci_abstract&tlng=pt) ;
- Bauer, M. W. & Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. (Tradução: Pedrinho Guareschi). Vozes;
- Bellato, R. & Carvalho, E. C. (2005). O jogo existencial e a ritualização da morte. *Revista Latino-americana Enfermagem*, 13(1) <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/2000>
- Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. P. (2021). *Clínicas do Trabalho*. (2eD), Artesã;
- Bendassolli, P. F.(2011). Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir. *Revista Mal-Estar e Subjetividade. Fortaleza*, 11(1). 2011. em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482011000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000100004);
- Bendassolli, P. F. (2011b). Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. *Psicologia e Sociedade*, 23(1). <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6jrFXRsQcdbkPYbY98wcJjc/abstract/?lang=pt>;
- Bendassolli, P. F., & Falcão, J. T. DA R. (2013). Psicologia social do trabalho sujo : revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. *Univ. Psychol Bogotá*, 12(4);
- Bendassolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (2011) Clínicas do trabalho: filiações, premissas e desafios. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 14(1). <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v14n1/v14n1a06.pdf>;

- Benjamin, W. (1994). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Tradução de Sérgio Paulo Rouanet, 7. Ed.): Brasiliense, 1994;
- Bittencourt, R. N. 2018. Hesíodo e as regras divinas da ética do trabalho, v18, n24. Revista: *Espaço Acadêmico*, (18)24. <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10146/6501>
- Brasil (1996). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União;
- Braverman, H. (1978). *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*.(3eD). LTC;
- Brier, R. (2008). *Daily life of the Ancient Egyptians* .Greenwood Press;
- Campos, A. S. B. (2016). O “estado” da morte: Uma etnografia junto a trabalhadores da morte. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital UnB. <https://bdm.unb.br/handle/10483/14737> ;
- Canguilhem, G. Vida.(2015). Tradução: Gabriela M. Jaquet. *Revista de filosofia da OUCRS*, 60(2). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/22005>;
- Canguilhem, G. (2001).Meio e normas do homem no trabalho. [S.l.]*Revista Proposições*, 12(2) <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643999/11448>;
- Carreiro, T. C. & Barros, V. A. (2021). Contribuições da Psicossociologia no Brasil. In: Bendassolli, P. & Soboll, L. A. (orgs) *Clinicas do trabalho*. Ed Atlas;
- Cavedon, B. Z., & Amador, F. S. (2005). Quando a morte é o começo da atividade: análise do trabalho sob ponto de vista da clinica da atividade.

- Revista do Departamento de Ciências Humanas*, v(?)n?.  
<https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i37.2459> ;
- Cavedon, N. R.(2017). O departamento médico legal deveria ser bem tratado. O (não) reconhecimento na atividade dos servidores do DML. *Economia e Gestão*, 17(45). <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiae gestao/article/view/P.1984-6606.2017v17n46p23>;
- Clot, Y. (2006). *A função psicológica do trabalho*. Vozes;
- Clot, Y. (2007). A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da clinica da atividade. *Fractal: Revista de psicologia*, 22(1).  
<https://www.scielo.br/j/fractal/a/9pTnMd8M6mKNwnXKpFGSNNf/?lang=pt> ;
- Clot, Y. (2010) Trabalho e poder de agir. *Revista Favrecafactum*, v(?)n(?)  
<http://www.fabrefactum.com.br/p-828128-Trabalho-e-Poder-de-Agir>;
- Clot, Y. (2017) Clínica da Atividade. *Revista Horizontes*, 35(3).  
<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/526> ;
- Brasil. (2019). Conselho Nacional dos Direitos Humanos: Relatório da missão emergencial a Brumadinho/MG após rompimento da Barragem da Vale S/A. Brasília: CNDH;
- Cohn, C. (2010). A criança, a morte e os mortos: o caso mebengokré-xikrin. [S.l.] *Horizontes Antropológicos*. v?n?. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832010000200005>;
- Coimbra, C.(1995). Os caminhos de Lapassade e da Análise Institucional. [S.l.]*Revista do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense*, 7(1), <https://www.scienceopen.com/document?vid=8bfeb44b-0da0-44f7-ace6-38820199f527>;
- Combinato, D. S., & Queiroz, M. S. (2016) Morte: uma visão psicossocial. *Estudos de Psicologia*, 11 (1). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x20060002000010>;
- Conceição, W. da S.(20016). Etnógrafo nativo ou nativo etnógrafo? Uma (auto)análise sobre a relação entre pesquisador e objeto em contextos de pesquisas de múltiplas pertencas no campo. *Revista Antropológica da UFS*,

- 8(1). [http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Me%CC%81todos\\_8-1\\_Texto2\\_Wellington-Conceic%CC%A7a%CC%83o.pdf](http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/12/Me%CC%81todos_8-1_Texto2_Wellington-Conceic%CC%A7a%CC%83o.pdf);
- Cunha, J. G., Almeida, U. R., Barros, M. E. B. (2016). Oficina de fotos como estratégia metodológica e dispositivo de análise da atividade docente. In. Silva, C.O., Zamboni, J.B. & Barros, M.E.(orgs). *Clínicas do Trabalho e Análise Institucional*. Nova Aliança;
- Damatta, R. O ofício do etnógrafo, ou como ter Antropological Blues. In: Nunes. E.O. Nunes (org) *A aventura sociológica*. Zahar, 1978;
- Dejours, C. A. (1998). *loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. (5. Ed). Cortez Editora;
- Dejours, C. (2011). Uma resposta durante o seminário “Sofrimento e prazer no trabalho”. In. Lancman, S. & Sznelwar, L.I. (Orgs.). *Christophe Dejours: Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho (3ª ed)*;
- Durrive, L. & Schwartz, Y.(2008). Glossário da Ergologia. [S.l.]. *Laboreal*, 4(1), 2008. [http://laboreal.up.pt/media/artigos /166/glossario\\_v4n1\\_pt.pdf](http://laboreal.up.pt/media/artigos /166/glossario_v4n1_pt.pdf);
- Durrive, L.(2011). A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. *Trabalho, Educação e Saúde*, 9(1). <https://www.scielo.br/j/tes/a/BKjMcn37CCMFPRptdD9NgMr/abstract/?lang=pt> ;
- Durkheim, E. (2016). *Da divisão do trabalho social. Clássicos da Sociologia*.(1ed.) Edipro;
- Elias, E. R. (2007). *Grau de satisfação profissional dos auxiliares de necropsia do instituto médico legal do Paraná*. Curitiba [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Paraná]. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/62416> ;
- Lei n 15.301, de 10 de agosto de 2004. Institui as Carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n->

[15301-2004-minas-gerais-institui-as-carreiras-do-grupo-de-atividades-de-defesa-social-do-poder-executivo;](#)

- Lei Complementar n129, de 8 de novembro de 2013. Lei orgânica da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2004, <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-complementar-n-129-2013-minas-gerais-contem-a-lei-organica-da-policia-civil-do-estado-de-minas-gerais-pcmg-o-regime-juridico-dos-integrantes-das-carreiras-policiais-civis-e-aumenta-o-quantitativo-de-cargos-nas-carreiras-da-pcmg>;
- Ferreira, M. C. (2000). Atividade, categoria central na conceituação de trabalho em ergonomia. *Revista Alethéia*, 1(11), <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-341893>;
- Figueiredo, L. (2013 de 04 a 08 fevereiro) Choque de Gestão e Estado de Exceção. *XXVII simpósio nacional de história. Conhecimento histórico e diálogo nacional*. Natal, Brasil. [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364823906\\_ARQUIVO\\_CHOQUEDEGESTAOEESTADODEEXCECAO-ANPUH.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364823906_ARQUIVO_CHOQUEDEGESTAOEESTADODEEXCECAO-ANPUH.pdf)
- Filho, M. C. C. (2019). Os desafios do pesquisador nativo. Reflexividade, triangulação e questões éticas em pesquisas qualitativas que envolvem o local de trabalho d pesquisador. [S.l.]. *Revista de estudos empíricos em Direito*.6(2). 2019. <https://reedrevista.org/reed/article/view/361/218>;
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. (Tradução Joice Elias Costa. 3.ed). Artmed. [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio\\_turra/PPGG%20%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/flick%20-%20introducao%20a%20pesq%20quali.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/flick%20-%20introducao%20a%20pesq%20quali.pdf);
- França, G. V. (2011). *Medicina Legal*. (10ed). Guanabara;
- Goffman, E. (1988). *Estigma – Notas sobre a manipulação de uma identidade deteriorada*. (4ed). LTC;
- Guilouski, B. & Costa, D. R. (agosto de 2012). Ritos e rituais.. [Jornada interdisciplinar de pesquisa em teologia e humanidades. Escola de

- Educação Humanística PUCPR] [S.l.]. <file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/2jointh-7577.pdf>;
- Herzberg, F. I. 1968. One more time: how do you motivate employees? *Harvard Business Review*, 46(1). <https://hbr.org/2003/01/one-more-time-how-do-you-motivate-employees>;
- Bronw, N. (Diretor). (2012). Humanidade a história de todos nós. [Documentário]. History Channel America. <https://www.youtube.com/watch?v=bYPZuAKW638>;
- Hughes, E. C. (1962). Good People and dirty work. Social problems. *JSto*, 10(1).<https://www.jstor.org/stable/799402> ;
- Hur, D. U. (2014). Memória e Esquecimento: pacto denegativo e contrato narcísico guerrilheiro. *Revista Psicologia e Política*, 14(31) [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2014000300005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300005);
- Kovács, M. J. (2013) *Morte e desenvolvimento humano*. Casa do Psicólogo;
- Lancman, S., & Uchida, S.(2003). Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 6(2). [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172003000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172003000200006);
- Langer, J. E. (2005). As práticas funerárias na Escandinávia Viking e suas representações. Brathair. *CentroUniversitáriodosudoeste paranaense*. v(?),n(?):<http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/600>;
- Lhuilier, D. (2006). *Cliniques du travail*. Èrès: Ramonville Saint-Agne;
- Lhuilier, D. *Travail du négatif, travail sur le négatif*. (tradução : Vanessa Andrad de Barros). *Educaion Permanente*, 179,(2). 2009;
- Lhuilier, D. (2012). A invisibilidade do trabalho real e a opacidade da relações saúde-trabalho. *TrabalhoeEducação*,21(1).<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8832>;

- Lhuilier, D.(2014). Introdução à Psicossociologia do Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 17(1). [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172014000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000100003);
- Lhuilier, D. (2011). Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: Bendassolli, P., & Soboll, L. (orgs). *Clínicas do trabalho*. (Orgs). (2ed). Artesã;
- Lhuilier, D. (2017). O agir em psicossociologia do trabalho. *Psicologia em Revista*,23(1).[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1677-11682017000100018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1677-11682017000100018&lng=pt&nrm=iso) ;
- Lima, M. E. A.(1998). A Psicopatologia do Trabalho: origens e desenvolvimentos recentes na França. [S.l.]. *Psicologia Ciência e Profissão*, 18(2). <https://www.scielo.br/j/pcp/a/vb95JkLtrTDZvsqJ3DYBX3x/?lang=pt> ;
- Lourau, R. (2004). *Analista institucional em tempo integral*. Hucitec;
- Luz, G. G.(2019). Tatuagem e arte: velhos e novos usos e sentidos para imagens sobre o corpo. *RevistaBelasArtes*,30(3).<https://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/29/tatuagem-e-arte.pdf> ;
- Mannucci. M. (Diretor). (2016). A ciência da morte. [Documentário]. National Geographic Studio. <https://www.youtube.com/watch?v=kBCZUqkjfWA>;
- Marx, K. (1980). *O capital: crítica da economia política*. (6. Ed). Civilização Brasileira;
- Messias, J. DA S. (2017) *Estudo clínico da atividade laboral dos técnicos em necropsia de um serviço de verificação de óbito do nordeste do Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. Repositório UFRN. <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25273> ;
- Minayo. M.C.S. (2006). Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In M.C.S. Minayo (org). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. (9ed). Hucitec;

- Monteiro, D. F. B., Pereira, V.F., Oliveira, L.L., Lima, O.P., & Carrieri, A.P. (2017). O Trabalho Sujo com a Morte, o Estigma e a Identidade no Ofício de Coveiro. [S.l.]. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 6(1). <https://periodicos.ufba.br/index.php/rigs/article/view/21424>;
- Morin. E. (1970). *O homem e a morte*. Ed. Europa América. Brasília;
- Moraes, R. Análise de conteúdo. *Revista Educação*. Porto Alegre, v.22, n.37, 1999;
- Moreira, L. R. (2013). *Saúde mental e trabalho: investigação sobre os setores de Call Center e Tanatopraxia de um hospital filantrópico de Belo Horizonte*. [Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AAVGHR>;
- Mundos Perdidos: Os Vikings. Direção (2007). Direção [ ? ]. History Channel,. [https://www.youtube.com/watch?v=z\\_bAJn3oWG0](https://www.youtube.com/watch?v=z_bAJn3oWG0);
- Neto, R. Z. *Projeto de Lei n2924 de 2021*. Cria a autarquia Departamento de Trânsito de Minas Gerais, institui as carreiras que especifica e dá outras providências. Belo Horizonte. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2021. <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=2924&ano=2021> ;
- Neto, L. C.(199-). Morte e mumificação no Egito Antigo. *Brasil Escola (n?)*. <http://brasilecola.uol.com.br/historiag/morte-mumificacao-no-egito-antigo.htm>;
- Schiro, J. (Diretor). (2007). O livro tibetano dos mortos. History Channel. <https://www.youtube.com/watch?v=77mcGDxMhSg>;
- Oliveira, L. A., & Hoch, V. A. (2011). A saúde mental dos auxiliares médico-legais na atividade de serviços de necropsia no Instituto Médico Legal no extremo-oeste catarinense. *Vittalle*, 23(1). <https://periodicos.furg.br/vittalle/article/view/5108>;
- Oliveira, J. N., & Mendes, A. M.(2014). Sofrimento psíquico e estratégias defensivas utilizadas por desempregados: contribuições da Psicodinâmica

- do Trabalho. *Temas em Psicologia*, 22(2).[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413389X2014000200011](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2014000200011);
- Oliveira, P. DE T., & Vidal, M. E. B.(2017). O Mito da Neutralidade Científica e o uso da linguagem impessoal. *Rev. Investigação Qualitativa em Educação*, 1(?). <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1350> ;
- Quintão, R. C. (2015). Ritos Fúnebres dos escravos e Forros nas Minas Gerais do Século XVIII: um debate historiográfico. *Revista do Curso de História da Estácio*, 6(?). <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/historiabh/article/viewArticle/1640>;
- Ravagnoli, N. C. S. R. (2018). A entrevista narrativa como instrumento na investigação de fenômenos sociais na Linguística Aplicada. *The Specialist*, 39(3) <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/34195> ;
- Rendu, W., Beauval, C., Crevecoeur, I., & Maureille B. (2014). Evidence supporting an intentional Neandertal burial at La Chapelle-aux-Saint. *National Library of Medicine*, 111(1). <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3890882/>;
- Rocha, C. S. (2020). *Atuação da equipe multidisciplinar do instituto médico legal de belo horizonte frente ao rompimento da barragem B1, da mina do córrego do feijão, em Brumadinho, Minas Gerais*. [Dissertação de Mestrado Profissional de Promoção em Saúde e Prevenção à violência. Universidade Federal de Minas Gerais]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <https://bdtd.ibict.br/vufind/> ;
- Rockenback, M. (2013). Mitos, rituais funerários e valores sociais no antigo Egito. *Revista Mundo Antigo*. <http://www.nehmaat.uff.br/revista/2013-1/artigo09-2013-1.pdf> ;
- Santos, B. DE S. (2018). Construindo as Epistemologias do Sul. *Antologia Essencial*. 1(1). [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia\\_Boaventura\\_PT1.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Antologia_Boaventura_PT1.pdf);

- Sampaio, J. D. R.(1998). A Psicologia do Trabalho em três faces. In: Psicologia do trabalho de gestão de recursos humanos. *Estudos Contemporâneos*, (n?). <https://xdocs.com.br/doc/texto-1-sampaio-jr-versao-digitalizada-3285031p0mnx>. Acesso em ago2022;
- Sampaio, J. DOS R. A Psicologia do Trabalho em três faces. In: Psicologia do trabalho de gestão de recursos humanos. *Estudos Contemporâneos*. São Paulo, 1988. Disponível em: <<https://xdocs.com.br/doc/texto-1-sampaio-jr-versao-digitalizada-3285031p0mnx>>. Acesso em:10nov.2022;
- Sarreta, C. R. L. & Sgarioni, C. L. A. (nov. 2016). Criogenia: A morte, o direito e o futuro incerto.[XXV Congresso Conpedi. Curitiba]. <http://conpedi.danilolr.info/publicacoes/02q8agmu/24v1c46x/8qo6R83T8vO0j AI7.pdf>;
- Schwartz, Y. & Durrive, L. (2010). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana*. Ed.UFF;;
- Silva, E. F., Lopes, H. L., Silva, A. P. O trabalho vivo de profissionais que lidam com a morte. Paraíba, 2000;
- Silva, C. O., Zamboni, J. & Barros, M. E.(2016). *Clínicas do Trabalho e Análise Institucional*. Nova Aliança;
- Silva, D.C., Silva, J.C.R.P., Carneiro, L. P., Silva, J.C.P. & Paschoarelli, L.C. (2010) Contribuições científicas de Bernard Forest De Bélidor para o estudo e a organização do trabalho. In: *A evolução histórica da ergonomia no mundo e seus pioneiros*. Ed. UNESP;
- Silva, F. L. DE L. (2015) *Análise da Atividade de trabalho dos necrotomistas*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia. Universidade Federal da Paraíba]. Repositório UFPB . <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6972/1/arquivototal.pdf> . ;
- Silva, F. L. DE L., Souza, P.C.Z., & Araújo, A.J.S. (2016). Estigmatização e riscos no trabalho dos necrotomistas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6972/1/arquivototal.pdf> ;
- Silva, J. C. P.(2012). Natureza jurídica do cadáver: sua conservação por meio da técnica da criogenia em face da manifestação de última vontade. JUS.BR

- (n?). <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/natureza-jur%C3%ADdica-do-cad%C3%A1ver-sua-conserva%C3%A7%C3%A3o-por-meio-da-t%C3%A9cnica-da-criogenia-em-face-da-ma>;
- Silva, J. C. P. & Paschoarelli, L. C. (2010). *A evolução histórica da ergonomia no mundo e seus pioneiros*. Ed. UNESP;
- Silveira, H. DE F. (nov. 2018). Entendendo a plastinação. [COBRANCAPE II Congresso Brasileiro de Anatomia de Cabeça e Pescoço da Universidade Federal do Ceará]. <http://www.anatomia.ufc.br/index.php/using-joomla/extensions/components/content-component/article-category-list/96-entendaplastinacao>;
- Souza, G. R. (199-). A morte do Egito Antigo. *Mundo Educação*. <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/a-morte-no-egito-antigo.htm> ;
- Souza, L. A. DE. (201-). Criogenia. *Brasil Escola*, (n?). <http://brasilecola.uol.com.br/quimica/criogenia.htm>;
- Velho, G. Observando o familiar. In: *A aventura sociológica*. E. de O. Nunes (org). Rio de Janeiro: Zahar, 1978;
- Viegas, S. (1989). Conferência pronunciada aos profissionais do Centro de Reabilitação Profissional do INSS. Belo Horizonte;
- Veronese. M. V. (2003). Na direção de uma Psicologia Social Crítica do Trabalho. *CES Centro de Estudos Sociais Universidade de Coimbra*, oficina 91, <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-191> ;
- Vilhena. Â. M. (2005). *Ritos expressões e propriedades: Temas do ensino religioso*. Ed. Paulinas;
- Vivian, C., & Angonese, A. S. (2015). Além do que se vê : a Atuação dos Profissionais Do Instituto Médico-Legal (Iml ) Em um ambiente onde a vida começa, transcorre e termina. *UnoescCiência*,6(1),[https://periodicos.unoesc.edu.br/acbs/article/view/6509/pdf\\_74](https://periodicos.unoesc.edu.br/acbs/article/view/6509/pdf_74) ;

Vivian, C., Mahl, A.C., Silva, J.C. & Oliveira, L.A. (2013). Profissionais de corpo e alma: aspectos psicológicos envolvidos no vital processo de reparação da justiça, o dia a dia dos auxiliares e médicos legistas. *Psicologia em Foco*, 5(6). <http://revistas.fw.uri.br/index.php/psicologiaemfoco/article/view/1120>.

## **ANEXO A**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO**

Esta pesquisa intitula-se: “**Profissionais de Necroatividades: um estudo exploratório à luz das Abordagens Clínicas do Trabalho**” e está sendo desenvolvida por Leanderson Luiz de Sá, aluno do programa de Pós-graduação em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Os objetivos desta pesquisa são: analisar a atividade de trabalho dos profissionais de manipulam cadáveres no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, compreender os afetos e impactos psicossociais sobre estes trabalhadores diante de sua atividade, os desafios enfrentados, a construção da identidade profissional. Averiguar o nível de satisfação e reconhecimento que observam na atividade que exercem, as possíveis fontes de adoecimento físico e mental, as estratégias utilizadas para superar os obstáculos impostos pela organização de trabalho.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, pode decidir a qualquer momento desistir de participar deste estudo sem nenhum dano ou retaliação de qualquer natureza. Ao decidir participar garantimos que não sofrerá nenhum risco ou desconforto psicológico significativo

O desenvolvimento desta pesquisa seguirá a partir de um questionamento (pergunta disparadora) que servirá para que o entrevistado desenvolva seu discurso.

Peço sua permissão para que a entrevista seja gravada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em contextos acadêmicos como seminários, eventos científicos, publicações de artigos, dissertações e materiais em revistas científicas.

Será garantida a privacidade dos dados pessoais e informações fornecidas que possam facilitar a identificação do participante como por exemplo nome, e outras características pessoais.

O pesquisador responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, através dos seguintes contatos: (31)985282209 ou leandersonpsi@gmail.com

Eu \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia deste documento.

Belo horizonte \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

\_\_\_\_\_  
Leanderson de Sá (Pesquisador)

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

## **ANEXO B**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -  
PUCMG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** PROFISSIONAIS DE NECROATIVIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO À LUZ DAS ABORDAGENS CLÍNICAS DO TRABALHO

**Pesquisador:** LEANDERSON LUIZ DE SA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 61365122.8.0000.5137

**Instituição Proponente:** Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.698.974

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1992790.pdf	30/09/2022 09:06:47		Aceito
Outros	CARTARESPOSTA.pdf	30/09/2022 09:03:42	LEANDERSON LUIZ DE SA	Aceito
Outros	TCUD.pdf	30/09/2022 09:03:20	LEANDERSON LUIZ DE SA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPUC.pdf	09/08/2022 09:13:04	LEANDERSON LUIZ DE SA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	08/08/2022 12:38:42	LEANDERSON LUIZ DE SA	Aceito

#### Situação do Parecer:

Aprovado

#### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 13 de Outubro de 2022

---

Assinado por:  
CRISTIANA LEITE CARVALHO  
(Coordenador(a))